

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
FACULDADE DE LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**Indeterminação semântica: ambigüidade, vagueza e polissemia
na teoria da relevância.**

Letícia Pires Rossa

Prof. Dr. Heronides M. de Melo Moura
Orientador

Data da defesa 23/02/2001

Dissertação apresentada como requisito
para a obtenção do título de mestre em Letras

Florianópolis, janeiro de 2001

DEDICATÓRIA

Àqueles que de forma específica e significativa possibilitaram e contribuíram para este momento:

Aos meus pais, Enar e Osmar, que compreenderam a distância e a ausência, fazendo do acolhimento e do amor incentivadores para mais um passo.

Ao Vitor que, sempre presente com palavras de força e determinação nos momentos mais difíceis, fez do respeito amizade e tolerância.

Às professoras de graduação, Ana Ibaños e Jane Silveira, que mais do que mestres, foram minha maior ostensão nos caminhos da lingüística.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Heronides M. de Melo Moura, meu orientador e colaborador para meu crescimento intelectual.

Ao CNPq, por ter fornecido a bolsa de estudos, permitindo que a dedicação a este trabalho fosse plena e satisfatória.

Ao meu irmão, Carlos, e a sua esposa Adriana, pelo apoio psicológico e o suporte lingüístico, pela boa vontade, competência e leitura interessada deste trabalho. Aos demais membros da família pela amizade e o estímulo.

Aos professores Jorge Campos e Nilson Lage pela presença e colaboração.

À pós-graduação em lingüística do curso de Letras da Universidade Federal de Santa Catarina, por ter oportunizado este curso.

RESUMO

O trabalho consiste na análise teórica dos itens de indeterminação semântica _ ambigüidade, vagueza e polissemia _ na Teoria da Relevância (1986) de Sperber & Wilson. Considerando os seguintes aspectos presentes na Teoria da Relevância: a) Ambigüidade, polissemia e vagueza devem ser resolvidas necessariamente no contexto e b) Os conceitos das palavras são bem-definidos e absolutos na mente do falante, propomos a seguinte formulação: a) Ambigüidade, vagueza e polissemia podem ou não ser resolvidas pelo contexto e b) Os conceitos das palavras não são absolutos tanto na mente quanto no código. As sentenças analisadas nesta dissertação foram retiradas de textos de jornais, sendo, assim, exemplos do uso cotidiano desses fenômenos na linguagem natural. Verificou-se com este estudo que nas ocorrências em que o termo polissêmico tem mais de um significado o contexto nem sempre resolve a polissemia e, em muitos casos, não há razão para que o ouvinte/leitor busque um contexto que especifique somente um sentido para a palavra. Entretanto, para os casos em que a polissemia tem que ser resolvida para a compreensão adequada da sentença e somente um sentido é compatível com a decodificação lingüística desta sentença, este sentido é, então, determinado pelo contexto. Contudo, nos casos de itens vagos, o contexto não resolve sempre a vagueza das palavras; no entanto, há casos em que o contexto aponta de fato uma única precisificação das palavras vagas, o que reforça as hipóteses propostas neste trabalho.

ABSTRACT

This work consists on the theoretical analysis of semantic items of indeterminacy – ambiguity, vagueness and polysemy – on Relevance Theory (1986) by Sperber & Wilson. Considering the following aspects: a) Ambiguity, vagueness and polysemy must be resolved by the context, and b) The words concepts are well-defined and absolute in the speaker's mind, we propose the subsequent formulation: a) Ambiguity, vagueness and polysemy can or not be resolved by the context, and b) The words concepts are not well-defined or absolute in the mind's of the speaker as well they are not absolute in the code. The analysed sentences in this paper were extracted from newspaper's texts, in this way, they are examples of everyday use of these phenomenon in natural language. By this study, we checked, that occurrences in which the polysemic item has more than one meaning the context can not always resolve the polysemy, in many cases, there are no reason for the listener try to reach a context able to specify just one meaning for the word. By the way, in the cases in which polysemy must be resolved in an attempt to have the adequately comprehension of the sentence e only one meaning is compatible to the linguistic decodification of the utterance, this meaning is determined by the context. Although, in the case of the vague items, the context can not always resolve the vagueness of the words, meanwhile, there are cases which the context indicates just one precisification to the vague word, which reinforce our hypothesis proposed in this paper.

SÍMBOLOS E CONVENÇÕES

[]

Para transcrição fonética.

||

Para transcrição fonológica

∅

Para vazio, sem semelhante.

S

Para sentença.

S'

Para sentença 1.

S''

Para sentença 2.

VP

Para sintagma verbal.

NP

Para sintagma nominal.

Itálico

Para exemplos de palavras ou sentenças no corpo do texto.

Negrito

Para ênfase.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
SÍMBOLOS E CONVENÇÕES	VI
SUMÁRIO	VII
INTRODUÇÃO	9
1 A INDETERMINAÇÃO SEMÂNTICA: AMBIGÜIDADE, VAGUEZA E POLISSEMIA	11
1.1 Indeterminação semântica	11
1.2 Vagueza e cognição	21
1.3 Polissemia	22
1.4 Ambigüidade e contexto	34
2 A TEORIA DA RELEVÂNCIA	43
2.1 Comunicação verbal	44
2.2 Conhecimento e ambiente cognitivo mútuo	50
2.3 Mecanismo dedutivo	52
2.4 O modelo ostensivo-inferencial	54
2.5 Efeitos e esforços	55
2.6 Contexto: dado ou selecionado?	59
2.7 Relevância e explicatura	62
3 ANÁLISE DE DADOS	71
3.1 Metodologia	71
3.2 Vagueza e polissemia: um questionamento à Teoria da Relevância	72
3.3 Testes para polissemia	74
3.4 Análise de exemplos	75
3.5 Família	76
3.5.1 Mais de um sentido	76
3.5.2 Somente um sentido	78
3.6 Universidade	79
3.6.1 Mais de um sentido	80
3.6.2 Somente um sentido	82
3.7 Cidade	83
3.7.1 Mais de um sentido	83
3.7.2 Somente um sentido	85

<u>3.8 Política</u>	87
<u>3.8.1 Mais de um sentido</u>	87
<u>3.8.2 Somente um sentido</u>	89
<u>CONCLUSÃO</u>	92
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	95
<u>ANEXOS</u>	98
<u>Texto 1</u>	100
<u>Texto 2</u>	101
<u>Texto 3</u>	103
<u>Texto 4</u>	105
<u>Texto 5</u>	106
<u>Texto 6</u>	107
<u>Texto 7</u>	109
<u>Texto 8</u>	112
<u>Texto 9</u>	113
<u>Texto 10</u>	114
<u>Texto 11</u>	115
<u>Texto 12</u>	117
<u>Texto 13</u>	119
<u>Texto 14</u>	121
<u>Texto 15</u>	123
<u>Texto 16</u>	125
<u>Texto 17</u>	129
<u>Texto 18</u>	131
<u>Texto 19</u>	133
<u>Texto 20</u>	134
<u>Texto 21</u>	136
<u>Texto 22</u>	139
<u>Texto 23</u>	140
<u>Texto 24</u>	141
<u>Texto 25</u>	142
<u>Texto 26</u>	145
<u>Texto 27</u>	146
<u>Texto 28</u>	148
<u>Texto 29</u>	149
<u>Texto 30</u>	151
<u>Texto 31</u>	154
<u>Texto 32</u>	156
<u>Texto 33</u>	160
<u>Texto 34</u>	161
<u>Texto 35</u>	163
<u>Texto 36</u>	164

INTRODUÇÃO

Muitos estudos têm-se voltado para a análise e a busca de soluções para os itens de indeterminação semântica em língua natural. As pesquisas sobre indeterminação semântica envolvendo ambigüidade, vagueza e polissemia têm sido relevantes em vários campos dos estudos da linguagem, seja pelas questões teóricas envolvidas, seja pelas aplicações práticas.

O primeiro capítulo desta dissertação tem como objetivo principal apresentar as definições dos fenômenos de indeterminação semântica da linguagem, a saber, vagueza, ambigüidade e polissemia, que serão analisados neste trabalho. Para tal, foi importante que delimitássemos os conceitos desses fenômenos, e, dessa forma, delimitamos também o objeto de estudo do trabalho proposto, privilegiando as definições apresentadas pela lógica, pela semântica tradicional e a semântica moderna, encontradas em muitos dos estudiosos da linguagem. A indeterminação semântica ocorre quando um item lexical corresponde a mais de um sentido _ fenômeno inerente às linguagens naturais. Muitas vezes não é fácil distinguir os diferentes tipos de indeterminação uns dos outros. Para que esta distinção seja possível precisamos de conceitos capazes de explicitar as condições em que estes fenômenos ocorrem.

O segundo capítulo apresenta as bases primordiais da Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1986), e seu objetivo é tentar elucidar os pontos fortes desta teoria. A relevância dos significados das proposições é determinada pela intenção do falante e pelos objetivos ou aspectos pessoais e psicológicos do ouvinte. O ouvinte atinge o máximo da compreensão quando o conteúdo ostensivo, tornado manifesto pelo falante, é o mais relevante. Assim, a interpretação do enunciado é a soma de aspectos

ostensivos, contexto e experiências de mundo. A intenção determina os tipos de informação que o cérebro é capaz de processar a partir das inferências realizadas e suas conclusões implicadas, obtidas através das premissas. A cognição humana parece especialmente modelada para atingir um maior efeito cognitivo com o menor esforço possível. Isto ocorre com a seleção da informação que pareça ao indivíduo a mais relevante.

O terceiro e último capítulo desta dissertação é dedicado à análise de exemplos das seguintes palavras vagas e polissêmicas: política (vaga), cidade, família e universidade (polissêmicas). Todos os exemplos analisados foram retirados de um *corpus* específico – o jornal eletrônico *Folha de São Paulo* e alguns exemplares impressos do jornal *Diário Catarinense*. O objetivo desta seção é observar como estas palavras aparecem no código escrito, isto é, quais as situações comunicacionais em que estes itens ocorrem e de que forma vagueza e polissemia são resolvidas pelos interlocutores. A análise visa a demonstrar como situações de enunciados nos quais ocorrem palavras vagas e polissêmicas são resolvidas pelos falantes e em quais casos há ou não a necessidade de contexto específico que determine o sentido da palavra. Sendo assim, demonstraremos em quais situações o contexto pode ou não determinar o sentido, e ainda, se esse sentido é especificado na mente do falante.

Esta dissertação é um estudo teórico que não se pretende quantitativo. É sim, um estudo qualitativo que trabalha com uma amostragem de uso das palavras selecionadas a partir do *corpus* anteriormente citado. Sendo assim, esperamos que ela possa contribuir para futuras pesquisas relacionadas aos fenômenos de indeterminação, que privilegiam a ambigüidade, a vagueza e a polissemia, dentro de uma perspectiva semântico-pragmática da linguagem.

1 A INDETERMINAÇÃO SEMÂNTICA: AMBIGÜIDADE, VAGUEZA E POLISSEMIA

1.1 Indeterminação semântica

O capítulo que segue tem como objetivo apresentar as definições dos principais fenômenos de indeterminação semântica da linguagem: vagueza, ambigüidade e polissemia. A delimitação dos conceitos desses fenômenos é também a delimitação do objeto de estudo do trabalho aqui proposto. Serão privilegiadas neste primeiro momento as definições oferecidas pela lógica, a semântica tradicional e a semântica moderna encontradas em diversos estudiosos da linguagem.

Quando um item lexical corresponde a mais de um sentido dizemos que há a ocorrência de uma indeterminação semântica, um fenômeno que é inerente às linguagens naturais. No entanto, a dificuldade está em distinguir os diferentes tipos de indeterminação uns dos outros. Para que essa distinção seja possível precisamos de conceitos capazes de explicitar as condições em que esses fenômenos ocorrem. Observaremos como vagueza, ambigüidade e polissemia são analisadas por alguns autores.

A vagueza ocorre quando o uso de uma palavra gera casos duvidosos de aplicação a certos seres ou situações, ou seja, uma situação na qual mais de uma interpretação poderá ser atribuída a um mesmo item.

Quine (1981) considera a vagueza como uma característica das línguas naturais, mas que não invalida o Princípio da Bivalência, segundo o qual toda sentença tem um valor de verdade, isto é, deve, obrigatoriamente, ser verdadeira ou falsa.¹

Em Quine, dois tipos de casos indecidíveis e que ferem o Princípio da Bivalência são apontados: os fatos e as palavras vagas. Na questão do fato não é possível determinar se a sentença é verdadeira ou falsa, porém deve ser assumida como tal. Um exemplo figurativo seria a indeterminação do número de folhas de grama que compõem um campo de futebol, a quantidade de folhas pode ser ímpar ou par e sua indeterminação uma questão de fato.

No segundo tipo – palavras vagas – estão os predicados vagos. A palavra *alto* é vaga porque não podemos determinar o limite (quantos centímetros) a partir do qual uma pessoa deixa de ser baixa para ser uma pessoa alta. O mesmo ocorre no caso de palavras como: *bom, ruim, gordo, magro, montanha, duna, cristão*, etc. Desta forma, não são estabelecidas especificações lingüísticas para a definição dos termos e do valor de verdade da sentença em que estas palavras ocorrem.

Segundo Quine os termos vagos têm aplicabilidade duvidosa, enquanto que os termos ambíguos são verdadeiros ou falsos para os mesmos objetos. Assim a vagueza é uma qualidade inerente às línguas naturais. Ela ocorre quando não se pode determinar se um termo é verdadeiro ou falso em relação a um determinado objeto (casos nebulosos). Para o autor, são as condições de verdade e a extensão que definem a vagueza. Portanto, para Quine, uma sentença é vaga quando não recebe valor de verdade, isto é, quando não é definida sua correspondência com um estado de coisas.

Para a Teoria dos Protótipos de Eleanor Rosch (1978) os itens lexicais reportam-se integralmente a dados aspectos da realidade e não-prototipicamente a outros aspectos, não havendo uma dependência de um valor de verdade para definir sua relação com a realidade. Assim, uma designação como *árvore* é prototípica para um vegetal com mais de três metros de altura, com tronco e copa, e não-prototípica para um vegetal de,

¹ Para maiores informações ver: QUINE, W.V. *Theories and things*. Cambridge, Mass.: Harvard Press, 1981.

por exemplo, um metro de altura e a conformação de uma palmeira. Contudo, a teoria de Quine é compatível com a Teoria da Relevância² que soma às condições de verdade elementos pragmáticos, isto é, a especificação do conceito pode ser obtida a partir do contexto. Importará, aí, a perspectiva do falante ou ouvinte com relação ao conceito comumente associado a uma palavra ou sentença. Por exemplo, uma mulher de trinta anos é velha se falamos de uma ginasta olímpica, e jovem se falamos de pesquisadores de lingüística.

Sadock (1986) argumenta que os fenômenos relacionados à indeterminação são distintos e devem ser diferenciados. Para o autor a vagueza é uma propriedade inerente de uma expressão, de modo que a verdade de uma proposição que envolve a expressão vaga torna-se progressivamente menos determinada.

A vagueza pode ser uma propriedade de qualquer expressão significativa, seja uma expressão básica (i.e., lexical) ou uma expressão produzida de acordo com os princípios combinatórios produtivos da linguagem. Segundo o autor, existem dois tipos principais de ambigüidade: ambigüidade de sentido e ambigüidade de referência.

O primeiro ponto por nós tratado é a ambigüidade de sentido (ou homonímia). Esta ocorre quando uma única forma fonológica possui dois (ou mais) sentidos distintos.

Os casos mais evidentes deste tipo de ambigüidade são aqueles que ocorrem como acidentes da linguagem, quando duas formas têm o mesmo som (*night*, *knight*, ou *ear* “aparelho auditivo” e *ear* “espiga”). Ou ainda, pelo empréstimo do som correspondente ao de uma palavra já existente (*moose*, equivalente, no som, a *mousse*). A ambigüidade de sentido está inquestionavelmente presente em casos em que a expressão pertence a mais de uma classe gramatical (*bear*, substantivo, “*ursus*”, e *bear*, verbo, “*carry*”).

² Teoria da Relevância: formulada na década de 80 por Sperber & Wilson, atingiu seu apogeu na obra *Relevance: communication and cognition*. É uma teoria pragmática voltada para a compreensão dos enunciados.

Do mesmo modo que o sentido é conectado à referência, a ambigüidade de sentido inerente a uma expressão irá levar a uma ambigüidade de referência quando essa expressão for usada em um contexto não explícito.

A ambigüidade referencial ocorre quando, apesar de ter um sentido claro, não é possível determinar a referência da expressão.

A ambigüidade referencial ocorre regularmente no uso de anáforas e expressões indexicais em que não é fácil estabelecer a referência das expressões. Vejamos o exemplo a seguir no seu contexto. A menina escolhendo uma roupa pede à mãe:

(1) Pegue a blusa azul no cabide.

No entanto, no mesmo cabide estão duas blusas diferentes, mas da mesma cor azul. Assim, nesta sentença a referência é ambígua, mesmo que a expressão permaneça com um só sentido.

Outros tipos de ambigüidade são apresentados por Crystal (1985):

(1) ambigüidade estrutural (também chamada de “homonímia de construção” na gramática gerativa): a ambigüidade está na estrutura da frase, constituintes alternativos são atribuídos a uma construção, como em “homens e mulheres jovens” que pode ser analisada tanto como [homens e mulheres] jovens, ou seja, ambos são jovens, ou homens [e mulheres jovens], isto é, somente as mulheres são jovens;

(2) ambigüidade transformacional: representações semânticas alternativas só podem ser esclarecidas relacionando-se a sentença ambígua à estruturas diferentes. A sentença “A mulher do missionário está cozinhando” pode significar que a mulher do missionário está fazendo comida ou que a mulher do missionário está sendo preparada para ser comida por canibais;

(3) ambigüidade lexical: é aquela que não provém da análise gramatical da sentença, mas ocorre devido a significados alternativos de um item lexical “Seu futuro depende da fortuna” (“riqueza” ou “destino” _ polissemia).

Crystal salienta que os semanticistas têm feito uma distinção entre “ambigüidade” e “vagueza”: uma sentença é ambígua quando tem mais de uma estrutura distinta; já a sentença vaga permite uma gama não especificada de interpretações possíveis (ou seja, não pode ser afirmada em termos sintáticos ou fonológicos). Segundo essa teoria, decidir sobre as implicações de uma sentença negativa como *Ele não bateu no cachorro* é uma questão de vagueza, pois não é possível afirmar um número fixo de estruturas subjacentes diversas envolvidas em sua interpretação (No que ele bateu? O que ele fez com o cachorro? Se não foi ele, quem bateu no cachorro?). Este caso de sentença negativa nos parece um caso de não-dito. Para diferenciá-lo da polissemia, Martin (1994) afirma que o não-dito está ligado a questões de referência e não de sentido. Nos casos de polissemia e de vagueza, é o sentido que é visado, e não o referente. Essa distinção entre o não-dito (ligado à referência) e a polissemia e a vagueza (ligadas ao sentido) não parece pertinente, no entanto, para a teoria da precisificação³, na qual, ao invés da oposição entre sentido e referência, temos a oposição entre informações de discurso e informações sobre o mundo, como veremos na seção 1.4.

Assim, o enunciado (Ele não bateu no cachorro) deixa em aberto possibilidades de interpretações diferentes para a representação do mundo por parte dos locutores em uma conversação. No que concerne à informação de discurso, ela não é indeterminada no enunciado referido, não requerendo precisificação. A precisificação é, portanto, um elemento do sentido, e que afeta a informação de discurso, e não está presente quando se trata de informações sobre o mundo, como no exemplo acima.

Sentenças negativas têm, de modo geral, apenas uma representação de significado, é o que afirma Kempson (1977) sobre a relação entre negação e ambigüidade. Voltaremos a este ponto após a exposição dos quatro tipos de vagueza propostos pela autora.

Para Kempson a ambigüidade é, muitas vezes, concebida como um fenômeno no qual tanto as palavras quanto as sentenças podem ter mais de um significado, e são as regras semânticas que determinam quais as palavras ou sentenças ambíguas. No entanto, a autora acredita que o problema está em definir os limites da ambigüidade. Em alguns casos a ambigüidade é clara, como em *Ele colocou o pé na mesa* (Kempson, 1977:125). O ouvinte poderia interpretar esta sentença de formas distintas: a) *ele colocou seu próprio pé sobre a mesa*; ou b) *ele consertou a mesa e colocou o pé (suporte) na mesa*. Já em outros casos não há uma clareza em determinar se a palavra ou sentença é ou não ambígua. A autora toma como exemplo a palavra *boa*. Veja a sentença *Ela tem pernas boas* (Kempson, 1977: 125). Pode-se atribuir a esta sentença significados distintos como *ela tem pernas sadias* ou *pernas bonitas* ou *pernas que funcionam bem*. Com isso, pode-se concluir que a palavra *boa* é usada em sentenças com diferentes interpretações, e esta diferença se dá na base de avaliação do locutor. Contudo, ainda é pertinente questionar se o significado de *boa* é modificado de acordo com a diferença na base da avaliação, de modo que a palavra *boa* corresponde a um único item lexical, em que seu significado é comum a todas essas bases de avaliações distintas. Torna-se mais complicado distinguir em qual das situações acima citadas se encontra a palavra *boa* quando examinamos outros sintagmas. *Uma aluna boa* pode estar referindo-se a alguém que se porta bem, alguém que estuda muito, ou alguém que estuda irregularmente e possui um alto nível de capacidade. O que interessa à autora é decidir se o significado de *boa* é homogêneo e neutro entre as diferentes especificações, ou se *boa* tem diferentes significados quando usada para descrever coisas distintas. Esse é um exemplo da dificuldade encontrada quando se tenta diferenciar a ambigüidade de falta de especificação ou vagueza.

Kempson propõe quatro tipos de vagueza:

a) vagueza referencial: ocorre quando o significado de um item lexical é claro, mas é difícil decidir sobre sua aplicabilidade a certos objetos. Por exemplo, os termos *city* e *town* deixam dúvidas quanto a sua aplicabilidade em determinados casos.

³ Precisão (Pinkal, 1995: 81) é uma maneira de resolver a ambigüidade. Fornece um contexto mais informativo no qual a ambigüidade pode ser precisificada alternativamente como verdadeira ou falsa.

Por *city* entende-se um lugar com muita gente e casas, por *town* um lugar no qual esse número é reduzido. Porém, as quantidades não são especificadas e a aplicação dos termos é duvidosa, pois não há números preestabelecidos que especifiquem quais objetos recaem sob a denominação *city* e *town*;

b) indeterminação do sentido: ocorre quando a interpretação de um item ou sintagma parece indeterminada. A preposição *de* é um exemplo de vagueza:

(2) O livro de João (Kempson, 1977: 127).

O uso da preposição não determina qual a função de *de*, ou seja, se o livro é de João porque pertence a ele, ou se o livro é de João porque ele o escreveu.

c) falta de especificação do significado: ocorre quando o significado de um item, apesar de ser claro, é muito geral. Este é o caso de palavras como *indivíduo*, que não especifica idade, raça, sexo, etc;

d) disjunção de interpretações: ocorre quando o significado de um item envolve disjunção de diferentes interpretações. O melhor exemplo para esse tipo de vagueza é o conectivo *ou*. Por exemplo:

(3) Todos os competidores devem ser do sexo masculino ou usar um traje de banho de peça única. (Kempson, 1977: 128).

Em (3) não sabemos se é preciso apenas um ou outro requisito, ou os dois. Segundo a autora, as duas possibilidades são verdadeiras. Essa disjunção pode ser mais formalmente enunciada em termos de condições de verdade. O conectivo *ou* é representado na lógica por \vee , e foi definido pela autora deste modo:

Qualquer sentença da forma $P \vee Q$ (em que P e Q representam sentenças) será verdadeira se, e somente se, P é verdadeira ou Q é verdadeira, ou se P e Q são verdadeiras.

No entanto, (b) e (d) poderiam ser consideradas situações de polissemia, de uma perspectiva classificatória que está voltada para a palavra. Nos casos de *de* e *ou* o que ocorre é a possibilidade de entendimento da sentença com dois ou mais sentidos distintos. As sentenças em que *de* e *ou* aparecem são ou podem ser ambíguas.

Muitos autores, entre eles Quine (1960), afirmam que a vagueza referencial é a verdadeira vagueza (esse ponto foi observado também pelo Prof. Nilson Lage, em comunicação pessoal).

No que se refere a este tipo de vagueza, a Teoria dos Protótipos de Eleanor Rosch assegura que os itens lexicais reportam-se integralmente a dados aspectos da realidade e não-prototipicamente a outros. No caso de *city* e *town*, por exemplo, Florianópolis é *city*, São José é *town*, mas e Blumenau? Assim, segundo essa teoria o enunciado vago pode ser considerado como não-prototípico.

No caso da falta de especificação do significado, teríamos (essa é também uma observação do Prof. Lage) uma ambigüidade pragmática: na verdade, a precisão na língua natural é função da situação de uso. Por exemplo: no contexto em que um colega afasta-se do trabalho e informam que a causa do afastamento é câncer, a explicação é precisa; a mesma explicação não seria nada precisa caso esta informação fosse dada ao cirurgião que irá operar a pessoa doente.

Em Zhang (1998), o autor compara as definições dadas por Kempson com as suas próprias definições apresentadas no artigo: (a) corresponderia a um caso de “*fuzziness*”; (b) e (d) seriam casos de vagueza; e (c) um caso de generalidade.

Kempson, contudo, oferece conceitos claros para os fenômenos de indeterminação, apresentando um teste para separar os casos de vagueza dos casos de ambigüidade.

Kempson define ambigüidade da mesma forma que Quine. Para esta autora a sentença é ambígua se ela for ao mesmo tempo verdadeira e falsa em relação ao mesmo estado de coisas. As condições de verdade são ressaltadas pela autora, quando relaciona o significado e a verdade, considerada a partir da definição de Tarski (1943)

proposta na fórmula *S é verdadeira se, e somente se, p*. No entanto, essa formulação não serve nos casos pouco claros, pois a caracterização da ambigüidade como assinalação simultânea a uma sentença dos valores verdadeiro e falso não constitui um critério para decisão nos casos duvidosos.

Kempson considera que uma forma útil de distinguir as sentenças ambíguas das não ambíguas seriam os processos anafóricos, que se referem a uma parte anterior da sentença. O exemplo utilizado é a expressão *fazer isso também*, usada quando a ação já foi descrita e está sendo citada novamente. Ou seja, o uso da expressão *fazer isso também* exige a identidade dos sintagmas verbais em questão, proporcionando um teste para a ambigüidade.

Se um sintagma verbal tem dupla ambigüidade, pode-se prever que quando está ligado a um sintagma verbal *pro forma*, toda sentença terá dupla ambigüidade. Qualquer que seja a interpretação implicada, a expressão *fazer isso também* tem de ser idêntica a essa interpretação, ou seja, uma sentença de dupla ambigüidade deve receber duas representações semânticas para caracterizar seus dois significados. Uma expressão constituída de um sintagma verbal *pro forma* exige identidade de significado, uma sentença de dupla ambigüidade juntamente com essa expressão só pode ser duplamente ambígua – nas duas representações do significado da sentença, a expressão *pro forma* será sempre idêntica a ela.(Kempson, 1980:131). Vejamos:

(4) João colocou o pé na mesa e Joaquim fez isso também.

Esta sentença pode significar que João consertou a mesa colocando o pé que faltava e Joaquim fez o mesmo. Ou ainda, João colocou seu próprio pé sobre a mesa e Joaquim também. O que não é possível é que João conserte a mesa e Joaquim coloque seu próprio pé sobre a mesa, pois neste caso o significado dos sintagmas verbais não seriam o mesmo.

Em caso de sintagma verbal não-especificado ou vago, temos uma previsão contrária. Expressões do tipo *fazer isso também* exigem uma identidade em relação a

algum contraste, não havendo motivos para esperar que as interpretações não-idênticas sejam excluídas. No caso de *João é meu vizinho e Maria também* (Kempson 1977:132), não significa que Maria tenha as mesmas propriedades de João – homem, adulto, etc. – por estar na mesma condição de vizinha. O mesmo ocorre em *O pintor já fez a sala e o faxineiro também*, o que não significa que o faxineiro tenha pintado a sala. Na verdade, a interpretação natural é que duas ações diferentes foram realizadas. Assim, *fazer a sala* não é ambígua e sim não-especificada.

Veremos como o teste funciona em casos pouco claros:

(5) João matou o pássaro e Maria fez o mesmo. (Kempson, 1977: 132).

O verbo *matar* pode descrever tanto atos intencionais como atos não intencionais, o que nos questionamos é se o verbo *matar* é ambíguo ou se é não-especificado em relação à intenção. No caso de ser ambígua, a sentença (5) não poderia gerar interpretações conflitantes quanto à intencionalidade de João e Maria. Porém se *matar* for não-especificado quanto à intenção de *matar* ou não, interpretações conflitantes seriam possíveis. É perfeitamente possível imaginar um contexto no qual João matou propositadamente o pássaro com sua arma; Maria acidentalmente passou em cima de um ninho matando um pássaro. O verbo *matar* é assim identificado pelo teste como vago. Com isso, a palavra *matar* é apenas não-específica em relação à intencionalidade.

No entanto, para a teoria da precisificação, o termo *matar* é polissêmico, sendo tanto sinônimo para assassinar como para causar a morte. Com base no conceito de precisificações (alternativas de significado), Moura (artigo *Langages*, no prelo) sustenta que na polissemia precisificações estão disponíveis no léxico, enquanto que na vagueza são determinadas pelo contexto. Assim, as duas acepções do verbo *matar* já estão marcadas no léxico.

Retomaremos agora a relação entre ambigüidade e negação. Sentenças negativas têm, de modo geral, apenas uma representação de significado. Assim,

sentenças negativas não são ambíguas, o que é confirmado pelo teste *pro forma* anteriormente apresentado.

(6) Na segunda-feira não era a mulher que batia à porta, e na terça também não: na segunda-feira era um homem e na terça-feira uma menina. (Kempson, 1977:134).

Há dois objetivos pretendidos no uso de *não era a mulher que batia à porta* em (6). O primeiro garante que na segunda-feira quem bateu à porta era um adulto do sexo masculino e não feminino, portanto, não era uma mulher, o segundo assegura que na terça-feira seria falso que fosse uma mulher que batera, pois a pessoa em questão é alguém do sexo feminino que não era adulto. Com isso, existem bases diferentes para a sentença *não era uma mulher*. Na primeira, a exigência da condição de feminilidade para a verdade da sentença positiva não foi atendida; na segunda, não satisfaz a condição de ser adulto para a verdade positiva da sentença. Não há diferença no significado da sentença negativa em questão, o que ocorre é a chamada ambigüidade de escopo da negação, ou seja, diferentes elementos aos quais a negação se aplica. No primeiro caso, em *não era uma mulher* – era um homem, o escopo está restrito à condição de feminilidade; no segundo – era uma menina, o escopo da negação limita-se à condição de ser adulto. Com isso, verificamos que em sentenças desse tipo o teste *pro forma* mostra que diferenciar o escopo da negação não resulta em ambigüidade. Pode-se dizer que sentenças negativas não são ambíguas com relação às variações no escopo da negação.

Analisemos agora um último caso, o da ambigüidade entre hiperônimos e hipônimos. Adotaremos como exemplo a palavra *onça*, que seria ambígua entre o item *onça*, que não especifica o sexo, e o item *onça-fêmea*. Vejamos como fica o teste de ambigüidade para o item *onça* através do teste do sintagma verbal *pro forma*:

(7) Maria comprou uma onça e João também: Maria escolheu uma fêmea porque quer cuidar dos filhotes, mas João teve o cuidado de escolher um macho. (Kempson, 1977: 137).

Poder-se-ia dizer que em um primeiro momento trata-se do sentido mais geral aplicado para *onça* e em um segundo momento a especificação do sentido empregado para o item *onça*. O teste *pro forma*, nesses casos de sentido geral e específico, demonstra uma interpretação cruzada e ausência de ambigüidade, uma vez que a sentença pode ser compreendida com base na interpretação mais geral, possibilitando interpretações cruzadas. Assim sendo, uma sentença ambígua entre duas dessas interpretações não passará no teste de ambigüidade, esgotando, para o fim a que se destina este estudo, a avaliação da teoria de Kempson.

Como já se pode perceber, alguns tipos de indeterminação semântica podem eventualmente ser confundidos, por isso a necessidade de estabelecer critérios que permitam diferenciar cada caso.

Para caracterizar a polissemia e distingui-la da vagueza, propomos o critério da lexicalização desses termos a palavra polissêmica apresenta mais de um sentido, estando seus sentidos associados a um item lexical e mantendo entre si algum tipo de relação semântica. Já a vagueza envolve diferentes possibilidades de interpretação, determinadas pelo contexto e não previamente disponíveis na língua.

1.2 Vagueza e cognição

Carston (1988) afirma que as informações implícitas na sentença são necessárias para a compreensão dos enunciados, e estas informações não estão restringidas à semântica. A semântica proporciona elementos para as condições de verdade somente a partir da forma lógica, ou seja, aquilo que foi dito, o que está explícito no enunciado. A pragmática, por sua vez, se encarrega de proporcionar outras informações complementares, extraídas das informações implícitas, favorecendo ao ouvinte/falante a compreensão da sentença. Na posição clássica e também na de Grice (1967) os fatores semânticos são iguais às condições de verdade, ao passo que para Carston as condições de verdade são alcançadas através da soma de fatores lingüísticos mais a cognição. Assim, em casos como a vagueza, que não são determinados apenas por fatores semânticos, é necessário que se recorra ao processamento cognitivo da informação contida no enunciado ou termo vago, e isto ocorre por meio da intenção e

inferências realizadas pelo falante/ouvinte durante o ato comunicacional. As condições de verdade da sentença alcançadas através desta soma – fatores lingüísticos mais fatores cognitivos – estão refletidas no contexto que é o responsável pela resolução da vagueza. Esse é um ponto central a ser discutido neste trabalho. Há, ainda, autores que enxergavam a vagueza como uma falha grave na linguagem natural; contudo, para outros, como Lakoff (1987) e Quine (196), a imprecisão é uma característica útil no processo comunicacional, dando flexibilidade e riqueza à linguagem.

1.3 Polissemia

Polissemia é comumente definida como a existência de mais de um sentido, estando os sentidos associados a um item lexical e mantendo entre si algum tipo de relação semântica. Vejamos as definições de Crystal (1985) e Lyons (1981) respectivamente:

Polissemia: termo usado na análise semântica para caracterizar um item lexical com uma variedade de significações diferentes, como *manga* = “parte da camisa”, “parte do abajur”, etc. Uma grande parte do vocabulário da língua é polissêmica. O problema do lingüista é como distinguir a polissemia (uma forma e diversas significações) e a homonímia (dois itens lexicais com a mesma forma fonológica). Por exemplo: *bear* em inglês (“ursus”, “carregar”) ou *quarto* em português (“local para dormir”, “numeral ordinal”). Já foram sugeridos vários critérios como a ETIMOLOGIA (as origens de itens homônimos seriam diferentes) e a proximidade da relação entre os itens em questão (as significações dos itens homônimos seriam mais distintas ou não relacionadas). Por exemplo, seriam homônimos os sentidos de *manga* acima e também *barata* = “que custa pouco, não cara”, e *barata* = “inseto”, ou *manga* = “fruta” e *manga* = “parte da camisa”. Porém, todos esses critérios envolvem problemas analíticos e a distinção entre a polissemia e a homonímia permanece uma fonte de discussão teórica na lingüística. (Crystal, 1985: 202)

A polissemia (ou significado múltiplo) é uma propriedade de lexemas simples. Por exemplo, “*neck*” (pescoço, gargalo) é normalmente tratado pelos dicionários de inglês como um único lexema com

diferentes significados: ou seja, polissêmico. Os lexemas não têm um número determinado de significados distintos. A descontinuidade na linguagem é uma propriedade da forma, não do significado. Está na própria essência das línguas naturais o fato dos significados lexicais se mesclarem uns com os outros e de serem indeterminadamente aplicáveis. A única forma de resolver, ou talvez de delimitar, o problema é abandonar totalmente os critérios semânticos, na definição de lexema, contando apenas com os critérios sintáticos e morfológicos. (Lyons, 1981: 142)

A polissemia tem sido um tema importante para a semântica tradicional.

Rehfeldt (1980), por exemplo, tenta observar a origem da polissemia. Segundo a autora, uma das causas da polissemia é a arbitrariedade lingüística. Afirma também que a denominação dos objetos está presa a uma convenção lingüística que permite que as pessoas se comuniquem. Para Rehfeldt o nome do fenômeno não tem relação com sua natureza, fazendo com que determinado nome represente mais de um elemento da realidade.

A polissemia é vista de formas distintas:

- a) como economia lingüística, e
- b) como uma deficiência no sistema lingüístico.

Outro aspecto importante para a autora é que elementos culturais influenciam a existência das palavras, podendo elas ser aceitas, mantidas, alteradas e eliminadas da língua. As palavras podem ter seu significado alterado pelo fato dos falantes desconhecerem o sentido primitivo ou confundi-lo com outro sentido, ou por adaptarem sentidos novos às palavras de acordo com a circunstância do ato comunicacional.

Com isso a riqueza ou não do léxico é devida à influência cultural, uma vez que o vocabulário utilizado por uma comunidade lingüística representa grande parte daquilo que caracteriza esta sociedade.

A polissemia, considerada um fenômeno diacrônico, é caracterizada pela adição de novos significados ao primitivo, que aparecem no plano diacrônico da língua. Não é possível determinar quando um item lexical foi criado ou quantas foram as acepções usadas pelos falantes em um determinado período. Se investigar a polissemia não é uma tarefa fácil, o lingüista depara-se ainda com uma dificuldade a mais: a homonímia.

De acordo com Rehfeldt (1980), polissemia e homonímia podem ser confundidas no plano sincrônico. E no que diz respeito ao assunto, parece não haver um critério suficientemente adequado para que seja feita a distinção entre os dois fenômenos.

Segundo a autora, pode-se dizer que o critério etimológico, baseado na origem das palavras, seria o mais adequado. Com isso, as palavras polissêmicas são compostas pelo mesmo **etmo**, enquanto que as homônimas são compostas de etmos diferentes. Por outro lado, a ausência de fatos que comprovem todos os etmos faz com que este critério não possa ser considerado plenamente satisfatório.

Rehfeldt argumenta que a solução oferecida por Câmara (1970) é bastante simplista. Segundo Câmara, a homonímia é definida como formas distintas, mas constituídas do mesmo segmento fônico. Assim, tem-se em português, *pata* (membro de locomoção de um quadrúpede) e *pata* (fêmea do pato); *canto* (substantivo) e *canto* (primeira pessoa do indicativo presente do verbo “cantar”).

O problema, segundo Rehfeldt, se complica pelo conceito de polissemia, ou seja, a possibilidade de uma forma ter variações de sentido muito nítidas. Então até que ponto se teria polissemia e onde começaria a homonímia?

Para tal questionamento, a autora, ainda citando Câmara, diz que para este autor seria vantajoso introduzir considerações diacrônicas na descrição sincrônica. Por exemplo: *canto* _ de origens latinas diferentes – e *cabo*. *Cabo* (= posto militar) e *cabo* (= acidente geográfico) vêm do latim “caput” (= cabeça), enquanto que *cabo* (= peça para segurar um instrumento) vem de “capulus”, derivado de “carpere” (segurar). No

entanto, a diacronia falha na descrição sincrônica. Um exemplo seria a palavra *pata*, de origem desconhecida, tendo possivelmente os dois homônimos a mesma origem. A solução para Câmara seria a partir da distribuição das formas: distribuição igual indicaria polissemia; distribuição diferente indicaria homonímia. É válido para distinguir funcionalmente polissemia de homonímia, porém não contribui para o esclarecimento dos problemas semânticos que estão envolvidos.

Rehfeldt, baseada na dificuldade de especificar as diferenças entre polissemia e homonímia, opta por uma perspectiva sincrônica, na qual o uso em frases e as circunstâncias em que a palavra é usada é que determinam o significado, desta forma anulando o problema de diferenciar polissemia de homonímia.

Para esta autora o contexto extralingüístico é importante, pois nem sempre o contexto lingüístico, ou seja, a sentença, é suficiente para especificar o significado atribuído pelo falante, como ocorre nos casos de ambigüidade.

Stephan Ullmann (1987) dedica o quarto capítulo da obra *Semântica à ambigüidade, polissemia e homonímia*.

A ambigüidade é uma ocorrência lingüística que surge de diferentes modos. Entre eles, o autor cita três principais formas: fonética, gramatical e lexical.

1) A ambigüidade pode surgir, na língua falada, a partir da estrutura fonética da frase. Grupos de palavras diferentes podem se tornar homônimas, causando ambigüidade, por exemplo, em inglês, *near* (rim) e *an ear* (uma orelha), devido à sua produção acústica.

2) Há duas possibilidades que resultam em ambigüidade gramatical: a) muitas formas gramaticais, livres ou ligadas, são ambíguas. É o que ocorre com alguns prefixos e sufixos que têm mais de um significado. Por exemplo, o prefixo *in-* (em, dentro de, sobre, em direção a). É o caso de palavras como *indent* (entalhe) e *inborn* (inerente); já o homônimo do prefixo *in-* exprime negação ou privação: *inappropriate* (impróprio) e *inconclusive* (inconcludente). Também é o

caso do sufixo *_able* que pode tanto significar *desirable* (desejável) como *readable* (legível); b) o outro tipo de ambigüidade é a frase equívoca. As palavras individuais não são ambíguas, mas sua combinação pode gerar mais de um significado. Por exemplo: *I met a number of old friends and acquaintances* (Encontrei vários velhos amigos e conhecidos). O adjetivo *old* pode estar se referindo apenas aos “amigos” de “aos amigos e conhecidos”. As ambigüidades deste tipo são, normalmente, resolvidas pelo contexto.

3) O fator lexical é considerado pelo autor como o mais importante fator da ambigüidade. Em muitos casos mais de um sentido está relacionado a um mesmo nome: a) a mesma palavra pode ter dois ou mais significados diferentes – polissemia. O substantivo *board* pode significar uma tábua fina, um tabuleiro, uma mesa, as pessoas sentadas à mesa de um Conselho, etc. Na maioria das vezes, somente um dos significados é adequado para um determinado contexto; b) duas ou mais palavras podem ser idênticas quanto ao som – homonímia. Palavras como *seal* (foca) nome do animal e *seal* (selo), lacre usado em cartas. Devem ser consideradas como homônimas palavras com escrita diferente e pronúncia idêntica, por exemplo, *root* (raiz) e *route* (rota).

Polissemia e homonímia, em alguns casos, são acompanhadas por diferenças sintáticas: *doublé* é usado como adjetivo (duplo, dobrado); como advérbio (duas vezes); como verbo (dobrar, duplicar) e como substantivo (sósia, duplicado). Os diferentes empregos determinam, além do significado, sua função gramatical. Palavras homônimas podem provir de classes diferentes: *grave*, adjetivo (grave) e *grave*, substantivo (sepultura).

Para Ullmann polissemia e homonímia são tão distintas que devem ser analisadas separadamente:

“Polissemia é um traço fundamental da fala humana, que pode surgir de maneiras múltiplas”.(Ullmann, 1987).

O autor examina cinco fontes, quatro nativas, implicando a quinta a influência da língua estrangeira.

1) Mudanças de aplicação: as palavras são constituídas de diferentes aspectos, de acordo com o contexto em que elas ocorrem. Alguns destes aspectos são variáveis, enquanto que outros podem se transformar em matizes permanentes de significado e ao passo que se separam, pode-se então considerá-los como significados distintos de um mesmo termo. Sobre este ponto, Kleiber (1990), na versão estendida da teoria dos protótipos, postula uma polissemia intrínseca à significação lexical. O significado consiste numa rede de relações no âmbito de esquemas cognitivos. Sem o recurso a esses esquemas, não é possível, segundo a teoria, estabelecer um significado *a priori* para o item lexical. Dessa forma, a teoria assume radicalmente o postulado da indeterminação do sentido. Na versão estendida, o significado de um item lexical se organiza polissemicamente entre vários significados que mantêm diferentes relações de sentido entre si.⁴

2) Especialização num meio social: a polissemia ocorre em todos os meios sociais, e seu emprego é adequado ao contexto em que ocorre, ou seja, uma mesma palavra pode adquirir um número de sentidos especializados, porém somente um destes sentidos poderá ser aplicado em dado contexto. Um exemplo é a palavra *paper* (papel), que não se refere só ao material em geral, mas a uma série de outros significados: documentos legais ou oficiais; um jornal; etc. Alcança-se a forma extrema da especialização quando um substantivo comum se torna um nome próprio que designa um só objeto em um ambiente específico. Por exemplo: a *House* (casa do Parlamento), a *Tower* (torre de Londres), e a *Yard* (Scotland Yard).

3) Linguagem figurada: uma palavra pode ter um ou mais sentidos figurados sem perder o seu significado original. A palavra *eye* (olho) pode ser aplicada a outros

⁴ Wierzbicka (1996), no entanto, reage ao caráter polissêmico e à indefinição dos limites do sentido de um item lexical, que em última instância conduzem à impossibilidade de uma definição semântica uniforme de tal item. A autora argumenta que essa definição é possível desde que se procure um valor semântico invariante para os diferentes usos polissêmicos. Desta forma, não é justificável, por exemplo, propor uma polissemia para 'amor' como (1) amor romântico, (2) amor dos pais, (3) amor entre amigos, porque se pode considerar que todos esses supostamente diferentes tipos de "amor" compartilham um valor semântico invariante.

objetos como um objeto que se assemelha ao olho na aparência, forma ou posição, por exemplo, o centro de uma flor, o grelo de uma batata, a marca na cauda de um pavão, ou a abertura da qual jorra água de uma fonte, entre outros.

4) Homônimos reinterpretados: quando duas palavras têm o mesmo som e uma pequena diferença no significado, pode-se considerá-las uma única palavra com dois sentidos: *ear* (orelha) e *ear* (semente). Serão casos de homonímia se os dois termos têm origens diferentes, mas caso a etimologia seja desconhecida, é possível estabelecer a relação apenas baseada em elementos psicológicos. Este é um tipo raro de polissemia e seus exemplos duvidosos, pois não há como assegurar qual a conexão feita pelo locutor.

5) Influência estrangeira: um dos muitos processos pelos quais uma língua pode influir em outra é pela mudança de significado de uma palavra já existente. Em alguns casos o novo sentido substitui por definitivo o sentido antigo. O empréstimo semântico é comum quando ocorre um contato íntimo entre duas línguas, na qual uma língua serve de modelo para outra. O termo *caso* ilustra esta ocorrência. Em grego $\pi\tau\omega\sigma\iota\delta$ (queda, ruína) foi usado para designar caso gramatical. Foi copiado em Roma dando à palavra latina *casus* (queda, ruína, acontecimento) o sentido adicional *caso gramatical*. O duplo significado persiste nos descendentes modernos de *casus*: em inglês *case*, em francês *cas*.

Algumas formas de polissemia estão tão difundidas e parecem tão naturais que é difícil estabelecer sua origem.

Para Ullmann (1987), entre as cinco fontes de polissemia citadas acima, as três primeiras – mudanças de aplicação, especialização do significado, e emprego figurado – são as mais importantes; das outras duas – a reinterpretação de homônimos é muito rara, enquanto que o empréstimo semântico, embora muito comum em determinadas situações, não é um processo normal na linguagem cotidiana.

Ullmann considera a homonímia menos comum e complexa do que a polissemia, ainda que seus efeitos possam ter igual gravidade ou ainda ser mais dramáticos. Segundo o autor, são apenas três os processos pelos quais a homonímia pode

surgir, sendo que o terceiro é de pouca importância. O primeiro processo apresentado por Ullmann é o da *convergência fonética*, que afirma ser a homonímia mais comum a causada pelo desenvolvimento de sons convergentes. Sob a influência de mudanças fonéticas, duas ou mais palavras que, em um momento anterior, tiveram formas distintas, coincidem na linguagem falada, e às vezes na escrita. Veja os exemplos usados pelo autor:

inglês antigo *melo* > *meal* (farinha) → [mi:l]⁵

inglês antigo *mæł* > *meal* (refeição) → [mi:l]

escandinavo antigo *rās* > *race* (corrida) → [reis]

francês *race* > (raça, casta) → [reis]

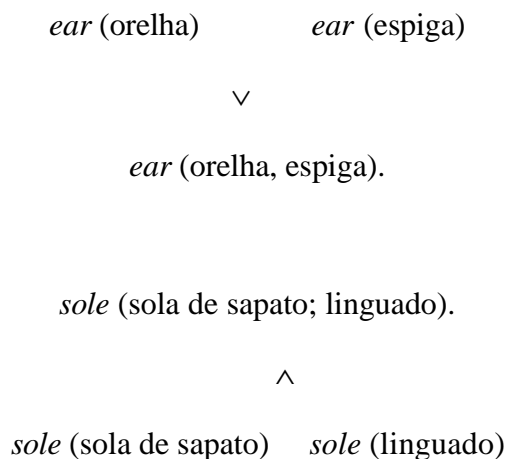
Este é um tipo de homonímia que ocorre com relativa frequência em línguas com um alto número de palavras monossilábicas como o inglês e o francês.

A homonímia é favorecida pela perda das consoantes finais, isto ocorre mais no francês do que no inglês, uma vez que neste último a conservação das consoantes finais ajuda a preservar as palavras distintas umas das outras.

Algumas palavras em francês consistem em uma única vogal, como no exemplo: *au* (ao, às) – *eau* (água) – *haut* (alto) – todas pronunciadas | o | .

O segundo ponto apontado por Ullmann é o da *divergência semântica*, onde a homonímia pode também ser provocada pelo desenvolvimento de sentidos divergentes. Isto é, quando dois ou mais significados da mesma palavra se separam de tal maneira que não permanece nenhuma conexão evidente entre os significados, a polissemia dará lugar à homonímia e a unidade da palavra será destruída. É o caso de palavras como o verbo, em inglês, *to long* (ansiar, anelar) e o adjetivo *long* (longo); *rake* (homem de hábitos dissolutos, libertino) e o verbo *to rake* (revolver, remexer), entre outros.

O caso a seguir de homonímia é equivalente a reinterpretação de homônimos como se fossem uma única palavra com dois sentidos como nas duas formas de *ear* citadas anteriormente. O autor apresenta o seguinte esquema para representar as duas tendências que operam em direções opostas:



O primeiro caso é de duas palavras fundidas em uma; no segundo, uma palavra foi dividida em duas. Este último parece ser mais comum que o primeiro.

A passagem da polissemia à homonímia apresenta o mesmo grau de dificuldade que o processo inverso encontra, pois não é possível medir a proximidade dos significados.

Decidir entre polissemia e homonímia está relacionado ao trabalho que o lexicógrafo exerce, esta decisão seria certamente subjacente e até certo ponto arbitrária.

Influência estrangeira: muitas palavras introduzidas por línguas estrangeiras assumem a categoria de homonímia. Em alguns casos este tipo de homonímia gerou conflitos, como acontece em *gate* (porta, entrada) do inglês antigo *geat* – *gate* (estrada, rua) do antigo escandinavo. Quando uma palavra emprestada se firma em um novo ambiente lingüístico adapta-se ao sistema fonético local, sofrendo mudanças comuns dos sons, podendo coincidir com outras palavras da língua.

⁵ O símbolo > indica apenas a transformação da palavra citada, enquanto que a → indica apenas que a sua direita está a transcrição fonética da palavra citada.

Obviamente, o autor apresenta problemas e algumas soluções para polissemia e homonímia. Estes elementos não serão explicitados, pois não é objetivo deste estudo entrar em tais detalhes, uma vez que busca apenas conceitos e descrições dos fenômenos, a fim de delimitar o objeto de estudo.

Verifica-se, como vem sendo demonstrado neste capítulo, que diferentes autores têm estudado os fenômenos de indeterminação. Veremos a seguir estes fenômenos em uma visão semântico-pragmática.

Moura (comunicação apresentada no Gelne 2000) sugere dois tipos de polissemia: literal e metafórica. Segundo o autor, é comum que uma mesma palavra apresente dois tipos de polissemia, a literal e a metafórica. É o caso da palavra *artista*. *Artista* pode representar, no campo literal, vários significados: a) ator; b) cantor; c) escultor; etc.; como metáfora, alguém é um *artista* se é cheio de artimanhas.

A maior parte dos autores estudados considera que na homonímia não há relação entre os sentidos em questão, e na polissemia há. Mas outros autores consideram que a homonímia ocorre quando uma das alternativas de sentido é obrigatoriamente escolhida, ao passo que na polissemia mais de uma alternativa pode ser válida no contexto. Este último é, obviamente, um novo critério no tratamento de homonímia e polissemia.

Retomaremos agora à questão da distinção entre polissemia e homonímia (tanto polissemia como homonímia podem ser casos de ambigüidade). A homonímia é geralmente definida como “a situação na qual um item lexical é associado com ao menos dois sentidos diferentes e sem relação entre si” (Pustejovsky & Boguraev, 1996:2, apud Moura, 2000). Um exemplo típico é a palavra *banco*. Não há relação evidente entre os sentidos de instituição financeira e assento.

Para interpretarmos palavras homônimas, uma das alternativas de sentido deve ser selecionada e ser verdadeira, enquanto que as outras possibilidades de sentido devem ser eliminadas e consideradas falsas na situação dada.

Por outro lado, a polissemia não remete necessariamente a um só dos sentidos possíveis. Mais de um sentido pode estar presente.

Vejamos o exemplo dado por Pinkal (1995) no uso da palavra *veloz* quando aplicada a um carro – pode ter uma interpretação concreta e uma disposicional. Ao ver um Porsche a 180 km/h, e ao classifica-lo como um carro *veloz*, pode-se estar tanto realizando uma interpretação concreta – falando sobre a velocidade em que o carro está andando – quanto estar realizando uma interpretação disposicional – fazendo referência à capacidade de andar em alta velocidade que caracteriza este carro. Nesta situação contextual não há necessidade de desambigüização, ou seja, não é preciso escolher uma ou outra interpretação. Assim, a sentença pode receber valor de verdade I (indefinido) em relação aos dois sentidos (o concreto e o disposicional) do enunciado.

Podemos ver que a homonímia caracteriza-se por não permitir um nível indefinido de precisificações alternativas; e a polissemia por aceitar tal nível indefinido em certos contextos. Esse é o novo critério proposto, que será adotado nesta dissertação.

Tomemos por exemplo a palavra *universidade*, que tanto pode significar a instituição acadêmica quanto o prédio ou ainda a comunidade que nela trabalha.

A palavra *universidade* pode ter mais de um sentido em uma mesma ocorrência, como a instituição, as pessoas que fazem parte dessa instituição ou a ainda o prédio (local físico em que se encontra a instituição), nesses casos o contexto nem sempre resolve a polissemia da palavra. Há, também, os casos em que somente um sentido é compatível com a decodificação lingüística do enunciado, e nesses casos é o contexto que determina o sentido da palavra polissêmica. Ocorrências como esta serão demonstradas na análise de dados no capítulo 3.

Para finalizar este capítulo será apresentada a visão de Geoffrey Nunberg (1996), em uma teoria representativa da pesquisa na semântica atual.

Nunberg (1996) sugere as seguintes definições e exemplos:

Transferência de significado: conjunto de processos lingüísticos produtivos que nos dá possibilidade de usar a mesma expressão para referirmo-nos a qualidades distintas de categorias de coisas. Envolve tudo aquilo que conhecemos como figuras de linguagem (metáforas, metonímias, etc.), com a diferença de que transferências são processos lingüísticos e figuras de linguagem relações conceituais independentes.

Os mecanismos de transferência:

Exemplo:

Mostrando a chave a um funcionário do estacionamento, o indivíduo diz:

(8) Isto está estacionado lá atrás.

(9) Eu estou estacionado lá atrás.

(10) Questo è parcheggiato in dietro.

Neste caso, o item lexical carro é substituído por “isto” ou “eu”. As evidências lingüísticas dessa transferência são: número do demonstrativo, gênero gramatical de demonstrativos e adjetivos. A sentença (8) constitui transferência indexical: admite um demonstrativo ou indexical para se referir a um objeto que corresponde ao elemento contextual depreendido de uma demonstração ou do caráter semântico da expressão. Em (9) constitui transferência de predicado: a propriedade que se aplica a certa coisa de um domínio específico pode ser usada como propriedade que se aplica a coisas em outros domínios.

Condições de transferência de predicado: a propriedade simbolizada pelo predicado derivado deve corresponder de certa forma à propriedade simbolizada pelo predicado original.

(11) Eu estou na Whitney.

(12) Eu estou no segundo engradado à esquerda.

Quando uma pintura é colocada em um museu seu criador adquire uma propriedade digna de nota, ao passo que quando uma coisa é colocada em um engradado não existe esta relação.

Estas sentenças exemplificam transferências de significado de expressões de relação relevante, de modo que “estar na Whitney” denota a obra e não a pessoa do pintor, mas se torna de fato uma propriedade importante do pintor.

Transferência de predicado em nomes comuns: a transferência de significado não se restringe a “sintagmas verbais”, mas também pode ser aplicada às propriedades que são expressas por nomes comuns:

- (13) a) Quem é o sanduíche de presunto?
 b) O sanduíche de presunto está na mesa 7.

Esse tipo de transferência como em (13a), é causado pela relação do cliente com o prato que pediu e está expresso por um nome comum.

A transferência de significado expressa por um nome comum, como em (13b), não pressupõe a existência de um só sanduíche de presunto, mas de um único pedido, referindo-se, assim, por transferência, ao cliente da mesa 7.

Transferência de predicado em polissemia sistemática: a disponibilidade de transferência para substantivos, adjetivos e outros é o que determina os padrões de alternância lexicais conhecidos como “polissemia regular”, “polissemia sistemática”, e outros.

Exemplos de polissemia sistemática:

- a) marchas por carro: 4 marchas, automático, etc.
b) pintores por obras: um Picasso, um Derain, etc.
c) plantas por madeira: a mesa é de carvalho, etc.

As alternâncias lexicais que envolvem transferência de predicados são frequentemente subordinadas a situações específicas que não parecem ter explicação geral pragmática.

(14) Eu gosto de um copo de laranja no café da manhã.

Transferências lexicais ou não-lexicais são sujeitas aos mesmos graus de contextos pragmáticos e exploram os mesmos mecanismos semânticos. Transferência não é um processo intrinsecamente lexical.

Algumas das palavras analisadas, como universidade e cidade, são também casos de polissemia sistemática, como poderemos observar na seção 3.5 do capítulo 3.

1.4 Ambigüidade e contexto

Como já dito anteriormente, polissemia e homonímia são ou podem ser casos de ambigüidade. A seguir veremos alguns exemplos. Segundo Moura (1999:78), (15) e (16) são resolvidos pelo contexto, ao contrário de (17), no qual temos um caso de vagueza:

(15) Antônio Ermírio comprou a Folha de São Paulo.

(16) O chefe do departamento expulsou o aluno porque descobriu algo incriminador. (Green, 1996:78).

(17) Collor é cristão.

Segundo o autor, a interpretação das sentenças acima depende da interpretação que atribuímos às palavras do falante. Ainda que se tenha o conhecimento de que Antônio Ermírio não comprou a empresa Folha de São Paulo, não podemos interpretar (15). Ocorre nesta sentença um caso de ambigüidade lexical. Caso nada do que foi informado no discurso sugira (a) que Antônio Ermírio comprou o jornal do dia; ou (b) que comprou a empresa jornalística Folha de São Paulo, devemos inferir pragmaticamente a intenção do falante no momento em que o discurso foi enunciado. O contexto determina a interpretação selecionada (a) ou (b) e resolve a ambigüidade.

Em (16) a sentença contém uma ambigüidade anafórica, uma vez que “ele” pode referir-se anaforicamente ao chefe ou ao aluno ou ainda a uma terceira pessoa. Podemos resolver a ambigüidade da sentença atribuindo ao locutor a crença de que o aluno fez algo errado. Por outro lado, poder-se-ia atribuir-lhe a crença de que o chefe cometeu um ato irregular. Trata-se de uma inferência pragmática, pois o contexto deixa indefinida a relação anafórica.

Em (17) a sentença pode tanto ser verdadeira como falsa (sendo assim indefinida #), dependendo da definição dada à palavra “cristão”. O que ocorre é um caso de vagueza. Na vagueza mais de uma interpretação é possível, mesmo que se realizem inferências pragmáticas. A especificação do contexto não elimina a vagueza intrínseca de certas palavras em determinados casos.

Para Moura ainda que especifiquemos que (17) tenha sido dita por um jornalista tendenciosamente governista no período do governo Collor, isso não nos leva a uma única interpretação possível do sentido de “cristão” para o locutor da sentença.

Para o autor, pelo menos duas interpretações seriam possíveis: (a) aqueles aceitos pela sociedade como cristãos e (b) aqueles considerados cristãos pela Igreja; (a) e (b) são hipóteses válidas para a interpretação da sentença, o problema recai sobre o fato de que as duas interpretações para “cristão” não são sinônimas.

Podemos agora afirmar que vagueza intrínseca é aquela que não é eliminada nem pelo contexto nem pela recuperação da intenção do falante.

Quando falamos em contexto e intenção do falante, estamos obviamente nos referindo a elementos pragmáticos. A Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1986) é sem dúvida uma teoria pragmática do significado. Esta teoria está voltada para a compreensão de enunciados. Sendo assim, o contexto é elemento fundamental nesse processo, fazendo com que a comunicação seja bem ou malsucedida. A Teoria da Relevância surgiu a partir da noção griceana de implicatura⁶ e de seu Princípio

Implicatura: refere-se às implicações que podem ser deduzidas da forma de um enunciado, com base em certos princípios que regem a eficiência e a aceitabilidade normal das conversas.

Cooperativo,⁷ que é composto de máximas comunicacionais (quantidade, qualidade, relação e modo). Ao declarar que as máximas não davam conta dos processos comunicacionais, Sperber & Wilson estabeleceram sua própria teoria, acrescentando, além da intenção do falante, a relevância fundamental do contexto na interpretação dos enunciados, dando origem ao modelo ostensivo-inferencial da comunicação.

Quanto ao tema desta dissertação os autores sugerem que a interpretação dos enunciados lingüísticos ambíguos ou vagos ocorre na explicatura,⁸ que está em um nível pragmático entre a decodificação lingüística e a implicação contextual. É no nível da explicatura que ocorrem as operações pragmáticas que resolvem a ambigüidade, a polissemia e a vagueza.

Para os autores, os falantes comunicam dois tipos de suposições: explicaturas e implicaturas. Explicaturas são as suposições comunicadas que resultam do desenvolvimento da forma lógica codificada pela sentença; o falante pode manifestar, através dela, diferentes atitudes. Implicaturas são todas as hipóteses comunicadas que não são explicaturas.

Sperber & Wilson estabelecem uma distinção entre uso descritivo e uso interpretativo. Suposições podem ser relevantes como descrições do estado de coisas ou como interpretações de outra hipótese. Quando essa relação interpretativa está entre duas suposições, elas se assemelham uma com a outra, o que significa que seu conteúdo proposicional compartilha implicações analíticas ou contextuais. Como na interpretação de uma sentença, isso envolve dois estágios: a) no primeiro nível, a forma proposicional da sentença é mais ou menos a interpretação literal do pensamento do falante; b) no segundo nível, esse pensamento tanto descreve um estado de coisas (que pode ser real ou desejado pelo falante) como interpreta outro pensamento (que pode ser atribuído, ou desejado por outra pessoa).⁹ Esta estrutura propicia explanações inovadoras para muitos

Princípio da cooperação: afirma que os falantes tentam cooperar uns com os outros quando se comunicam: tentem, em particular, ser informativos, verdadeiros relevantes e claros (MÁXIMAS de “quantidade, qualidade, relação e modo”, respectivamente). O ouvinte aceita que o falante segue estes critérios.

Explicatura: termo usado em analogia ao termo *implicatura* de Grice. A explicatura é a combinação de traços codificados lingüisticamente e de traços conceituais inferidos contextualmente (forma lógica + enriquecimento = explicatura).

⁹ Para maiores informações ver S-W (1986:232).

usos da linguagem, tais como os atos ilocutórios, ironia, etc. É essencial notar que a relação interpretativa entre as suposições pode exercer uma função no primeiro e no segundo nível.

Para Sperber & Wilson, a indeterminação é uma forma particular de usar a linguagem. Na tentativa de analisar estes fenômenos, a Teoria da Relevância vale-se do conceito da interpretação. Consideraremos os dois exemplos que seguem como casos de aproximação e vagueza, respectivamente:

(18) Você reencontra um amigo depois de cinco anos sem vê-lo e durante a conversa ele pergunta quanto você está ganhando por mês. O valor que imediatamente lhe ocorre é o do seu real salário, R\$ 797,32, no entanto você responde: Ganho R\$ 800,00 por mês. (S&W, 1986:233).

(19) Consciente de que Pedro ainda tem algum cabelo, o locutor diz: Pedro é careca. (Reboul, 1989: 287).

Para Sperber & Wilson esses são casos de interpretação não literal, motivada pelo princípio da relevância.

Em (18) a resposta não foi literal, mas passou a mesma noção sobre a sua condição de vida, *status*, valor, etc., que o valor verdadeiro teria passado, com uma diferença, o processo de decodificação foi mais rápido e eficiente. Este é um processo de “aproximação”. Nesses casos, o ouvinte deve reconstruir o pensamento inicial do falante, que se supõe ter o conhecimento exato. É importante salientar que Sperber & Wilson não dizem que o falante deve saber a exata quantia que ganha, e sim, que o falante normalmente sabe que existe uma quantia x e que ele recebe x , mas ele não necessariamente sabe x . Mais que isso, Sperber & Wilson consideram que todo processo de interpretação é inconsciente. Para acessar o pensamento inicial do falante, Sperber & Wilson dizem parecer ser suficiente identificar a proposição expressada como interpretação não-litera, e encontrar as implicaturas comunicadas por ela.

Em (19), Sperber & Wilson afirmam que todo conceito é bem-definido, mas pode ser usado de forma vaga. Conseqüentemente (19) é literalmente falsa, mas o falante

a usa para interpretar outro pensamento que compartilha muito da sua implicação contextual. Novamente, a proposição exata, na qual os conceitos não seriam vagos, se torna menos relevante do que a proposição ‘vaga’.

Em outras palavras, a fala frouxa *loose talk* é uma variação do uso interpretativo da língua, aparece sempre que o falante deseja comunicar um conjunto de suposições e assume que o uso da proposição exata ou precisa é menos relevante para o ouvinte que a outra proposição, da qual o ouvinte poderá derivar todas as suposições de forma mais econômica. Nesses casos o falante não se submete à verdade literal da proposição expressada pela sua sentença, o falante apenas se submete a algumas implicaturas. Por esta razão, o falante não “declara” o conteúdo proposicional P da sua sentença. Com isso, Sperber & Wilson consideram que o falante “disse que” P, uma vez que o pensamento interpretado por P é pretendido como uma descrição verdadeira ou real de um estado de coisas. Assim, nos casos de *loose talk*, a relação interpretativa entre os pensamentos (suposições) exerce uma função somente no primeiro nível. É no primeiro nível que temos o sentido literal, que é falso.

Segundo Reboul (1989:294), Sperber & Wilson não negam a existência de conceito para vagueza; no entanto, em nenhuma de suas análises explicitam o uso de tal conceito, o que sugere que, para esses autores, não existe tal coisa como um conceito de vagueza. A Teoria da Relevância não apresenta uma distinção precisa entre vagueza e polissemia. Assim, vagueza não se distingue de polissemia.

Sperber & Wilson analisam alguns casos de *loose talk* (vagueza e aproximação) como sendo menos que a interpretação literal do pensamento. Poder-se-ia pensar então, que essa seria uma definição para vagueza? A resposta para esta pergunta é negativa. Trata-se apenas de uma caracterização do fenômeno e de como se manifesta na língua. Sperber & Wilson argumentam que poucos enunciados são estritamente literais: a maioria dos momentos da comunicação envolve a aproximação ou a vagueza, sentido figurativo ou indireto. O uso desses recursos é, para os autores da Relevância, uma vantagem da língua, através da qual se alcança um número maior de efeitos com um menor esforço cognitivo. Pode-se dizer que vagueza é aquilo que o receptor considera vago, pois quem fala pressupõe o contexto de quem ouve. Assim, supõe-se que exista na

mente do locutor uma interpretação precisa das palavras vagas, porém tal interpretação é adaptada à expectativa do contexto do falante e do ouvinte. Aquilo que foi enunciado e tornado manifesto ao ouvinte está adaptado ao contexto, para que a intenção atribuída pelo falante (no seu enunciado) seja o mais relevante possível, possibilitando e proporcionando ao ouvinte a escolha correta do sentido que deverá atribuir às palavras vagas, polissêmicas, ou ambíguas.

Portanto, a compreensão de vagueza, polissemia e ambigüidade dentro de uma perspectiva pragmática dependerá da precisão do sentido atribuído aos enunciados. Esta precisão é manifestada na intenção do locutor, através da ostensão¹⁰, e interpretada no contexto do receptor.

O receptor contextualiza, seleciona e interpreta o enunciado proferido pelo falante. Se for bem-sucedido, não ocorrerá vagueza, polissemia ou ambigüidade. Ainda que existam outras interpretações possíveis, apenas uma será selecionada. Caso o interprete seja malsucedido – selecione o sentido errado ou não consiga definir/escolher um sentido – o problema para que a interpretação não tenha ocorrido com êxito está ou no erro ao precisar a intenção do falante, que não foi suficientemente relevante (ostensivo), ou na incapacidade do seu interlocutor em perceber esta intenção (ostensão) e adaptá-la ao contexto em que a sentença ocorreu. Nos dois casos, o sucesso ou não da atribuição de significados ocorre durante a troca de informação, ou seja, no ato locutório, e não na mente do falante/ouvinte.

Nathalie Franken (1997) em sua análise da Teoria da Relevância, argumenta que vagueza e aproximação são dois fenômenos distintos e que devem ser tratados separadamente, uma vez que envolvem dois tipos diferentes de conceitos. Franken sugere que a vagueza não pode ser reduzida a um exemplo de falha na fala. A autora sustenta que, em uma tentativa de cálculo para vagueza, deve-se levar em consideração não somente o uso interpretativo do conceito, como também a existência de um conceito para vagueza, contrariamente ao que é assumido por Sperber & Wilson.

¹⁰ Ostensão: evidência direta da intenção informativa do falante.

Segundo esta autora, ao lidar com a vagueza, Sperber & Wilson estão primordialmente interessados nos processos de interpretação, isto é, nas estratégias que o ouvinte usa para recuperar os enunciados comunicados pelo falante através da decodificação, construção do contexto e inferências. Mais especificamente, Sperber & Wilson não examinam o acesso que o falante deve ter sobre aquilo que ele – o falante – está falando, isto é, as bases evidenciais do seu enunciado. Assim, se um falante profere (20) sinceramente, com a intenção de informar o ouvinte sobre o “estado careca” de Pedro:

(20) Pedro é careca.

Ele o faz por ter percebido a condição (careca) de Pedro, ou por ter tido uma segunda impressão de Peter ou, ainda, por ter inferido alguma conclusão envolvendo Pedro (Vogeleer, 1992 apud Franken 1997:140). Um estudo detalhado desses casos demonstraria que as bases evidenciais dos enunciados têm um apoio direto na análise dos processos comunicativos.

Em outras palavras, a autora critica a ausência de conceitos que definam vagueza na Teoria da Relevância.

Do ponto de vista da Teoria da Relevância tal crítica não se sustenta, pois não é objetivo da teoria conceitualizar os fenômenos. Sperber & Wilson estão interessados nos significados das palavras e nas variações de sentidos atribuídos a um mesmo item lexical. Ainda, para Sperber & Wilson, contrário ao que diz Franken, casos de indeterminação não são falhas, mas sim uma vantagem, isto é, é um recurso utilizado pelos falantes e ouvintes no intuito de pouparem esforços cognitivos durante a compreensão de um enunciado.

A Teoria da Relevância é uma teoria que busca descrever e explicar fenômenos lingüísticos e cognitivos envolvidos na compreensão e produção de enunciados, que abre uma nova perspectiva para a abordagem do processo comunicacional de natureza cognitiva, apoiada na cognição humana.

Mediante a exposição prévia da Teoria da Relevância, que será retomada no capítulo 2, nos parece pertinente levantar algumas questões relativas ao conceito preciso dos itens lexicais. Expostos na teoria, onde estão esses conceitos, uma vez que parecem não estar nem no código (a Teoria assume um não-comprometimento com o código) e nem no contexto? Ainda: qual a efetiva necessidade de tais conceitos, se é que eles existem?

O nosso posicionamento em relação às questões abordadas acima segue a linha de muitos semanticistas atuais, que postulam a flexibilidade do código e, portanto, a sua não-exatidão. Este movimento admite que o léxico (código) é indeterminado, não havendo a necessidade de conceitos precisos, enquanto que para Sperber & Wilson esses conceitos parecem ser prévios na mente. Com isso supomos que, para Sperber & Wilson, existe um conceito (careca 1) que é abstrato, e (careca 2) que seria o uso deste item em uma proposição. O que pode ser vago é o uso do conceito e não o conceito em si. Para os autores, “careca” expressa um conceito bem-definido ou absoluto de não ter cabelo.

Para a Relevância, conceitos não são apenas elementos do pensamento ou representações mentais, mas também endereços na memória acessados por três entradas: entrada lexical, lógica e enciclopédica. Se uma dessas entradas estiver vazia, o falante/ouvinte deverá fazer um uso interpretativo do conceito preciso.

Se por um lado Sperber & Wilson afirmam a existência de conceitos bem-definidos, por outro lado não os apresentam de forma clara, deixando em aberto onde estão situados estes conceitos, e ainda não elucidam qual o acesso que o falante tem sobre seu enunciado.

Acreditamos que não haja tal coisa como um conceito mental preestabelecido dos itens lexicais. A indeterminação ocorre tanto na mente quanto no código, e é isto que dá riqueza e flexibilidade à linguagem, possibilitando uma amplitude de significados. Isto será demonstrado na análise de dados no capítulo 3.

Como foi apresentado ao longo do capítulo, existem diferentes tipos de indeterminação na linguagem que necessitam ser distinguidos uns dos outros.

Vagueza, polissemia e ambigüidade são consideradas características inerentes às línguas naturais e não podem ser vistas como falhas ou anomalias. O próprio código se encarrega de produzi-las, uma vez que a existência destes fenômenos ocorre no uso comum do falante, ou seja, não é apenas um postulado teórico. O locutor utiliza-se dos fenômenos empregando-os de forma consciente ou não durante o ato comunicacional. Sendo inerente ao código, não há por que pressupor que, na mente do locutor, a indeterminação semântica não exista. Código e cognição são complementares e não dicotômicos.

No segundo capítulo deste trabalho serão expostas, de forma mais aprofundada, as bases da Teoria da Relevância. Dando seguimento a este estudo, no terceiro capítulo serão analisadas palavras vagas e polissêmicas, estabelecendo um paralelo entre a análise que propomos e as possíveis análises feitas pela Teoria da Relevância.

2 A TEORIA DA RELEVÂNCIA

Linguagem não é um meio necessário para a comunicação: comunicação não-codificada existe. Nem é necessariamente um meio de comunicação: existem linguagens que não são usadas para comunicação. Entretanto, linguagem é um atributo necessário de mecanismos comunicacionais. Dois mecanismos capazes de se comunicar um com o outro devem também ser capazes de representar internamente a informação comunicada, e devem, portanto, ter uma linguagem interna. No caso da comunicação ostensivo-inferencial, essa linguagem interna deve ser rica o suficiente para representar as intenções de outros organismos e para permitir processos inferenciais complexos. (Sperber & Wilson, 1986:174).

Durante o processo de compreensão de um enunciado, nem sempre a informação nele contida é relevante. A relevância dos significados das experiências de mundo, palavras e circunstâncias do momento, é determinada pela intenção do falante e pelos objetivos ou aspectos pessoais e psicológicos do ouvinte. O auge da compreensão é obtido quando o conteúdo ostensivo que foi tornado manifesto ao ouvinte, pelo falante, é o mais relevante. Assim, a interpretação do enunciado é a soma de aspectos ostensivos, contexto e experiências de mundo. A intenção determina os tipos de informação que o cérebro é capaz de processar a partir das inferências realizadas e suas conclusões implicadas, obtidas através das premissas. A cognição humana parece especialmente modelada para atingir um maior efeito cognitivo com o menor esforço possível. Isto ocorre com a seleção da informação que pareça ao indivíduo a mais relevante. No capítulo que segue, apresentaremos as bases da Teoria da Relevância, na tentativa de

elucidar os pontos fortes desta teoria. Dividiremos o capítulo em sete seções, a saber: 2.1. Comunicação verbal; 2.2. Conhecimento e ambiente cognitivo mútuo; 2.3. Mecanismo dedutivo; 2.4. O modelo ostensivo-inferencial; 2.5. Efeitos e esforços; 2.6. Contexto: dado ou selecionado; e 2.7. Relevância e explicatura.

A Teoria da Relevância é para esta dissertação o ponto de partida para o estudo dos fenômenos de indeterminação da linguagem. Com base na visão de Sperber & Wilson sobre a resolução desses fenômenos, enfatizando os aspectos: a) o contexto define o sentido das palavras polissêmicas e vagas; e b) as palavras são representações do mundo e seus conceitos são bem-definidos na mente dos indivíduos, procuramos demonstrar com a análise de dados que apresentaremos, no capítulo 3, que não são todos os casos em que o contexto resolve a polissemia ou elimina a vagueza. Em relação ao segundo aspecto abordado, procuramos argumentar que a indeterminação ocorre tanto no código quanto na mente. Sendo assim, não acreditamos em conceitos absolutos.

2.1 Comunicação verbal

A teoria da relevância foi desenvolvida por Sperber & Wilson na década de 80. Trata-se de um modelo inferencial-dedutivo que atingiu sua consagração com a obra *Relevance: communication and cognition*, de 1986.

Segundo os autores dessa teoria, a comunicação verbal envolve dois tipos de processos de comunicação: um baseado em codificar e decodificar e o outro em ostensão e conclusão.

A abordagem mais tradicional do Modelo de Código negligencia a função indispensável do contexto, a forma com que ele atua no processo interpretativo. A Teoria da Relevância, na verdade, não é uma proposta que se apresente antagônica às Teorias do Código, mas evidencia as limitações desses modelos no tratamento de fenômenos comunicacionais, desde aqueles em que só se utiliza código até os que somente se tornam compreensíveis através da construção de inferências e do contexto. É justamente por considerarem tais limitações do código na explicação da comunicação humana que Sperber & Wilson buscam esclarecer em sua teoria a capacidade de

compreensão do ouvinte sobre aquilo que o falante pretendeu comunicar, assim como os processos cognitivos que estão envolvidos em todo processamento de informação.

Consideremos o exemplo abaixo:

- (21) (a) Pedro: “Você quer café?”
 (b) Maria: “Café me manteria acordada.”¹¹

Em (21) observamos duas possibilidades interpretativas baseadas no contexto comunicacional: ou Maria quer e aceita o café, pois precisa ficar acordada por algum motivo, ou Maria está recusando o café, porque quer dormir. Essas interpretações não são derivadas apenas do output da decodificação lingüística.

Segundo Grice, na obra *Logic and Conversation* (1967), seria possível através do processo inferencial explicar como os enunciados podem comunicar o que tradicionalmente se tem chamado de conteúdos explícitos e implícitos.

A noção de implicatura¹² de Grice (1975) serviu de base para a teoria da relevância, assim como o Princípio da Cooperação e as máximas conversacionais deste mesmo autor. O Princípio afirma que os falantes tentam cooperar uns com os outros quando se comunicam: tentam, em especial, ser informativos, verdadeiros, relevantes e claros (máximas de “quantidade, qualidade, relação, e modo, respectivamente”). Deve-se supor que a comunicação é pré-organizada. Não é acidental. O que é comum entre os interlocutores na teoria de Grice são os princípios e não o conhecimento. Esses princípios são organizados como máximas. A idéia básica é como é que A passa para B mais do que é dito? As pessoas ou respeitam ou violam essas máximas, quando elas o fazem é porque estão respeitando o Princípio da Cooperação. A seguir fazemos uma breve exposição das Máximas:

Máximas conversacionais

¹¹ Os exemplos utilizados neste capítulo foram retirados, na sua maioria, de SILVEIRA & FELTES: *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância*. EDPUCRS, 1997.

Para Grice, as implicaturas partem do dito, indo além dele, pressupondo obediência às ou violação das máximas conversacionais.

1. Quantidade

(a) Faça sua contribuição tão informativa quanto é requerido;

(b) Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido;

Exemplo:

A: Que horas são?

B: É tarde.

Se B disse algo além do que é perguntado, é objeto de análise da teoria. A teoria, no entanto, não possui caráter preditivo. Ela não está a serviço da explicação do que B quer dizer.

A idéia é que a aparente violação da máxima na verdade indica um sentido intencionado que não corresponde ao sentido literal. Esse sentido intencionado, denominado implicatura, funciona em conformidade com o Princípio da Cooperação.

2. Qualidade

(a) Não diga aquilo que você acredita ser falso;

(b) Não diga aquilo para o qual você não dispõe de evidência adequada;

Exemplo:

A: Ouviu o barulho?

B: Deve ser um fantasma.

A informação deve ser verdadeira (isto é assumido como uma hipótese, se as pessoas estão mentindo isto não invalida a teoria, pois no seu objeto construído há uma pressuposição de verdade).

Note que o enunciado acima é ambíguo, podendo tanto significar uma ironia ou brincadeira quanto uma expressão da crença de B em fantasmas. Na primeira

interpretação, temos uma implicatura, na segunda o sentido literal, mas em ambos os casos o Princípio da Cooperação é preservado.

3. Relação

Seja relevante.

A: Vamos ao cinema?

B: Estou com dor de cabeça.

Aparentemente não há relação entre a pergunta de A e a resposta de B. Portanto B quer dizer, informar algo mais, como, por exemplo, manifestar sua intenção de não ir ao cinema. O Princípio da Cooperação é de novo preservado, com base na máxima da Relação, também denominada máxima da Relevância.

4. Modo (ou maneira)

(a) Evite obscuridade de expressões.

(b) Evite ambigüidade.

(c) Seja breve.

(d) Seja ordenado.

Exemplo:

A: A cantora foi bem?

B: Ela reproduziu o que estava na partitura.

Neste exemplo temos a situação em que ela, a cantora, cantou, mas com a possível implicatura de que não cantou bem, não há garantias de que a implicatura seja esta mesma. O falante não é claro em relação ao que ele realmente pretende dizer com tal enunciado.

Os ouvintes aceitam que os falantes seguem esses critérios. Os falantes, no entanto, podem infringir estas máximas com a mentira, por exemplo, mas a conversa prossegue com a suposição de que isto não ocorreu.

Então é possível deduzir implicações do que *foi dito*, a respeito do que *não foi dito* (implicatura de conversação), embora não se saiba até que ponto isso pode ser feito.

Vejamos o exemplo:

(22) (a) A: Você gosta de cobras?

(b) B: O que você acha?

No exemplo acima, há a violação da máxima de quantidade e de relação, uma vez que (22b) não oferece uma resposta apropriada à indagação de (22a). Observe que em contextos diferentes, obteremos significados de natureza inferencial distintos para o mesmo enunciado:

(23) A e B são alunos de biologia e devem examinar cobras vivas. A percebendo o desconforto de B, indaga (a). B, sem disfarçar o incômodo, responde (b). Para este contexto, o comportamento de B serve de pista para derivar a compreensão por parte de A de uma resposta negativa de B.

(24) No caso contrário, se B estivesse demonstrando bastante entusiasmo ao analisar o animal, este comportamento serviria de evidência para a compreensão de uma resposta afirmativa à pergunta formulada por A.

O que se verifica, portanto, é que um mesmo enunciado pode receber diferentes interpretações, que variam de acordo com as situações comunicativas em que estão inseridas, isto é, o contexto em que ocorrem.

Essas interpretações obtidas em contextos específicos, Grice chamou de implicaturas conversacionais particularizadas, conforme apresentado em Silveira (1997): **O que é dito** + **Princípio de Cooperação e máximas** (obedecidas, substituídas ou violadas) + **Contexto**.

Para Grice, apesar das aparentes violações, A e B mantêm-se cooperativos.

Implicatura conversacional generalizada: depende, em diferentes graus, de pistas lingüísticas para a compreensão do enunciado. Vejamos o exemplo:

(25) A: Onde está Pedro?

B: Ele está olhando um carro.

A falta de especificação do enunciado de B, pelo uso da expressão *um carro* (sintagma nominal indefinido) indica que a máxima de quantidade foi violada. Neste enunciado, a interpretação não depende de um contexto particularizado, isto é, é mais generalizada, no sentido de que “um carro” em geral não seria usado para referir-se a um carro conhecido de A, como o carro de Pedro, por exemplo. A acredita que B está sendo cooperativo, considera o enunciado de B e supõe que este enunciado seja razoável. Desta forma, o Princípio da Cooperação é preservado.

Na implicatura convencional, em oposição à implicatura conversacional, o significado lingüístico das palavras que fazem parte do enunciado contribui de maneira decisiva para a interpretação adequada do enunciado. Por exemplo:

(26) Ele é político, mas é honesto.

Em qualquer contexto, (26) pressupõe que “políticos não são honestos”. Isto é devido à presença da conjunção *mas* no enunciado. A similaridade entre a implicatura convencional e a implicatura conversacional generalizada deriva do fato de que algumas expressões lingüísticas contribuem, de forma direta, para que a interpretação pretendida seja alcançada.

Sperber & Wilson, ao estabelecerem sua teoria, sem negar o mérito de Grice, reinterpretam o modelo griceano, basicamente apontando três diferenças entre os dois modelos.

Em um primeiro momento, os autores usam do *insight* de Grice, no que se refere à diferenciação entre o dito e o implicado, e com isso pressupõem a noção de

intencionalidade, enfatizando a máxima de relação. Nesta nova visão do modelo, os autores baseiam-se na ostensão para fornecer as evidências dos pensamentos de um indivíduo, e nas inferências realizadas durante o ato comunicacional. Nesta perspectiva, a relevância deixa de ser uma máxima (um ato comunicacional regrado) e passa a ser considerada como um conceito teórico útil. Trata-se de uma propriedade natural da cognição humana, que é inerente à compreensão, visando sempre à economia da linguagem, isto é, menores esforços para maiores efeitos.

A segunda diferença entre as teorias refere-se ao fato de Sperber & Wilson tratarem não apenas as implicaturas – enquanto inferências implicadas – como também o dito, que é explicitamente comunicado na proposição, constituindo a base para os raciocínios inferenciais. Estes autores também defendem que os processos pragmáticos das inferências que ocorrem no nível do implícito ocorrem com a mesma importância e estão presentes no nível lingüístico do dito.

Uma das diferenças do tratamento do que é implicitamente e explicitamente comunicado está na forma com que Sperber & Wilson tratam a forma lógica e proposicional do enunciado, que vai do significado das condições-de-verdade até a abordagem modular da mente fodoriana, que realiza a distinção entre sistemas cognitivos centrais e sistemas de *input*.

A terceira reinterpretação do modelo de Grice refere-se ao processamento de informação em situações comunicativas inferenciais que ocorrem comumente nos atos comunicacionais diários dos interlocutores, levando em consideração a relação existente entre lógica e cognição.

Para Grice, a comunicação é alcançada através de implicaturas que são inferidas não-demonstrativamente através de um cálculo inferencial supostamente informal, obedecendo a princípios pragmáticos, com falhas no nível explanatório, pois para Sperber & Wilson as inferências não-demonstrativas, processos centrais do pensamento, fundamentam-se na lógica dedutiva formal, seguindo um cálculo não-trivial, o que contribui para uma caracterização mais precisa e rigorosa das inferências espontâneas na comunicação diária, e também psicologicamente adequada por abordar

questões cognitivas inerentes ao raciocínio humano na comunicação em linguagem natural. (Silveira, 1997: 17).

2.2 Conhecimento e ambiente cognitivo mútuo

Alguns autores definem contexto como informação mutuamente conhecida. Para Sperber & Wilson a hipótese do conhecimento mútuo não se sustenta, uma vez que não se pode garantir uma condição de certeza relativa à mutualidade de conhecimento. Nesta hipótese o contexto é uma pré-condição para a compreensão dos enunciados, ou seja, é tomado como pronto, preestabelecido com relação à compreensão, enquanto que para Sperber & Wilson não é determinado previamente ou mesmo no início da comunicação, assim, o contexto é formado no decorrer da informação inferencial. Portanto, além do ambiente físico observável ou informação precedente, deve-se considerar as expectativas sobre o futuro, crenças, aspectos culturais, conhecimento de mundo, e, da mesma forma, hipótese formuladas a respeito do estado mental do falante (informações que podem estar mentalmente presentes quando uma informação é processada), tendo em vista o fato de que não usamos todo o conhecimento de mundo que temos durante o processamento de um enunciado.

Segundo os autores da Teoria da Relevância, o que existe é um conjunto de suposições que se tornam mais ou menos manifestas para o falante e para o ouvinte, e é este conjunto que constitui aquilo que Sperber & Wilson chamam de **ambiente cognitivo mútuo**. No entanto, não há como obter evidências conclusivas sobre o que é mutuamente manifesto para os interlocutores. Com isso, a informação fornecida pelo ambiente cognitivo mútuo é simplesmente um conjunto de suposições mentalmente representado e considerado como verdadeiro. (Silveira e Feltes, 1997:29).

O que ocorre é uma situação de **manifestabilidade mútua** em que o ambiente cognitivo é compartilhado por falante e ouvinte. É através da manifestabilidade mútua que os efeitos cognitivos (efeitos contextuais, na terminologia de Grice) são atingidos. No modelo ostensivo-inferencial proposto por Sperber & Wilson, são evidenciados tanto a construção de representações conceituais e o acionamento dos processos centrais do pensamento. Para Sperber & Wilson, reconhecer

a intenção informativa do falante não é o bastante, esta informação deve ser reconhecida como sendo uma intenção comunicativa.

Assim, o contexto é, agora, um conjunto de premissas com função de possibilitar a interpretação dos enunciados, é um construto psicológico no qual o ouvinte estabelece suposições sobre o mundo e determina a compreensão do enunciado. Suponhamos o exemplo:

(27) A: Um uísque?

B: Sou mórmon.

Vejamos algumas implicaturas possíveis de serem extraídas de (27):

(a) Uísque é uma bebida alcoólica.

(b) Mórmons não bebem álcool.

(b) B não bebe álcool.

(c) B não quer uísque.

Podendo proporcionar ao ouvinte outros conhecimentos acerca do falante, bem como: B não toma café, B não fuma, B é monogâmico, etc., que fazem parte do conhecimento do ouvinte, acessado através de sua memória enciclopédica, em relação ao item *mórmon*.

Diferentemente da noção de implicatura de Grice, para Sperber & Wilson esta é composta de premissas e conclusões implicadas, que não partem obrigatoriamente do que foi dito.

Em (27) observamos um caso de implicatura intermediária (menos determinada). Nesses casos o falante tem apenas uma idéia geral das suposições e conclusões que poderão ser alcançadas pelo ouvinte, como isso torna mutuamente manifestas suposições sobre *ser mórmon*, disponibilizando um contexto de suposições para A.

Sperber & Wilson fazem também a distinção entre implicaturas fortes e fracas. As implicaturas fortes (determinadas) são aquelas fortemente implicadas ou comunicadas, nas quais o ouvinte é obrigado a supri-las na busca da interpretação, do enunciado, que é caracterizada pela relevância. Quanto mais clara for a idéia que o falante tem de suposições e conclusões a serem processadas pelo ouvinte, mais determinadas serão as implicaturas. As implicaturas fracas (muito pouco determinadas), são casos em que o falante tem uma idéia muito vaga das suposições e conclusões que serão alcançadas pelo ouvinte. Quanto mais fraca for a implicatura, mais fraca será a responsabilidade do falante pela sua verdade, esta responsabilidade passa a ser do ouvinte.

As premissas implicadas são recuperadas por várias entradas, como veremos na seção 2.3. O que se percebe é que o fato da resposta de B não ser direta - Não bebo bebidas alcoólicas - permite que uma série de informações sobre B seja acessada por A.

2.3 Mecanismo dedutivo

O mecanismo dedutivo tem como *input* um conjunto de suposições a partir do qual sistematicamente são deduzidas todas as conclusões possíveis desse conjunto de suposições.

Para Sperber & Wilson os conceitos são como um rótulo, um endereço. Esse endereço pode acessar informações de diferentes naturezas: lógica, enciclopédica e lexical. Cada uma dessas informações corresponde a uma entrada específica.

(i) **Entrada lógica:** Trata-se de um conjunto finito, pequeno e constante de regras dedutivas que se aplica às formas lógicas das quais são constituintes. São informações de caráter computacional.

(ii) **Entrada enciclopédica:** Consiste de informações sobre a extensão ou denotação do conceito – objetos, eventos e/ou propriedades que a instanciam. Essas informações de caráter representacional variam ao longo do tempo e de indivíduo para indivíduo.

(iii) **Entrada lexical:** Consiste de informações lingüísticas sobre a contraparte em linguagem natural do conceito – informação sintática e fonológica. São informações de caráter representacional.

A distinção entre as entradas lógica e enciclopédica reflete simultaneamente a distinção formal entre processos de computação e representação, assim como sua complementaridade, em uma abordagem da cognição.

Vejamos abaixo que habilidades a construção do conteúdo de um enunciado deve envolver:

- (a) identificar as palavras que o constituem,
- (b) recuperar os conceitos a elas associados e
- (c) aplicar as regras dedutivas a suas entradas lógicas.

Os autores consideram como sendo uma hipótese empírica a existência de regras dedutivas do processamento. Vejamos quais são as razões para tal consideração:

(i) Um sistema dedutivo realiza uma grande economia na estocagem de representações conceptuais do mundo, as quais não seriam, então, estocadas separadamente.

Um sistema dedutivo é uma ferramenta para o refinamento das representações conceptuais do mundo, as quais seriam cada vez mais precisas, à medida que forem mais precisas as premissas que compõem no cálculo dedutivo e a partir das quais tais representações seriam conclusões.

(ii) Um sistema dedutivo seria uma ferramenta para denunciar inconsistências e imprecisões nas representações conceptuais do mundo.

O mecanismo dedutivo postula que o processo de compreensão é não-demonstrativo. Isto significa que não pode ser provado, somente confirmado. O cálculo não-trivial das inferências sugere que: a verdade das premissas torna a verdade das

conclusões apenas provável através da formação e confirmação das hipóteses, ajustadas ao conhecimento de mundo de cada indivíduo.

O mecanismo supõe:

(i) decodificação da estrutura lingüística do enunciado e

(ii) combinação do *output* (resultado) da decodificação com um contexto apropriado, que se caracteriza como efeito contextual¹³.

Concluimos então que as suposições que constituem o contexto são fornecidas pelas sentenças precedentes, ambiente físico e conhecimento enciclopédico ativado por entradas lexicais. Para Sperber & Wilson a inferência é o processo pelo qual uma suposição é aceita como verdadeira, ou provavelmente verdadeira, por força da verdade ou provável verdade. Para os autores existem dois tipos de inferências. Uma dedutivo-demonstrativa (modelada pela lógica) e uma não-demonstrativa ou cognitiva (utilizada na cognição humana). Segundo os autores, o processamento de informações é feito de acordo com a lógica dedutiva, porém com restrições às regras formais, as regras utilizadas são interpretativas.

2.4 O modelo ostensivo-inferencial

A teoria da relevância está voltada para a compreensão de enunciados, tendo como maior característica ser inerente à cognição humana. Segundo os autores, os seres humanos prestam atenção aos fenômenos que lhes parecem relevantes, situações que de alguma maneira estão relacionadas aos nossos interesses ou adequadas às circunstâncias do momento.

É importante que seja observado o uso do termo relevância para Sperber & Wilson. Para os autores o termo não está sendo usado no seu sentido mais comum, que pode ser vago e variável. É, portanto, um conceito teórico útil para explicar o processamento de informação pelos indivíduos nos contextos comunicativos. O objetivo é demonstrar de que forma a relevância é buscada e obtida em processos mentais.

Sperber & Wilson propõem a seguinte formulação do **Princípio da Relevância**: “Todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima.” (S&W, 1986:158).

Devemos considerar que no modelo de Sperber & Wilson existem duas propriedades da comunicação humana que são inseparáveis: ser ostensiva, da parte do falante, e ser inferencial, da parte do ouvinte. Com relação a essa afirmação Silveira e Feltes, 1997:42, dizem:

“Como qualquer estímulo sensório-perceptual, um enunciado pode ou não merecer nossa atenção. Entretanto, segundo os autores, o comunicador, ao produzir um enunciado-estímulo, torna, *ipso facto*, mutuamente manifesto (ou mais manifesto), tanto para o comunicador como para o ouvinte, que ele pretende tornar mutuamente manifesto (ou mais manifesto) um conjunto de suposições – uma intenção de informar e alcançar efeitos cognitivos. Assim sendo, o enunciado é uma evidência direta – uma ostensão – da intenção informativa do falante”. (Silveira e Feltes, 1997: 42).

Assim, todo ato de comunicação por ostensão tem a intenção de informar algo e com isso alcançar efeitos cognitivos que estão baseados em uma relação de efeitos e esforços.

2.5 Efeitos e esforços

Para que uma informação seja relevante, ela deve unir-se a suposições prévias do ouvinte sobre o mundo, resultando em uma nova suposição. Assim, uma suposição é relevante quando obtém efeitos contextuais, isto é, quando ocorre alteração na crença do indivíduo.

Há três maneiras distintas de obter estes efeitos:

A noção de efeito contextual será desenvolvida na seção 2.5 deste capítulo.

- (a) por implicação contextual,
- (b) pelo fortalecimento (ou enfraquecimento) de suposições e
- (c) pela eliminação de suposições contraditórias.

As implicações contextuais são o resultado da soma de informações antigas com as informações novas. A informação antiga está para o ambiente cognitivo mútuo do indivíduo assim como a informação nova P está para um contexto de suposições C , implicando a contextualização de P em C .

Vejamos:

- (28) (a) Pedro: Você quer café?
- (b) Maria: Café me manteria acordada.

As suposições possíveis para a interpretação do enunciado de Maria:

(29) Situação 1

S1: Maria precisa concluir com urgência um trabalho.

S2: Maria deve permanecer desperta.

S3: Café contém cafeína.

S4: Cafeína é estimulante.

S1, S2, S3, S4 constituem o conjunto C de suposições. O enunciado (28b) constitui a suposição P que contextualizada em C deriva a implicação contextual (I):

(30) I: Maria quer café.

(31) Situação 2

S1: Maria tem tido insônia.

S2: Maria quer dormir.

S3: Café contém cafeína.

S4: Café é estimulante.

Nessa situação, a contextualização de *P* em *C* deriva:

(32) I: Maria não quer café.

No segundo tipo de efeito contextual encontramos o fortalecimento ou enfraquecimento das suposições, fenômeno chamado de **força das suposições**. Neste caso se reforça ou enfraquece uma informação já existente. Ocorre de quatro formas:

(a) por *input* perceptual (visual, auditivo, olfativo, tátil, etc.);

(b) por *input* lingüístico (decodificação lingüística);

(c) pela ativação de suposições estocadas na memória (conhecimento enciclopédico e outros) ou esquemas de suposições, que podem ser completados com informação contextual;

(d) por deduções, que derivam suposições adicionais.

Para exemplificar a força das suposições, manteremos o exemplo (28a-b) na situação 2 em (31).

Por **input visual** Pedro poderia ter percebido uma grande agitação em Maria, o que constituiria uma evidência, que fortaleceria a conclusão implicada (32) “Maria não quer café”.

Maria, ainda, poderia ter proferido *Estou muito agitada*, proporcionando a Pedro um **input lingüístico** que, depois de decodificado, irá reforçar a mesma suposição implicada.

Pedro, por ativação de suposição constitutiva do conjunto enciclopédico relativo a Maria de que *Maria é sensível à cafeína*, fortaleceria a suposição de que *Maria não quer café*.

O processo dedutivo, última fonte de fortalecimento, pode ser exemplificado da seguinte forma:

(i) **ativação de suposições** estocadas na memória de Pedro:

S5: Maria deve realizar uma cirurgia em um paciente no dia 13 de março.

S6: Cirurgias exigem atenção.

S7: A atenção de Maria pode ser prejudicada se ela não dormir.

S8: Amanhã é 13 de março.

(ii) **Derivação de uma suposição** a partir de S5, S6, S7, S8:

I: Maria precisa dormir.

A implicação I, então, fortalece a suposição *Maria não quer café*.

Ainda com a situação 2 veremos como acontece o efeito contextual entre duas suposições contraditórias, quando a mais fraca (aquela de que se tem menos evidências) é eliminada, dada a seguinte situação:

(33) *Por interpretar que Maria não queria café, Pedro traz apenas uma xícara de café em uma bandeja, colocando-a sobre a mesa. Eis que Maria pega a xícara e toma o café.*

Através do *input* visual, Pedro percebe a atitude de Maria que sugere uma interpretação contrária a sua suposição prévia de que ela não queria café. Há duas suposições contraditórias. A mais fraca deverá ser eliminada. Nesse caso, a suposição por evidência sensorial (*input* visual) é mais forte, sendo eliminada a suposição inicial.

De forma mais geral, conclui-se que aquelas suposições que são fortalecidas empiricamente pela percepção dos interlocutores tendem a ser preservadas.

Os efeitos contextuais são apenas um dos fatores envolvidos na caracterização da relevância. Há um outro fator: esforço de processamento.

Qualquer que seja a informação processada, isso exigirá algum grau de esforço mental, em nível de atenção, memória e raciocínio. O esforço está em uma relação comparativa com os efeitos alcançados.

A eficiência deste processo está em sermos o mais econômico possível, isto é, alcançar o máximo de efeitos contextuais com o mínimo de esforço de processamento da informação.

Passaremos à definição (comparativa) de **Relevância**:

Relevância:

Uma suposição é relevante no contexto à medida que há um maior número de efeitos contextuais.

(i) Uma suposição é relevante no contexto na medida em que o esforço para processá-la, nesse contexto, é pequeno.

A relevância ocorre de forma espontânea e inconsciente, não há regras que devam ser seguidas ou que possam ser violadas, é uma função de efeitos e esforços que existem mesmo não sendo representados na mente, isto é, a relevância é uma propriedade não-representacional da mente.

O quadro abaixo sintetiza a função de efeitos e esforços para a linguagem:

+ efeitos contextuais - menos esforço de processamento = maior relevância

- efeitos contextuais + esforço de processamento = menor relevância

ainda:

Um maior esforço de processamento, compensado por mais efeitos contextuais, aumenta a relevância.

2.6 Contexto: dado ou selecionado?

O contexto, segundo Sperber & Wilson, é construído durante a comunicação, a medida em que as informações são processadas. As suposições derivadas do contexto são inicialmente acessíveis, enquanto que as implicadas têm graus diferentes de acessibilidade e variam de indivíduo para indivíduo.

Quando a seleção do contexto é feita para interpretar o enunciado, esta seleção está restringida pela organização da memória enciclopédica do falante/ouvinte, juntamente com suas habilidades cognitivas e relação com o mundo.

Desta forma, a seleção do contexto é parte do processo de interpretação, e por esta razão não pode ser previamente dado. Para Sperber & Wilson, a seleção contextual é guiada pela busca da relevância no processamento da informação.

Segundo os autores, uma suposição só será relevante quando envolver contexto específico, com participação de diferentes indivíduos, com características particulares e específicas, e pode variar de acordo com a circunstância, ou de pessoa para pessoa. Assim, a Relevância se caracteriza como forma psicológica: **relevância para um indivíduo.**

Retomando o que foi dito anteriormente, a relevância é uma função de efeitos e esforços. É somente considerada a relevância ótima, quando é alcançado um maior número de efeitos para um menor número de esforços.

Sabe-se que o ser humano presta mais ou menos atenção a determinados estímulos, de acordo com as situações em que o indivíduo se insere em um determinado momento. Fenômenos como som, luzes, cheiros, cores, etc. chamam nossa atenção com maior facilidade. O mesmo ocorre com as suposições, dependendo do ambiente cognitivo.

Suponhamos o exemplo:

(34) Ana, ao abrir a porta de casa, sente um forte cheiro de gás, incomum em vista dos odores normais no ambiente físico familiar. Imediatamente, faz a seguinte constatação:

(35) S1: Há cheiro de gás aqui.

Nesse caso, é mais provável que Ana derive a suposição (36) do que a suposição (37), que são possíveis implicações contextuais de (34):

(36) I 1: Há um escapamento de gás em algum lugar da casa.

(37) I 2: O gás ainda não acabou.

Nem todos os fenômenos são relevantes para o indivíduo. Alguns, como em (35), são filtrados no nível perceptual; em (36), são representados conceitualmente e processados num contexto enciclopédico, ambos orientados pela relevância. Isso não ocorre em (37), pois, nesse caso, o esforço de processamento usado pelo indivíduo não é compensado pelos efeitos contextuais disponíveis, como, por exemplo, a necessidade de pensar em alguma providência a fim de solucionar o vazamento e evitar um provável acidente.

A relevância de um fenômeno:

Um fenômeno é relevante para um indivíduo à medida que os efeitos contextuais alcançados, quando ele é otimamente processado, são amplos.

(i) Um fenômeno é relevante para um indivíduo na medida em que o esforço requerido para processá-lo otimamente é pequeno.

Para que um efeito cognitivo específico seja atingido é necessário que o estímulo tenha sido otimamente processado e, desta forma, se tenha alcançado o efeito pretendido. Na comunicação verbal, são produzidos estímulos ostensivos, que devem satisfazer duas condições:

- (i) atrair a atenção da audiência e
- (ii) focalizar as intenções do comunicador.

Quando o falante produz um enunciado, além de atrair a atenção do ouvinte, está também assumindo que o enunciado é suficientemente relevante para merecer atenção.

Com isto temos indícios de que é mutuamente manifesto que o comunicador pretende tornar manifesto, para o ouvinte, que sua escolha de estímulo foi a mais relevante no sentido de revelar suas intenções.

Nesse caso, estamos diante de uma presunção de relevância ótima:

Presunção de Relevância Ótima:

(i) O conjunto de suposições {I}, que o comunicador pretende tornar manifesto ao destinatário, é relevante o suficiente para merecer que a audiência processe o estímulo ostensivo.

(i) O estímulo ostensivo é o mais relevante que o comunicador poderia ter usado para comunicar {I}.

Com as informações dadas até o momento, concluímos que este é o critério da consistência do Princípio da Relevância que garante a seleção de uma única

interpretação para o enunciado, entre as muitas interpretações possíveis, mais ou menos acessíveis, todas compatíveis com a decodificação lingüística de um enunciado.

“Comunicar é requisitar a atenção de alguém através de um estímulo ostensivo; conseqüentemente, comunicar é implicar que a informação comunicada é relevante, o que garante a presunção da relevância ótima”. (Silveira, 1995:32).

Com isso, os autores da Teoria da Relevância concluem que a representação semântica de uma sentença é recuperada por um processo automático de decodificação lingüística e enriquecimento com a informação contextual acessível. Esse enriquecimento é feito através de inferência e restringido pelo critério de consistência com o Princípio da Relevância.

2.7 Relevância e explicatura

Desde a apresentação do trabalho de Grice sobre as implicaturas conversacionais e suas máximas, muitos estudiosos vêm dando atenção àquilo que um enunciado pode transmitir implicitamente. No entanto, igualmente importante é a proposição expressada explicitamente pelo enunciado de uma expressão lingüística. Implicaturas e explicaturas, embora ambas no plano implícito, pertencem a níveis distintos. As implicaturas têm formas proposicionais específicas com suas próprias condições de verdade e funcionam independentemente das explicaturas como premissas e conclusões dos argumentos. O dito (explícito) e o implicado (implícito) esgotam a significação do enunciado; desta forma, seria muito pouco provável obtermos uma noção coerente da primeira sem considerarmos a segunda.

Consideraremos a distinção entre proposição expressada daquelas implicadas (implicaturas) a partir do exemplo de Carston (1988: 155) em (40b), vejamos:

(38) A: How is Jane feeling after her first year at university?¹⁴

¹⁴ A: Como Jane está se sentindo após o primeiro ano na universidade?

B: Ela não obteve créditos suficientes e não pode continuar.

B: She didn't get enough units and can't continue.

Vamos supor que (pelo menos em parte) a interpretação de A sobre o enunciado de B seja:

Jane não passou em um número suficiente de créditos do curso universitário para estar qualificada para a admissão no segundo ano de estudo; como resultado, Jane não está feliz com isso. Há muita vagueza e ambigüidade restante na interpretação desta sentença, isto é inevitável em qualquer interpretação de uma expressão em língua (linguagem) natural.

Pretende-se, aqui, meramente, sugerir tipos de interpretações que A pode razoavelmente dar para o enunciado de B. A questão é determinar que aspectos dessa interpretação estão expressos explicitamente (explicatura) e quais são as implicadas (implicaturas).

A desambiguação de “get” e “units” e a indicação do referente para “she” parte do conteúdo explícito, enquanto que a suposição de que *Jane não está feliz* é certamente implícita. Mas quanto ao “qualificar para a admissão para o segundo ano de estudo” é o que enriquece e completa as duas frases da conjunção, e “como resultado”, ligando as duas conjunções. Eles são parte do que é explícito ou implicado? Uma vez que eles não são dados lingüisticamente, pode-se pensar que eles têm que ser implicados, mas então qual é a explicatura do enunciado? Tem de ser “*Jane não passou em créditos universitários suficientes e não pode continuar (alguma coisa)*”. Não está claro que isto constitua a forma proposicional, isto é, não é possível especificar que condições no mundo precisam ser obtidas para que essa proposição seja verdadeira. A mesma dificuldade se aplica às partes implicadas do significado – eles são não proposicionais em si próprios e precisam ser embutidos em alguma outra representação na intenção de ser avaliada como verdade. Qual poderia ser esta representação? A melhor candidata parece ser a forma completa “*Jane não passou em créditos suficientes para qualificar-se para o segundo ano de estudo*”. A questão é simples: ou a proposição contém apenas a expressão *get units*, que é ambígua, e não se especifica o

que *Jane* não pode continuar, ou a proposição deve ser enriquecida com a desambiguação e a complementação. Esse enriquecimento é a explicatura.

Para Grice, a mensagem é transmitida implicitamente, indiretamente, e é claramente dependente de um contexto particular que inclui o enunciado primeiro, o do falante. Se mudarmos o contexto, mudamos também a possível interpretação dada pelo ouvinte ao enunciado do falante.

Vejamos alguns exemplos que mostram as diferenças entre implicaturas e explicaturas:

(39) A: Você leu o livro de Susan?

B: Não leio autobiografias.

- (i) Não lê autobiografias – premissa contextual
- (ii) O livro de Susan é uma autobiografia – premissa implicada
- (iii) Não leu o livro de Susan – conclusão implicada

A inferência de que *o livro de Susan é uma autobiografia* é independente da explicatura. Portanto, é uma implicatura.

(40) A: Ela deu a chave dela para ele, e ele abriu a porta. (Carston,1988:34)

Interpretação: ele abriu a porta com a chave dela.

Toda essa informação está na forma proposicional (explícita), no entanto, não há nada que assegure que “ele” tenha usado a chave que recebeu para abrir a porta. Porém é o que nos parece mais óbvio e relevante, chegamos a essa conclusão por meio da explicatura, que é o enriquecimento da forma proposicional.

Os argumentos abaixo sustentam a Teoria:

- (i) a explicatura é às vezes o mais cognitivamente relevante;

(ii) a explicatura não pode ser redundante.

Após introduzir a noção de explicatura, termo este escolhido por analogia ao termo *implicatura* de Grice, sabemos que este se enquadra num nível pragmático entre a decodificação lingüística e a implicação contextual.

As operações pragmáticas que envolvem casos de atribuição de referência, desambiguação, interpretação, elipses, vagueza, resolução de indeterminação, entre outros, ocorrem no nível da explicatura.

Observaremos alguns exemplos:

(41) A: Como é o irmão de Maria?

B: Ele parece um macaco.

A metáfora usada por B carrega uma indeterminação em relação aos traços semânticos relevantes que são mapeados no domínio conceitual MACACO para um domínio específico – IRMÃO DE MARIA.

Analogias relevantes: aspecto físico (peludo, maxilar proeminente), tamanho (grande), jeito de caminhar, etc.

Não só o reconhecimento da metáfora no nível da explicatura, mas também o contexto físico observável e o conhecimento enciclopédico são indispensáveis para a interpretação pragmática dos traços relevantes.

Agora observaremos um típico exemplo na literatura pragmática que, na categorização de Grice, constituiria uma implicatura conversacional generalizada, mas que para a Teoria da Relevância é tratado como uma interpretação pragmática no nível da explicatura. (Silveira e Feltes, 1997:57).

(42) Ele correu até a beira do abismo e pulou.

Este enunciado constitui-se provavelmente de uma elipse após o verbo *pular* (do abismo). A proposição é enriquecida pela adição da expressão “do abismo”, que é

automaticamente recuperada pelo receptor, constituindo, portanto, uma explicatura e não uma implicatura.

O que é proposto por Sperber & Wilson, mais especificamente, é a descrição e explicação dos níveis de compreensão que vão desde a forma lógica, lexical e gramaticalmente determinada, até a forma proposicional da implicatura. Esta, como já foi dito anteriormente, é alcançada por um processo pragmático inferencial.

Neste processo inferencial, a forma lógica é o único conteúdo atribuído pela semântica às sentenças, o que pode ser uma representação (em muitos casos) incompleta, composicionalmente determinada a partir de (i) dos conceitos que as expressões individuais nomeiam e (ii) de sua configuração lógica associada, como determinada pela estrutura sintática da construção. (Kempson, 1988).

Para Sperber & Wilson uma forma lógica é uma fórmula bem-formada, um conjunto estruturado de constituintes que sofrem operações lógicas formais determinadas pela sua estrutura. Já uma forma lógica é proposicional se ela for semanticamente completa e, portanto, capaz de ser verdadeira ou falsa.

Nesse processo, conforme Sperber & Wilson (1986) e Carston (1988), três níveis representacionais são hipotetizados:

- (i) o nível da **forma lógica**, na dependência da decodificação lingüística;
- (ii) o nível da **explicatura**, em que a forma lógica é desenvolvida através de processos inferenciais de natureza pragmática; e
- (iii) o nível da **implicatura**, que parte da explicatura para a construção de inferências pragmáticas.

Aqui, não está sendo apenas considerada a distinção entre o *dito* (tudo que é decodificado lingüisticamente) e o *implicado* (o que é inferencialmente construído), como foi estabelecido por Grice, uma vez que há um nível intermediário de conteúdo explícito entre eles. Sperber & Wilson (1986:182) definem a *explicitude* afirmando que

uma suposição comunicada por um enunciado é explícita se e somente se ela for um desenvolvimento de uma forma lógica codificada pelo enunciado.

A explicatura é constituída por uma combinação de traços codificados lingüisticamente e de traços conceituais inferidos contextualmente. A forma lógica serve de base para a construção da representação proposicional completa, que é atingida através de um processo dedutivo, envolvendo informação contextual. Ou seja:

A forma proposicional de um enunciado é obtida ao se selecionar a forma lógica lingüisticamente codificada, completando-a (se necessário) até o ponto em que ela represente um determinado estado de coisas e (se necessário) enriquecendo-a de várias maneiras. (Sperber & Wilson, 1988: 134).

Vejamos no exemplo que segue os três níveis representacionais:

(43) A: Pedro conseguiu tirar as jóias do cofre?

B: Ele descobriu a combinação e abriu o cofre.

No nível da forma lógica, obtemos em (44b):

(45) Descobriu (ele, combinação) \wedge abriu (\emptyset , cofre).¹⁵

[S[S' [NP Pro] [VP descobriu[NP a combinação]] e [S'' [NP \emptyset][VP abriu[NP o cofre]]]].

No nível da explicatura, obtemos:

(46) Elei [Pedroi] descobriu a combinação [do cofrej] e [então] [Pedroi] abriu [a porta de] o cofrej [por meio da combinação].

E, no nível da implicatura, obtemos a seguinte suposição:

(47) Pedro<possivelmente> conseguiu tirar as jóias do cofre.

Mantendo a hipótese de três níveis representacionais:

A) a forma (43) não é proposicional, porque é semanticamente incompleta;

B) a forma (44) é proposicional, porque é semanticamente completa, podendo ser a ela atribuído um valor-de-verdade;

C) a forma (46) é uma proposição que, possivelmente, é a representação da interpretação última pretendida pelo falante de (43).

Para compreendermos como se alcançam as estruturas proposicionais (45) e (46) é necessário apresentar os mecanismos envolvidos nos níveis da explicatura e da implicatura.

Assim temos em (45):

(i) Elei [Pedroi] descobriu a combinação.

A atribuição de referência é realizada através do discurso anterior (43)

(ii) Ele [Pedro] descobriu a combinação [do cofre]

O enriquecimento da forma lógica ocorre por meio da suposição advinda da memória enciclopédica de que *cofres dependem de combinações em código*.

(iii) [Pedro] abriu o cofre.

Preenchimento do material elíptico, pelas relações de Relevância entre as ações do agente [Pedro descobriu/ “Pedro” sendo sujeito sintático de ‘descobriu’].

(iv) [Pedroi] abriu [a porta de] o cofre [por meio da combinação].

O enriquecimento da forma lógica ocorre por meio de uma suposição advinda da memória enciclopédica de que *cofres têm portas*.

¹⁵ O símbolo \wedge refere-se a conjunção “e”.

(v) [Pedroi] abriu [a porta de] o cofre [por meio da combinação].

O enriquecimento da forma lógica ocorre por meio de uma suposição advinda da memória enciclopédica e de parte do enunciado, conforme abaixo:

S1 Combinações de números em código que servem para abrir portas de cofres.

S2 Se Pedro descobriu a combinação, ele abriu o cofre.

S3 Pedro descobriu a combinação.

S4 Pedro abriu o cofre por meio da combinação.

(vi) Elei [Pedroi] descobriu a combinação [do cofre] e [então] [Pedroi] abriu [a porta de] o cofre [por meio da combinação].

O enriquecimento do conectivo se dá através da conotação temporal de sucessividade-causalidade das ações.

Em (43) vemos que há uma ligação entre as propriedades lingüísticas do enunciado (41) e a proposição que ele irá recuperar através da informação contextual.

Porém, o mesmo não ocorre em (43b) e (46). A estrutura, *Pedro<possivelmente>conseguiu tirar as jóias do cofre*, é derivada, pelo ouvinte do enunciado (45), que tem forma proposicional completa obtida pela explicatura (45), acrescido da contribuição de uma suposição contextual (premissa implicada) sem dependência direta da ligação com as propriedades lingüísticas de (43b), já que nesta resposta não foi explicitamente dito que “Pedro<possivelmente> abriu a porta do cofre”.

As suposições contextuais, que implicarão a escolha apropriada do contexto, são restringidas pela organização da memória enciclopédica, habilidades perceptuais e outras habilidades cognitivas. Ficando assim, (47):

(47) Se Pedro descobriu a combinação do cofre e abriu a porta do cofre, então, possivelmente conseguiu tirar as jóias do cofre.

Essa suposição processada no contexto da resposta (43b) induz o ouvinte a derivar (46), uma conclusão implicada.

Para Sperber & Wilson, o principal aspecto problemático da distinção que Grice faz entre o dito e a implicatura diz respeito à maneira com que este autor caracteriza o explícito, principalmente pelo fato de que Grice não considera o enriquecimento inferencial da forma lógica como elemento necessário para a interpretação do enunciado. A maioria dos pragmaticistas de visão griceana supõe que qualquer aspecto pragmaticamente determinado da interpretação do enunciado é a implicatura.

Por fim, consideramos que os exemplos analisados reforçam a posição da Teoria da Relevância de que a combinação de características conceituais contextualmente inferidas e lingüisticamente decodificadas constitui a explicatura do enunciado, a qual pode ser inferida do contexto, da forma proposicional do enunciado e da atitude proposicional expressa pelo falante.

Em relação às **atitudes proposicionais**, os autores da Relevância afirmam que o processo de enriquecimento não está limitado à recuperação da proposição expressa por um enunciado. Há outras suposições possíveis de serem obtidas, encaixando-se o conteúdo de um enunciado em uma descrição de alto-nível da atitude do falante em relação à proposição que ele expressou. Deve também ser considerada como um aspecto para o enriquecimento da forma lógica, e esta atitude pode ser mais relevante para a proposição expressa do que a própria proposição, pois contribui para alcançar a explicatura do enunciado.

Observamos, assim, que a Teoria da Relevância propõe um modelo de processamento de informação que privilegia o caráter basicamente inferencial não-demonstrativo da compreensão, ou seja, trata-se de um processo inferencial que é espontaneamente realizado pelos seres humanos como uma forma de presunção, cognitivamente restringida, a ser julgada como bem-sucedida, malsucedida, ou como mais ou menos eficiente.

Sperber & Wilson buscam seus fundamentos na lógica formal e na psicologia cognitiva, com o objetivo de explicar a natureza oculta das inferências mentais, realizadas espontaneamente pelos indivíduos, na compreensão dos fenômenos comunicacionais em língua natural.

A presente proposta caracteriza-se exatamente pela tentativa de fornecer uma descrição explanatoriamente justificada da comunicação humana, sem submeter-se às limitações da lógica padrão ao tratamento de fenômenos da linguagem natural. O conceito de explicatura conduz à idéia de que toda forma lógica deve ser completa, isto é, desambigüizada e sem vagueza. Isso pressupõe que o contexto define sempre o que o código lingüístico deixa em aberto. Ora, em vários casos expressões polissêmicas não são desambigüizadas no contexto e expressões vagas continuam vagas. Como já afirmamos no capítulo 1, seção 1.5, acreditamos, como Sperber & Wilson, que estes fenômenos não são falhas na comunicação, e também não os vemos como um problema; são, na verdade, uma flexibilidade natural do código quanto ao significado das expressões. O ponto em que divergimos está relacionado aos conceitos bem-definidos dos itens vagos e polissêmicos, pois acreditamos que não haja na mente tais definições preestabelecidas. Os exemplos serão demonstrados na análise de dados, no capítulo 3.

3 ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo será desenvolvida a análise de exemplos de palavras vagas e polissêmicas. São elas: *política* (vaga), *cidade*, *família* e *universidade* (polissêmicas). O objetivo é demonstrar como essas palavras aparecem no código, isto é, quais são as regras comunicacionais que as regem e de que forma vagueza e polissemia são resolvidas pelos interlocutores. Foi a partir das observações feitas sobre a Teoria da Relevância em 1.3 (Ambigüidade e Contexto), da própria Teoria, previamente descrita no capítulo 2, juntamente com a nossa visão de indeterminação da linguagem, que foram desenvolvidas as análises. A análise visa a demonstrar como situações de enunciados nos quais ocorrem palavras vagas e polissêmicas são resolvidas pelos falantes e em quais casos há ou não a necessidade de contexto específico. Este capítulo é composto por quatro seções. A seção 3.1. Metodologia estabelece os critérios para as análises; Na seção 3.2. Vagueza e polissemia: um questionamento à Teoria da Relevância, serão sugeridas algumas questões relativas aos fenômenos, partindo da visão de Sperber & Wilson; na seção, 3.3. temos os testes para polissemia propostos por Cruse (1986); na última seção 3.4, denominada A análise de dados, examinaremos as palavras *cidade*, *família*, *política* e *universidade*, demonstrando em quais situações o contexto pode ou não determinar o sentido, e, ainda, se esse sentido é especificado na mente do falante; por fim teceremos alguns comentários.

3.1 Metodologia

Para este capítulo, a metodologia adotada é simples. Foram examinadas as ocorrências das palavras a serem analisadas – *política*, *cidade*, *família* e *universidade* - em um *corpus* específico: os jornais *Diário Catarinense* e *Folha de São Paulo*. Os sentidos

para as palavras polissêmicas foram pesquisados nos dicionários modernos de língua portuguesa Michaelis e Aurélio. No caso da palavra vaga, os sentidos utilizados na análise foram retirados das recorrências do uso dessa palavra nesse meio específico, jornal, e não significados de dicionário, pois esses sentidos podem ou não ser lexicalizados. O *corpus* foi assim escolhido com a finalidade de observar as ocorrências das palavras e como seriam as possíveis interpretações de enunciados com essas palavras nesses meios específicos.

Este não é um estudo que se pretende quantitativo, mas trabalha com uma amostragem de uso das palavras selecionadas, a partir de um banco de dados informatizado: o jornal *Folha de São Paulo*, disponíveis no endereço eletrônico www.uol.com.br/folha/arquivos (para assinantes), e de exemplares impressos do *Diário Catarinense*.

3.2 Vagueza e polissemia: um questionamento à Teoria da Relevância

Para dar início ao nosso estudo, retomaremos os pontos que serão abordados ao longo deste capítulo:

No capítulo 1 foram sugeridas algumas questões relativas ao conceito preciso dos itens lexicais, uma vez que para Sperber & Wilson todo conceito é bem-definido. Sendo assim, nos questionamos em que ponto do processo comunicacional se encontra esses conceitos, uma vez que parecem não estar nem no código (a Teoria assume um não comprometimento com o código) e nem no contexto, e ainda qual a efetiva necessidade de tais conceitos, se é que eles existem.

Como já afirmamos anteriormente, nosso posicionamento acompanha a visão de muitos semanticistas atuais como Pustjovsky, Moura, entre outros que postulam que o código é um meio comunicacional flexível e que, por sua vez, não pode ser exato. Nessa perspectiva, o código é indeterminado, não havendo razão para supormos a existência de conceitos absolutos. Por outro lado, para Sperber & Wilson esses conceitos parecem ser prévios na mente. Com isso supomos que, para os autores da Relevância, existe um conceito primeiro que é abstrato e bem-definido, e um conceito secundário, que seria o uso desse item em uma proposição. Para estes autores, o que pode ser vago é o uso do conceito e não o conceito em si. Como no exemplo dado em 1.5, o item lexical “careca” expressaria

um conceito bem-definido ou absoluto de não ter cabelo, mas que poderia ser usado em uma proposição de forma vaga.

Os conceitos são endereços na memória acessados pelas três entradas: entrada lexical, lógica e enciclopédica. Quando uma dessas entradas estiver vazia, propiciando a indeterminação do significado, o falante/ouvinte deverá fazer um uso interpretativo do conceito preciso.

Se por um lado Sperber & Wilson afirmam a existência de conceitos bem-definidos, por outro lado não os apresentam de forma clara, deixando em aberto onde estão situados estes conceitos, e ainda não elucidam qual o acesso que o falante tem a esses conceitos.

Retomamos aqui a idéia de que não há tal coisa como um conceito mental preestabelecido dos itens lexicais. A indeterminação pode ocorrer tanto na mente quanto no código, e é isto que dá riqueza e flexibilidade à linguagem, possibilitando uma amplitude de significados.

De acordo com a Teoria da Relevância todos os fenômenos da língua são necessariamente resolvidos no contexto em que ocorrem. A Teoria da Relevância funciona muito bem para todos os casos de homonímia e muitos casos de polissemia, mas não todos, pois há certos casos de polissemia que não podem ser resolvidos. Já os casos de vagueza, muitas vezes, não podem ser resolvidos baseados apenas no contexto, não havendo, em alguns casos, nem mesmo a necessidade de resolvê-los.

É importante salientar que não recusamos a idéia de que a relevância organiza a comunicação, mas acreditamos que em alguns casos não é relevante para os interlocutores que um único contexto seja especificado.

A *explicatura* é oferecida pelos autores da Teoria da Relevância, juntamente com o critério da consistência com a relevância¹⁶, como sendo a forma pela qual os fenômenos de indeterminação são resolvidos; no entanto, observamos que não são todos os casos em que a *explicatura* se mostra eficiente em desambigüizar, eliminar a vagueza ou a

polissemia dos termos. Na seção 3.5., será realizada a análise de exemplos evidenciando a nossa posição quanto aos casos de polissemia, ambigüidade e vagueza.

3.3 Testes para polissemia

Para considerarmos uma palavra como polissêmica, por exemplo, devemos realizar alguns testes que confirmem esta hipótese. Muitos testes têm sido propostos para distinguir polissemia de outros tipos de indeterminação. Observemos em Cruse (1986) a discussão de três grupos de testes diagnósticos.

No primeiro grupo estão os testes lógicos originalmente definidos por Quine (1960): se uma asserção envolve uma palavra que pode ser verdadeira e falsa para um mesmo referente, então essa palavra é polissêmica, e não vaga. Por exemplo:

(48) *The leather is light and not light.*

A sentença (48) é possível porque *light* está sendo usado como *not heavy* (não pesado) e depois como *not dark* (não escuro). Uma variação para esse teste seria usar sentenças em que os dois sentidos são verdadeiros e não redundantes para um mesmo referente, como é discutido em Cruse (1986). Por exemplo:

(49) *Charlie has changed his position.* (Cruse, 1986).

(50) pode tanto se referir à localização física de Charlie na sala quanto a seu ponto de vista sobre algum assunto.

O segundo grupo é o dos testes lingüísticos. Existe uma restrição lingüística em usar sentidos múltiplos para um único uso de uma palavra polissêmica. Por exemplo:

(51) *Arthur and his driving licence expired last Thursday.* (Cruse, 1986).

Na sentença acima notamos que apenas um sentido pode ser atribuído, somente a licença para dirigir pode ter expirado e não Arthur. A coordenação dos dois predicados

¹⁶ Ver seções 2.6.1 e 2.7 no capítulo 2.

(*expire* - cessar a validade e *expire* - morrer) é estranha na sentença acima (a não ser com sentido humorístico).

Por último há o teste de definição, cuja origem é traçada em Aristóteles. Uma palavra é polissêmica se mais de uma definição é necessária para abranger os sentidos. Em termos clássicos, uma palavra é polissêmica se um único grupo de condições suficientes e necessárias não for capaz de cobrir todos os sentidos expressados pela palavra. Este teste se diferencia dos outros por não ser apenas diagnóstico mas também explanatório. Diferentes testes produzem resultados contraditórios quando comparados uns com os outros, como foi observado por Geeraerts (1993). Os casos mais fortes são os de palavras como *newspaper* (jornal), que pode tanto significar as pessoas que dirigem a organização como o objeto impresso. *Newspaper* não é polissêmico de acordo com o teste lingüístico, porque os dois sentidos podem existir em uma sentença como *The newspaper decided to change its print*. Contudo essa classe de palavras é polissêmica de acordo com o teste de definição, uma vez que uma única definição não pode cobrir os dois sentidos – pessoas e produto. Nesta dissertação, estudamos esse tipo de palavra polissêmica (no caso, universidade e cidade).

A seção seguinte ocupa-se das análises das quatro palavras estudadas nesta dissertação.

3.4 Análise de exemplos

A seção que segue tem como objetivo analisar algumas ocorrências das palavras *família*, *universidade*, *cidade* e *política* em textos publicados nos jornais *Folha de São Paulo* e *Diário Catarinense*, partindo de uma perspectiva de que o contexto é fundamental para a especificação de sentido quando somente uma das possibilidades de sentido é compatível com a decodificação lingüística do enunciado.

Já nos casos em que mais de um sentido é possível e compatível, nem sempre há a necessidade de se especificar um contexto definido, uma vez que, em alguns casos, a especificação do contexto e do sentido não interfere no conteúdo informativo da sentença e pode, até mesmo, não ser relevante para a comunicação, e ainda, pode não haver, por parte do falante, a intenção de que um ou outro sentido seja selecionado.

A análise dos exemplos será dividida nos seguintes blocos:

1. O uso da palavra na sentença tem mais de um sentido possível na mesma sentença.
2. O uso da palavra na sentença deixa claro qual sentido está sendo empregado.

No entanto, para a Teoria da Relevância, o contexto deve ser construído para direcionar o ouvinte a uma interpretação adequada do enunciado, devendo o ouvinte selecionar um dos sentidos possíveis. Veremos nos exemplos a seguir que não há em determinadas sentenças, uma obrigatoriedade em definir um contexto específico. Este é o caso de enunciados em que o item lexical tem mais de um sentido possível.

Nos casos em que um item polissêmico tem apenas um sentido possível na sentença, estamos de acordo com a Teoria da Relevância, pois nestas ocorrências o contexto indicará a atribuição correta de significado para a palavra. O ouvinte/leitor recorrerá ao contexto em que a sentença é proferida e só assim será capaz de interpretar o enunciado adequadamente. Vejamos os exemplos a seguir:

3.5 Família

3.5.1 Mais de um sentido

Começaremos pela análise da palavra *família*. Como já dito anteriormente, *família* é uma palavra polissêmica, uma vez que as suas precisificações são lexicalizadas. Em muitos casos em que o item citado ocorre, não há a necessidade de se acrescentar uma precisificação ao enunciado para que o sentido específico de *família*, que o interlocutor tem em mente, seja obtido. Seria o caso de *Ele deve declarar os bens da família*. Ora, o contexto sentencial por si só seleciona o sentido de *família nuclear* (pais e filhos), então essa precisificação implícita do sentido de *família* vem do próprio léxico, o que o contexto faz nesse caso é selecionar uma das precisificações da palavra *família* previamente disponíveis no léxico. No entanto, o acesso a um único sentido da palavra nem sempre ocorre. Em muitos casos encontramos situações em que mais de um sentido para o mesmo item lexical é perfeitamente possível, em alguns casos gerando dúvida sobre a seleção de uma interpretação para a palavra, e em outros casos a ocorrência da palavra não gera a

necessidade de selecionar um ou outro sentido. Observemos exemplos em que mais de um sentido é possível em uma mesma ocorrência:

(52) A Febem não educa nem um menor por que, aqui, longe da família, a gente só pensa maldade. (*Folha de São Paulo*, 15/5/2000).

Em (52) temos a ocorrência de dois sentidos possíveis para família: família nuclear (pais e irmãos) e família estendida (tios, avós, etc.). Nem mesmo um contexto mais amplo seria capaz de definir qual dos usos da palavra está sendo empregado pelo menino, talvez o próprio menino não tenha a intenção de selecionar um ou outro significado para a palavra. Não selecionar um sentido para o item *família* não interfere no conteúdo informativo e comunicativo da sentença, ainda que a polissemia não seja resolvida pelo contexto. A informação é preservada, não exigindo um contexto mais específico para a interpretação da sentença.

(53) A família de Frank Sinatra agradece às manifestações de amor e afeição de incontáveis fãs de todas as gerações e de todos os cantos. (*Folha de São Paulo*, 16/5/1998).

Em (53) observamos, novamente, duas possibilidades de significado: família nuclear e família estendida. A declaração dada pela esposa de Sinatra não especifica qual *família* ela está se referindo. Poderia ser tanto os filhos como os irmãos e outros parentes do cantor. O que é importante notar, é que a escolha de um sentido não influencia o conteúdo da sentença, que não perde em nada na qualidade da informação dada. Novamente a polissemia não exige resolução e nem impossibilita a interpretação.

(54) O assassinato dos genros do general Saddam Hussein no Iraque foi manchete em todos os telejornais. O assunto especialmente picante foi prato cheio. O crime foi executado por “sua própria família”, tem implicações internas e gera reações diplomáticas. (*Folha de São Paulo*, 26/2/1996).

Em (54) também verificamos a possibilidade de dois sentidos para a ocorrência da palavra *família*: linhagem e família estendida. O contexto não especifica qual dos sentidos está sendo empregado. Não é relevante para o ouvinte saber se o crime foi feito por um parente próximo, um primo, por exemplo, ou se foi executado por alguém que

pertence a uma mesma linhagem, parentes afastados, de sangue ou não, vivos ou não. É sempre o conteúdo informativo que nos interessa, que é mantido independentemente de um contexto específico que selecione um ou outro sentido para *família*.

(55) Aquele clima família de sempre terá reforço extra na estréia de Chico Buarque quinta-feira no Palace. (*Folha de São Paulo*, 6/3/1994).

Em (55) os sentidos de família nuclear e família estendida são ambos válidos para o enunciado acima. Não vem ao caso decidirmos se *o clima* referido é aquele obtido entre pais e filhos ou em um sentido mais amplo, global, da palavra, isto é, familiar, relativo à família de um modo geral. O que chama a atenção do ouvinte/leitor do enunciado é a sugestão de aconchego, algo intimista, que a idéia expressa pela sentença propõe. A polissemia da palavra *família* não resulta em problema para a comunicação, por isso não se precisa de um contexto que especifique o seu sentido.

(56) No primeiro Tancredi (Alain Delon) visitava a família Salina, após a batalha de Palermo. (*Folha de São Paulo*, 13/2/1994).

Em (56) mais uma vez percebemos que o enunciado permite mais de uma alternativa para o significado de *família*: linhagem (todos aqueles que em diferentes graus fazem parte de uma família, estes membros podem estar vivos ou não) e família estendida (parentes próximos, tais como tios e avós). A informação relevante na sentença é a visita realizada por *Tancredi*, que não é alterada pelo uso de um ou outro sentido de *família*, o que reforça a hipótese de que o contexto nem sempre resolve a polissemia das palavras e que em muitos casos essa resolução não é necessária para que a comunicação seja bem-sucedida.

3.5.2 Somente um sentido

Nos exemplos que seguem somente um sentido é possível para a interpretação adequada da proposição. Nesses casos o contexto define o sentido da palavra polissêmica na sentença:

(57) Também colabora com a economia da família na época da colheita. (*Folha de São Paulo*, 1/5/1997).

Em (57) o único sentido possível para a interpretação da sentença é o de família estendida (pais, mulher e filhos.). Neste caso o contexto – na época da colheita - determina o sentido da palavra *família*, normalmente a *família* no meio rural é composta não só pela *família nuclear*, mas também pela *família estendida*. Mais uma vez, a polissemia não interferiu na comunicação, os interlocutores são capazes de selecionar o significado adequado para o enunciado.

(58) Para fazer o filme, Alston pesquisou as origens escravagistas de sua família. (*Folha de São Paulo*, 27/1/1997).

Em (58) o uso do item lexical *família* remete ao sentido de linhagem. Observa-se que o sentido de *família* é definido pelo contexto sentencial - origens escravagistas. Sendo assim, dificilmente este enunciado seria interpretado de forma diferente ou equivocada, isto é, o ouvinte/leitor teria facilidade em atribuir o sentido correto e desejado pelo falante. Novamente, a polissemia não se apresenta como um problema para a comunicação, uma vez que a interpretação do enunciado e a atribuição de sentido para o item *família* são realizadas com sucesso.

(59) Chegada ao Hospital do Tatuapé onde a família é informada que não há mais vagas. (*Folha de São Paulo*, 3/6/1998).

Em (59) o contexto em que este enunciado ocorre elimina as outras interpretações possíveis para o mesmo item, *família*. Em uma situação de comunicação normal, espera-se que o ouvinte/leitor selecione como única interpretação possível o sentido de família estendida, ou seja, aquela composta por pais, filhos, parentes próximos de sangue ou não. Este é mais um caso em que a palavra polissêmica não gera dúvidas quanto à atribuição de sentido e conseqüentemente não impede a interpretação adequada da sentença em que a palavra ocorre.

(60) Essa harmonia que consigo entre a família, meus filhos, meus amigos, minha mulher, o trabalho, o esporte, o lazer, dá um equilíbrio e me torna feliz. (*Folha de São Paulo*, 5/10/1998).

Ao observarmos (60) percebemos que o sentido que está sendo atribuído a *família* é o sentido referente à família estendida, composta por pais, tios, avós, etc. O próprio falante explicita no enunciado qual o sentido que o ouvinte/leitor deverá usar para interpretar a sentença, uma vez que ele, o falante, faz a distinção dentro da própria sentença, entre família, seus filhos e sua mulher. Conclui-se que *família*, neste contexto, não se refere à família nuclear (esposa e filhos) e sim ao sentido mais amplo de família estendida. Portanto, esta é uma ocorrência em que o contexto define o sentido interpretativo do item polissêmico, no qual a comunicação não é prejudicada e a informação é transmitida com sucesso.

3.6 Universidade

As ocorrências desta palavra serão divididas em dois tipos:

1. O uso da palavra na sentença tem mais de um sentido possível na mesma sentença.
2. O uso da palavra na sentença deixa claro qual sentido está sendo empregado.

3.6.1 Mais de um sentido

Os exemplos que seguem são casos em que mais de um sentido pode ser atribuído a uma mesma palavra em uma mesma ocorrência, sendo que nem sempre há a necessidade de escolher um ou outro sentido, ou definir um contexto que possa fazer essa seleção. Vejamos:

(61) Após três dias de eleição a universidade saberá os candidatos a reitor que irão para a escolha do governo. (*Folha de São Paulo*, 5/10/2000).

Em (61) temos dois sentidos possíveis na interpretação da sentença: universidade, a instituição, e universidade, as pessoas que fazem parte desta comunidade

(professores, alunos, funcionários, etc.). A polissemia da palavra universidade não é resolvida pelo contexto e nem há necessidade de ser resolvida, pois é perfeitamente razoável aceitar que o ouvinte/leitor será capaz de compreender a informação contida na sentença sem que haja a especificação de um único sentido. É possível que o falante não tenha a intenção de selecionar um ou outro sentido para universidade, ou que esteja pensando em um sentido exclusivo, e ainda que isto ocorresse, não é evidenciado pelo contexto em que o enunciado é proferido. Contudo, não há nenhum tipo de prejuízo para ouvinte/leitor: quanto à interpretação da sentença, a qualidade da informação é preservada e a comunicação bem-sucedida.

(62) O vice-reitor da Uniban, Milton Linhares, afirma que a universidade não vai se curvar a essa perseguição política e não fechará. (*Folha de São Paulo*, 11/10/2000).

Observemos que na sentença (62) a palavra *universidade* pode remeter a duas possibilidades de significado da palavra: as pessoas ligadas à instituição e a instituição. O que na verdade não interfere no resultado final da interpretação do enunciado, isto é, não é relevante para os interlocutores definir qual dos sentidos está sendo empregado para *universidade*.

(63) Richard Spratley, da UBC, diz que, com base no formulário original de consentimento, a universidade teria requisitado a Ward que obtivesse permissão adicional para conduzir outros estudos. (*Folha de São Paulo*, 9/10/2000).

Novamente, em (63), verificamos que o item *universidade* pode tanto estar se referindo aos membros da Universidade (entre eles, Richard Spratley), quanto à instituição, a entidade à qual ele, Richard Spratley pertence. Mais uma vez, observamos que o fato da palavra *universidade* ser polissêmica não interfere no processo interpretativo do ouvinte.

(64) Por lei, a universidade deve encaminhar ainda na próxima semana a lista tríplice dos vencedores para que o governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB) escolha aquele que vai dirigir a instituição, uma das mais importantes do Estado. (*Folha de São Paulo*, 6/10/2000).

Em (64) também podemos atribuir a *universidade* dois significados possíveis e compatíveis com a decodificação da proposição: *universidade* como instituição e *universidade* como a comunidade que a ela pertence (alunos, professores, funcionários, etc.). A seleção de um dos dois sentidos não modifica a informação que deve ser transmitida ao ouvinte/leitor, em muitos casos nem mesmo o próprio falante sabe exatamente qual dos sentidos está sendo usado; sendo assim, a necessidade de escolher somente um sentido para *universidade* e determinar um contexto mais específico capaz de selecionar tal sentido único, são dispensáveis. A polissemia não impede o processo comunicativo e, em alguns casos, nem mesmo interfere na compreensão do enunciado em que ocorre.

(65) Ele diz que é preciso visitar a universidade, conversar muito com os alunos antes de se decidir e encarar o curso como um investimento a longo prazo. (*Folha de São Paulo*, 3/10/2000).

Em (65) o uso da expressão *visitar a universidade* pode remeter a duas alternativas de significado para *universidade*. Uma situação na qual o que está sendo visitado é a instituição e outra situação na qual o que está sendo visitado são as pessoas da comunidade universitária. No entanto, não há necessidade de determinar um ou outro sentido, ou buscar um contexto que o especifique, o ouvinte/leitor será capaz de compreender o conteúdo informativo da sentença, sem que isso seja feito. A comunicação entre os interlocutores não é prejudicada e a informação da sentença é mantida; sendo assim, não há motivos para crer que a polissemia seria a causadora de uma eventual falha comunicacional, isto é, o motivo pelo qual uma interpretação pode ser malsucedida.

3.6.2 Somente um sentido

Os enunciados abaixo são casos em que o contexto proposicional define o sentido do termo polissêmico, nestas ocorrências somente um sentido possível e compatível com a decodificação lingüística da sentença:

(66) Fischer mal conseguiu concluir seus estudos e nunca frequentou a universidade. (*Folha de São Paulo*, 1/10/2000).

Ao analisarmos (66) notamos que a própria sentença seleciona apenas um sentido compatível com o uso de *universidade*, que seria correspondente a algum curso superior que é oferecido por esta instituição. Com isso, todas as outras possibilidades de uso para o item *universidade* são excluídas imediatamente pelo ouvinte/leitor, que, mais uma vez, se mostrará eficiente em interpretar adequadamente o enunciado, não havendo nenhum tipo de problema para a comunicação em função da polissemia da palavra *universidade*.

(67) Se há uma verdadeira ameaça de extinção ou de massificação, ela vem do interior da universidade pública, não fora dela. (*Folha de São Paulo*, 1/10/2000).

Em (67), o contexto sentencial sugere fortemente que o sentido possível, e único, para *universidade* nesta ocorrência é o de *universidade* como instituição. Quando o contexto é capaz de definir o sentido de uma palavra polissêmica, não há por que pensar que este item possa causar problemas para a comunicação, uma vez que o ouvinte/leitor é direcionado a uma interpretação correta da sentença.

(68) Ao comparecer a uma entrevista coletiva na universidade, Greengard foi aplaudido por colegas e estudantes durante dois minutos. (*Folha de São Paulo*, 10/10/2000).

Em (68) o contexto em que o termo polissêmico *universidade* ocorre define seu sentido na sentença. Temos aqui um exemplo de *universidade* enquanto prédio, local físico onde a instituição funciona. Em uma situação normal da comunicação cotidiana, somente este sentido será selecionado, excluindo todas as outras possibilidades para a interpretação de *universidade*, fazendo com que o ouvinte/leitor interprete adequadamente o enunciado, resolvendo a polissemia.

(69) Greengard afirmou que irá doar o dinheiro para um fundo da universidade, criado para premiar mulheres que se destaquem na área bioquímica. (*Folha de São Paulo*, 10/10/2000).

Analisando (69) percebemos que o único sentido possível de ser atribuído a *universidade* é o de instituição. A seleção do significado da palavra é determinada pelo

contexto em que ela está inserida, não poderíamos pensar em *universidade* como prédio ou mesmo a comunidade pertencente a ela. Com isso, novamente, a polissemia é resolvida com facilidade pelo ouvinte/leitor, que interpretará de forma correta a informação contida na sentença comunicada.

(70) As portas da universidade de São Paulo (USP) sempre estiveram abertas a todos os habilitados. (*Folha de São Paulo*, 6/10/2000).

No enunciado (70) observamos o uso de *universidade* como instituição. Novamente, o sentido de *universidade* é definido pelo contexto em que ocorre. Nesses casos, a especificação do contexto é fundamental para o sucesso da comunicação. Perceba, também, o uso metafórico da palavra *portas*. É a metáfora que define o sentido de instituição e não de *universidade* enquanto prédio. Por exemplo: *No dia do vestibular as portas são fechadas às 8 horas em ponto, depois, ninguém mais entra.*

3.7 Cidade

As ocorrências desta palavra serão divididas em dois tipos:

1. O uso da palavra na sentença tem mais de um sentido possível na mesma sentença.
2. O uso da palavra na sentença deixa claro qual sentido está sendo empregado.

3.7.1 Mais de um sentido

As sentenças abaixo são casos em que mais de um sentido pode ser atribuído a uma mesma palavra em uma mesma ocorrência, no entanto, nem sempre há a necessidade de escolher um contexto que defina um único sentido para a palavra. Vejamos:

(71) Pesquisas qualitativas da sigla revelam que o curitibano está satisfeito com a cidade em que vive e considera Taniguchi um bom prefeito, mas quer votar em Ângelo Vanhoni (PT). (*Folha de São Paulo*, 14/10/2000).

Em (71) observamos que o uso da palavra *cidade* remete a três sentidos possíveis: habitantes, entidade administrativa e território. Esses sentidos podem aparecer

simultaneamente na sentença sem interferir na compreensão da informação comunicada por ela. O ouvinte não precisa explorar o contexto até o ponto de definir somente um significado para *cidade*, pois a não-especificação de um sentido não altera a qualidade do conteúdo informativo do enunciado. O ouvinte/leitor interpreta adequadamente a sentença e a polissemia não impede o sucesso da comunicação. Acreditamos ser possível que o falante não tenha, nem mesmo, a intenção de que seu interlocutor selecione um ou outro sentido, e, é possível, também, que o próprio falante não saiba com exatidão qual dos sentidos está atribuindo à palavra.

(72) São Paulo precisa da união de todas as pessoas de bem, todas as pessoas éticas, para varrer de vez por todas a corrupção que tomou conta da cidade nos últimos anos. (*Folha de São Paulo*, 14/10/2000).

Observamos em (72) a presença de dois dos sentidos possíveis para o item lexical *cidade*. São eles: habitantes e entidade administrativa, mas não cidade enquanto território. Para esta sentença apenas território não é compatível com a decodificação do enunciado; no entanto, os sentidos de habitantes e entidade administrativa são compatíveis e não precisam de um contexto que especifique qual dos sentidos está sendo empregado, isto é, que resolva a polissemia, uma vez que um dos sentidos não anula o outro, ou seja, a interpretação não é prejudicada pela polissemia. O ouvinte/leitor compreenderá e interpretará a proposição corretamente, sem recorrer à especificação de sentido para *cidade*.

(73) Além de permitir uma comparação com os projetos de Le Corbusier e Lúcio Costa, a publicação do projeto de Piacentini para a cidade universitária revela várias coincidências com as proposições urbanísticas pós-modernas, que chegaram ao Brasil na década de 80. Já estão ali as praças porticadas, os eixos de simetria, a hierarquia dos espaços abertos, valores que pretendiam embasar um urbanismo que superasse as insatisfações com a cidade funcionalista. (*Folha de São Paulo*, 14/10/2000).

Em (73) a polissemia de *cidade* remete aos possíveis sentidos: entidade administrativa e território. A seleção de um dos sentidos não modifica a informação contida na sentença, portanto o ouvinte não necessita buscar um contexto mais específico a fim de excluir uma das possibilidades, já que o contexto em que *cidade* ocorre permite mais de um

significado para a palavra. O fato de mais de um sentido poder estar presente na sentença não é um empecilho para a comunicação, pois não é relevante para o ouvinte/leitor selecionar um único significado, uma vez que ele é capaz de interpretar com adequação o enunciado sem que haja perda no conteúdo informativo da proposição.

(74) Uma das cenas do programa mostrou uma luta de boxe, em que os lutadores seriam a cidade e a corrupção – a corrupção perde a disputa. (*Folha de São Paulo*, 14/10/2000).

No exemplo (74) os sentidos possíveis para *cidade* nesta sentença são os de população e de *cidade* como entidade administrativa. Nesta sentença os dois sentidos de *cidade* são compatíveis com a decodificação lingüística do enunciado, podendo ambos os significados estar presentes na sentença.

(75) Felício afirmou que a candidatura de Maluf é “nociva” para a cidade. (*Folha de São Paulo*, 11/10/2000).

Por fim, em (75), novamente, a polissemia da palavra *cidade* está nas seguintes possibilidades de sentido para a palavra: entidade administrativa e população. Os dois sentidos podem estar implícitos na sentença, a escolha por um desses sentidos não é relevante para a compreensão do enunciado; portanto, o ouvinte/leitor não precisa de um contexto que limite um sentido para *cidade* para compreender a proposição. Com isso, a comunicação entre os interlocutores é alcançada com sucesso, e a polissemia de *cidade* não altera a informação relevante para o falante e para o ouvinte.

3.7.2 Somente um sentido

As ocorrências da palavra *cidade*, abaixo, são exemplos em que a polissemia é resolvida no contexto e somente um sentido é selecionado e compatível com a decodificação lingüística do enunciado. Vejamos:

(76) O prefeito Celso Pitta disse ontem que vai consertar os buracos da cidade, mas culpou o governo do Estado por eles. (*Folha de São Paulo*, 14/10/2000).

No enunciado (76) somente um sentido pode ser atribuído à palavra *cidade*: território. Neste caso, a polissemia é resolvida pelo contexto em que a palavra ocorre. O ouvinte/leitor percebe com facilidade qual o sentido adequado para a interpretação da sentença.

(77) Marília Pêra canta na cidade. (*Folha de São Paulo*, 13/10/2000).

Em (77), novamente, o uso de *cidade* remete ao sentido de território somente. Este sentido é definido pelo contexto em que o item polissêmico ocorre. O ouvinte/leitor não encontrará nenhum empecilho para interpretar (82), a comunicação é bem sucedida e a informação contida na sentença é adequadamente interpretada.

(78) A cidade decretou situação de emergência. (*Folha de São Paulo*, 13/10/2000).

Em (78) somente um sentido pode ser selecionado para interpretar a ocorrência de *cidade* na sentença. O significado que o ouvinte/leitor deverá atribuir é o de *cidade* enquanto entidade administrativa. O contexto em que a palavra polissêmica ocorre determina o seu significado, portanto resolve a polissemia eliminando qualquer outro uso (sentido) para *cidade*.

(79) A situação de falência da cidade foi Maluf quem fez. (*Folha de São Paulo*, 12/10/2000).

O enunciado (79) é um exemplo do uso de *cidade* com o sentido único de entidade administrativa. O contexto é responsável pela determinação do sentido de *cidade*, direcionando o ouvinte/leitor a alcançar a interpretação apropriada do enunciado. A polissemia não oferece problemas à comunicação, uma vez que a informação é preservada e a comunicação é efetivamente atingida.

(80) São Paulo é uma cidade grande de memória pequena. (*Diário Catarinense* 15/10/2000).

Por fim, em (80) a palavra *cidade* remete ao sentido único de habitantes somente. O ouvinte/leitor seleciona o sentido correto, pois a polissemia de *cidade* é

resolvida pelo contexto sentencial em que a palavra ocorre, não permitindo outra interpretação para o enunciado. Sendo assim, a comunicação é efetuada com sucesso.

3.8 Política

Consideraremos três maneiras de definir o conceito vago “política”. São elas:

- a) política institucional (organização social de uma sociedade);
- b) política ideológica;
- c) política partidária (que pode ser vista pejorativamente ou não).

Há ainda uma outra acepção polissêmica de política, que possivelmente é a mais comum: forma de ação, estratégia. *A política da empresa é vender barato*, por exemplo. Essa acepção não faz parte do conceito vago definido acima, mas de outro conceito. O que interessa ao trabalho são os sentidos vagos: política institucional; ideológica; partidária.

As ocorrências desta palavra serão divididas em dois tipos:

1. O uso da palavra na sentença tem mais de um sentido possível na mesma sentença.
2. O uso da palavra na sentença deixa claro qual sentido está sendo empregado.

3.8.1 Mais de um sentido

Os enunciados abaixo todos apresentam mais de um sentido possível para a palavra vaga *política*. A análise busca demonstrar qual o papel do contexto e da seleção de sentido na interpretação bem-sucedida de enunciados em que palavras vagas ocorrem.

(81) Em todas as manifestações reivindicatórias populares atuais, seja o MST, dos professores, de estudantes e de outras alas de esquerda, os punks aparecem para fazer o trabalho “sujo”, tal como iniciar conflitos violentos, derrubar cercas, ou são presos com coquetéis molotov. São admiráveis a militância política desses grupos e o apoio que proporcionam nas manifestações de rua. (*Folha de São Paulo*, 12/6/2000).

Em (81) a palavra *política* remete a dois sentidos possíveis no enunciado. São eles: política ideológica ou política partidária. Ambas são hipóteses válidas para a interpretação da sentença, o problema recai sobre o fato de que as duas interpretações para *política* não são sinônimas, o que causa ambigüidade na sentença. A sentença pode tanto ser verdadeira como falsa (sendo assim indefinida #), dependendo da definição dada à palavra *política*. O que ocorre é um caso de vagueza. Na vagueza mais de uma interpretação é possível, mesmo que se realizem inferências pragmáticas. A especificação do contexto não elimina a vagueza intrínseca de certas palavras em determinados casos.

Sendo assim, ainda que especifiquemos que (86) tenha sido dita de forma tendenciosa por alguém ligado a tais movimentos, isso não leva o ouvinte/leitor a uma única interpretação possível do sentido de *política* para o locutor da sentença. Enfim, a vagueza intrínseca é aquela que não é eliminada nem pelo contexto nem pela recuperação da intenção do falante.

(82) Não só por que éramos estudantes, mas por que nossas idéias não estavam em sintonia com a sociedade que tínhamos. Agora toda a política inglesa mudou e há um respeito maior da individualidade. As pessoas estão mais interessadas nos “outsiders” e em mercadorias culturais. (*Folha de São Paulo*, 8/12/1999).

Em (82) a vagueza da palavra *política* não é eliminada no contexto, havendo para a mesma sentença duas possibilidades de interpretação do enunciado: *política* institucional e *política* ideológica. Uma maior especificação do contexto não induziria o ouvinte/leitor a selecionar apenas uma das interpretações para *política*, ainda que essas possibilidades sejam sinônimas. O que interessa, no entanto, é o fato de que a vagueza da palavra não impede uma interpretação adequada e coerente por parte do ouvinte, desta forma permitindo que a comunicação ocorra normalmente, sem que seja feita uma seleção de sentido para *política*.

(83) Não espanta a pretensão do nosso presidente de abandonar a política em 2008. (*Folha de São Paulo*, 23/12/1999).

Em (83) temos um bom exemplo de ambigüidade. Neste enunciado, *política* pode tanto ser referente à *política* institucional e/ou partidária. Nem mesmo um contexto maior seria capaz de anular uma das possibilidades e conduzir o ouvinte a uma única interpretação possível do sentido de *política* para o falante. O ouvinte/leitor pode realizar duas leituras válidas para o mesmo enunciado. Com isso a vagueza não é eliminada nem pelo contexto nem pela recuperação da intenção do falante.

(84) Não estou sugerindo que o Senador Suplicy seja desde já histórico. Mas, tal como Pedro Simon, este mais complicado, mas igualmente puro, será por meio de homens assim que a política deixará de ser um serpentário e se tornará humana, dedicada exclusivamente as necessidades humanas. (*Folha de São Paulo*, 6/12/2000).

Em (84) observamos três possíveis interpretações para a palavra *política*: *política* partidária, *política* institucional, e ainda *política* ideológica. O contexto não elimina a vagueza da palavra, isto é, proporciona ao ouvinte/leitor a possibilidade de mais de uma interpretação verdadeira para o enunciado. Provavelmente, nem através da recuperação da intenção do falante induzirá a uma única interpretação.

(85) A militância política de Cardoso, nos anos 70, encontrou em Porto Alegre um dos espaços mais abertos do país para a mobilização contra o regime militar, reunindo grandes públicos nas conferências-debate na Assembléia Legislativa do estado. (*Folha de São Paulo*, 8/6/1997).

Em (85) observamos um caso duvidoso o qual o emprego da palavra política remete certamente à idéia de *política* ideológica, e pode remeter a *política* partidária. É possível que alguns ouvintes/leitores selecionem apenas o primeiro sentido para a palavra, o que não elimina que outros indivíduos selecionem o segundo sentido, ou que fiquem em dúvida entre o primeiro e o segundo. No entanto, a vagueza parece não atrapalhar efetivamente a interpretação da sentença, permitindo o sucesso da comunicação entre os interlocutores.

3.8.2 Somente um sentido

Os exemplos abaixo são de ocorrências em que somente um sentido deve ser selecionado. Nesses casos, somente o contexto define o sentido, não está no léxico, é uma interpretação do indivíduo.

(86) O cinema cumpre uma função política importante. Externamente, revela ao mundo uma imagem diferente da do extremismo religioso, associado tão comumente ao Irã. Internamente, é considerado a ponta de lança das mudanças sociais implantadas pelos reformistas que tentam abrir o país social, política e economicamente. (*Folha de São Paulo*, 28/8/2000).

Em (86) para que a comunicação seja bem-sucedida o ouvinte/leitor deverá selecionar apenas um sentido para a palavra *política*: organização institucional da sociedade. Este é um caso em que o contexto induz a uma única interpretação, eliminando a vagueza do enunciado.

(87) Em 89, a Sérvia acabou com a autonomia política das províncias de Kosovo e Vojvodina, transformando-as em regiões suas. (*Folha de São Paulo*, 2/4/1999).

Em (87) observamos um exemplo de *política* como *política* institucional. Esta é a única interpretação adequada para a proposição acima. Mais uma vez sua significação é definida pelo contexto em que a palavra vaga ocorre.

(88) Ontem, o Secretário da Fazenda do México, Guillermo Ortiz, disse que a recusa do governo mexicano em abaixar os impostos não se deve a uma razão política, e sim a realidade econômica do país. (*Folha de São Paulo* 13/11/1997).

O ouvinte/leitor é induzido pelo contexto dado em (88) a escolher somente um sentido para a interpretação correta da sentença. Este é um caso em que o sentido de *política* somente é compatível com *política* ideológica. A vagueza do item lexical não interfere na compreensão e seleção de significado.

(89) Se convém ao governo não passar excesso de otimismo, convém às oposições não tentar capitalizar política e eleitoralmente um ataque que não é ao governo, é ao país. (*Folha de São Paulo*, 31/10/1997).

O enunciado (89) é um exemplo do uso de *política* como *política* partidária. Neste caso, o ouvinte/leitor deverá selecionar somente este sentido para a palavra, que é determinado a partir do contexto sentencial.

(90) Recente biografia da jornalista francesa Brigitte Hersant Leoni, “FHC – O Brasil do Possível”, reintroduz a discussão das relações entre o intelectual e a política. A lógica da política seria incompatível com a lógica do intelectual? Pela primeira vez, “na república dos bacharéis”, temos um presidente-sociólogo, acadêmico que obteve reconhecimento internacional ... Este é um fato excepcional na tradição política latino-americana. (*Folha de São Paulo*, 8/6/1997).

Por fim, em (90) temos mais um caso de *política* enquanto instituição. Este deve ser o sentido selecionado pelo ouvinte/leitor do enunciado, pois o contexto em que a proposição ocorre elimina a possibilidade de outras interpretações, proporcionando ao indivíduo conteúdo informativo necessário e suficiente para a compreensão do enunciado e escolha adequada do significado.

Neste capítulo foram retomadas as principais bases deste estudo. A Teoria da Relevância de Sperber & Wilson serviu de pano de fundo para que fosse possível apresentar nossa visão sobre os fenômenos de indeterminação semântica na linguagem natural.

As questões que foram levantadas neste estudo partiram, de forma significativa, do conceito bem-definido dos itens lexicais para a Teoria da Relevância e da importância fundamental do contexto na resolução dos fenômenos comunicacionais para esta Teoria. Sendo assim, expusemos nosso ponto de vista em relação a estes aspectos: a) o conceito de um item lexical não é bem-definido e absoluto na mente do falante, da mesma forma que também não o é no código; b) o contexto nem sempre resolve a polissemia ou vagueza das palavras.

O terceiro capítulo teve o objetivo bem definido de analisar ocorrências das palavras selecionadas - *cidade, família, política e universidade*- em um meio específico, o jornal.

O que pode ser verificado com os exemplos apresentados é que nos casos de polissemia o contexto nem sempre define o sentido da palavra polissêmica, e, em muitos casos, não há necessidade de um contexto que selecione somente um sentido para a palavra, pois o ouvinte é capaz de perceber e interpretar adequadamente o enunciado sem que haja perda de informação na proposição comunicada. Já nos casos em que somente um sentido é compatível com a decodificação lingüística da sentença, é o contexto que determina este sentido. Nos casos de itens vagos, nem sempre o contexto resolve a vagueza das palavras; há casos em que o contexto indica apenas uma única precisificação das palavras vagas.

CONCLUSÃO

A vagueza, a polissemia e a ambigüidade foram abordadas neste trabalho, como exemplos de indeterminação na linguagem natural. Estes fenômenos, dentro da perspectiva que adotamos, não são vistos como anomalias ou falhas no código, sendo, ao contrário, recursos usados pelos falantes.

O primeiro capítulo teve como objetivo apresentar definições para vagueza, ambigüidade e polissemia, a fim de delimitar os conceitos e o objeto de estudo do trabalho realizado. Em um primeiro momento, deu-se ênfase às definições oferecidas pela lógica, pela semântica tradicional e a semântica moderna encontradas em diversos estudiosos da linguagem. Concluiu-se nesse capítulo que existem diferentes tipos de indeterminação na linguagem e que eles devem ser distinguidos uns dos outros.

Vagueza, polissemia e ambigüidade são fenômenos inerentes às línguas naturais e não podem ser vistas como falhas ou anomalias. O próprio léxico (código) se encarrega de produzi-las. Uma vez que a existência destes fenômenos ocorre na comunicação cotidiana do falante, não pode ser considerada apenas como um postulado teórico. O falante emprega os recursos de forma consciente ou não durante o ato comunicacional. Sendo inerente ao código, não há por que pressupor que a indeterminação semântica aconteça somente no código e não exista na mente do locutor. Assim sendo, acreditamos que código e cognição são complementares e não dicotômicos.

O segundo capítulo apresentou a Teoria da Relevância de Sperber & Wilson. Foi observado que durante o processo de interpretação de uma sentença não são todos os casos em que a informação nela contida é relevante. A relevância dos significados das experiências de mundo, palavras e circunstâncias do momento, é determinada pela intenção do falante e pelos objetivos ou aspectos pessoais e psicológicos do ouvinte. A compreensão atinge seu ponto máximo quando o conteúdo ostensivo que foi manifestado pelo falante a sua audiência é o mais relevante possível. Com isso, a interpretação de uma proposição é o resultado da soma dos aspectos ostensivos, contexto e experiências de mundo. A intenção

determina os tipos de informação que o cérebro é capaz de processar a partir das inferências realizadas e suas conclusões implicadas obtidas através das premissas. A cognição humana parece estar voltada a uma economia lingüística, ou seja, atingir um maior efeito cognitivo com o menor esforço possível de processamento da informação que, parecer mais relevante ao indivíduo.

A Teoria da Relevância postula um processo inferencial que é espontaneamente realizado pelos seres humanos como uma forma de presunção, cognitivamente restringida, a ser julgada como bem-sucedida, malsucedida, ou como mais ou menos eficiente.

Este modelo de processamento de informação privilegia o caráter basicamente inferencial não-demonstrativo da compreensão, ou seja, Sperber & Wilson fundamentaram a Teoria na lógica formal e na psicologia cognitiva, visando explicar a natureza oculta das inferências mentais, realizadas espontaneamente pelos falantes, durante a compreensão dos fenômenos comunicacionais em língua natural.

A proposta da Relevância é caracterizada pela tentativa de fornecer uma descrição explanatoriamente justificada da comunicação humana, sem submeter-se às limitações da lógica-padrão no tratamento de fenômenos da linguagem natural. O conceito de explicatura conduz à idéia de que toda forma lógica deve ser completa, isto é, desambigüizada e sem vagueza. Isso pressupõe que o contexto define sempre o que o código lingüístico deixa em aberto. No entanto, observamos que em muitos casos as expressões polissêmicas não são resolvidas no contexto, e as expressões vagas continuam vagas. Retomando nosso ponto de vista, acreditamos, da mesma forma que os autores da Relevância, que vagueza, polissemia e ambigüidade não são falhas na comunicação, e nem mesmo um problema; são, na verdade, uma flexibilidade natural do código quanto ao significado das expressões. Quanto aos conceitos bem-definidos dos itens vagos e polissêmicos, acreditamos que não haja na mente tais definições preestabelecidas. Desta forma, a indeterminação também pode ocorrer na mente do falante.

No terceiro capítulo, foi desenvolvida a análise de exemplos das palavras: política (vaga), cidade, família e universidade (polissêmicas). O objetivo da seção foi demonstrar como as palavras aparecem no código, e de que forma vagueza e polissemia são resolvidas pelos

interlocutores. A análise visava a demonstrar como os falantes resolvem as situações comunicacionais que envolvem palavras vagas e polissêmicas, e em quais dessas situações, um contexto específico é indispensável. Para situar melhor o leitor neste capítulo, relembramos os aspectos da Teoria da Relevância de Sperber & Wilson que foram motivadores deste estudo, que nos permitiu demonstrar de que forma acreditamos que os fenômenos de indeterminação semântica na linguagem natural são resolvidos pelos indivíduos.

Os pontos abordados e questionados por nós neste estudo foram: a) a existência de conceitos bem-definidos dos itens lexicais; b) a capacidade do contexto de resolver os fenômenos comunicacionais. De acordo com o que acreditamos, esta seria a formulação, para nós, adequada, desses aspectos: a) o conceito de um item lexical não é bem-definido e absoluto na mente do falante, da mesma forma que também não o é no código; b) o contexto nem sempre resolve a polissemia ou vagueza das palavras.

O último capítulo deste trabalho pretendeu analisar ocorrências das palavras selecionadas - cidade, família, política e universidade - em um meio específico, o jornal. O objetivo foi comprovar nossa tese de que o contexto nem sempre é capaz de definir o sentido da palavra, e que esta indefinição pode não ser prejudicial à compreensão do enunciado por parte do ouvinte/leitor.

Verificamos, então, com as sentenças analisadas, que nas ocorrências em que o termo polissêmico tem mais de um significado o contexto nem sempre resolve a polissemia, isto é, não define um único sentido para a palavra polissêmica, e em muitos casos não há razão para que o ouvinte/leitor busque um contexto que especifique somente um sentido para a palavra, uma vez que os indivíduos são capazes de compreender e interpretar adequadamente a proposição comunicada sem interferir na qualidade informativa do enunciado. Entretanto, para os casos em que a polissemia tem que ser resolvida para a compreensão adequada da sentença e somente um sentido é compatível com a decodificação lingüística desta sentença, este sentido é, então, determinado pelo contexto. Contudo, nos casos de itens vagos, o contexto não resolve sempre a vagueza das palavras: há casos em que o contexto aponta de fato uma única precisificação das palavras vagas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÂMARA, Mattoso. 1970. In: REHFELDT, G. K. *Polissemia e campos semânticos*. Porto Alegre: UFRGS, 1980.
- COSTA, Jorge Campos da. *A relevância da pragmática na pragmática da relevância: a lógica não trivial da linguagem natural*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1984.
- CARSTON, Robyn. Implicature, explicature, and truth-theoretic semantics. In: KEMPSON, Ruth. (ed.) *Mental representation: the interface between language and reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p.155-81.
- CRUSE, D. A. *Lexical semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Oxford: Blackwell, 1985.
- FODOR, J.A. *The modularity of mind*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1983.
- FRANKEN, Nathalie. Vagueness and approximation in relevance theory. In: *Journal of Pragmatics*, 28, p.135-51, 1997.
- GEERAERTS, D. Vagueness's puzzles, polysemy's vagaries. *Cognitive Linguistics*, 4-3, p.223-72, 1993.
- GREEN, G. Ambiguity resolution and discourse interpretation. In: VAN DEEMTER, K. & PETERS, S. (eds.). *Semantic ambiguity and underspecification*. Stanford: CSLI Publications, 1996.
- GRICE, H.P. Logic and conversation. William James Lectures. Harvard University, 1967. [reimpresso In: COLE & MORGAN (eds.) *Syntax and Semantics*. Vol.3: *Speech Acts*. New York: Academic Press, 1975.]
- KLEIBER, G. *La sémantique du prototype*. Paris: PUF, 1990.
- KEMPSON, Ruth. *Semantic theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- _____. *Teoria Semântica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____. The relation between languages, mind, and reality. In: _____. (ed.) *Mental Representations: the interface between language and reality*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3-25, 1988.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago: Chicago Press, 1987.

- LYONS, J. *Linguagem e lingüística: uma introdução*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- MARTIN, R. Typicité et sens des mots. In: DUBOIS, D., *Sémantique et cognition*. Paris: CNRS, 1993.
- MOURA, Heronides. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 1999.
- _____. *Comunicação apresentada no GELNE*, 2000.
- _____. *Artigo: Langages (a sair)*, 2000.
- NUNBERG, Geoffrey. *Transfers of Meaning*. p. 109-132, 1996.
- QUINE, W. *Word and object*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1960.
- _____. *Theories and things*. Cambridge, Mass.: Harvard Press, 1981.
- PINKAL, M. *Logic and lexicon*. Dodrecht: Kluwer, 1995.
- PUSTEJOVSKY & BOGURAEV, 1996 In: MOURA, *comunicação apresentada no GELNE*, 2000
- REBOUL, A. Relevance and argumentation: How bald can you get? In: *Argumentation* 3(3), p. 285-302, 1989.
- REHFELDT, G. K. *Polissemia e campos semânticos*. Porto Alegre: UFRGS, 1980.
- ROSCH, Eleonor. Principles of categorization. In: ____ e Lloyd B. (orgs). *Cognition and categorization*, New York, Lawrence Erlbaum, p. 27-48, 1978.
- SADOCK, J. The position of vagueness among insecurities of language. *Quaderni di Semantica* 7(2), 1986.
- SILVEIRA, Jane. *Teoria da relevância: uma resposta pragmático-cognitiva à comunicação inferencial humana*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PUCRS, 1997.
- _____. Restrições à hipótese do conhecimento mútuo no processo comunicativo. In: *Revista FAMECOS*, n. 3, p.21-23, set. 1995.
- SILVEIRA Jane. & FELTES, Heloísa. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SPERBER, Dan. & WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.
- _____. Précis of relevance: communication and cognition. In: *Behavioral and Brain Sciences*. Vol.10, n. 4, 1997.

- _____. Loose Talk. In: DAVIS (ed.). *Pragmatics – A reader*. New York: Oxford University Press, 1991.
- TARSKI, A. The semantic conception of truth. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, n. 4, 341-75, 1943.
- ULLMANN, S. *Semântica. Uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fund. Calouste Gilbenkian, 1987.
- VOGELEER, S. Les phrases existentielles initiales. Une approche sémantique des textes narratifs russes. Thèse de doctorat, Université Libre de Bruxelles, 1992. Apud: FRANKEN, Nathalie. Vagueness and approximation in relevance theory. In: *Journal of Pragmatics*, 28, p.140, 1997.
- WIERZBICKA, A. *Semantics: primes and universals*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- ZHANG, Q. Fuzziness – vagueness – generality – ambiguity. In: *Journal of Pragmatics*, n. 29, p. 13-31, 1998.

ANEXOS

Sumário Textos

Texto 1	2
Texto 2	3
Texto 3	5
Texto 4	7
Texto 5	8
Texto 6	9
Texto 7	11
Texto 8	14
Texto 9	15
Texto 10	16
Texto 11	17
Texto 12	19
Texto 13	21
Texto 14	23
Texto 15	25
Texto 16	27
Texto 17	31
Texto 18	33
Texto 19	35
Texto 20	36
Texto 21	38
Texto 22	41
Texto 23	42
Texto 24	43
Texto 25	44
Texto 26	47
Texto 27	48
Texto 28	50
Texto 29	51
Texto 30	53
Texto 31	56
Texto 32	58
Texto 33	62
Texto 34	63
Texto 35	65

Texto 36 66

Texto 1

15/05/2000

Editoria: COTIDIANO Página: 3-2

Edição: Nacional Apr 16, 2000

Arte: QUADRO: TRANSCRIÇÃO DA CARTA DO INTERNO T.S.C, DE 15 ANOS

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: FEBEM; ADOLESCENTE; MAUS-TRATOS; IRREGULARIDADE; INTERNO; CARTA; CONDENAÇÃO; REBELIÃO

Transcrição da carta do interno T.S.C, de 15 anos

Eu sou um interno da unidade educacional UE 13 ,do ano de 2000. Eu gostaria de expressar os meus sentimentos nessa humilde folha de caderno.

Os senhores juizes ao invés de deixar a gente internado, poderia dar uma condenação menos rígida.

Por exemplo dar para o menor a pena de ter que estudar, pagar serviços à comunidade.

Por exemplo, limpar escolas, delegacias, hospitais, postos de saude.

A febem não educa nem um menor porque, aqui, longe da familia, a gente só pensa maldade. Por exemplo, rebelião, querer agredir funcionários e colegas.

A gente conversando com a sociedade, limpado escolas e hospitais é uma forma de ser reeducado.

Porque, eu quando fazia grafites em escolas e muro de pedestre eu se divertia muito e ganhava um dinheiro sem tirar o que é dos outros

Isso é o que eu tenho a falar à sociedade.

Alguns erros de português foram corrigidos para facilitar a compreensão do texto.

Texto 2

16/05/98

Autor: BIA ABRAMO

Origem do texto: Da Enviada Especial a Los Angeles

Editoria: CADERNO ESPECIAL Página: Especial-2 5/7516

Edição: Nacional May 16, 1998

Legenda Foto: Fã coloca um cartão ao lado de estrela em homenagem a Frank Sinatra, ontem em Hoboken, Nova Jersey, local onde nasceu o cantor

Crédito Foto: France Presse

Observações: SINATRA; COM SUB-RETRANCAS

Assuntos Principais: FRANK SINATRA; MORTE

Frank Sinatra morre aos 82 anos em Los Angeles

BIA ABRAMO

enviada especial a Los Angeles

Frank Sinatra, o maior cantor de música popular do século, morreu às 22h50 (2h50 no Brasil) de anteontem na sala de emergência do Centro Médico Cedars-Sinai, Los Angeles, Califórnia (EUA).

Segundo sua assessora, Susan Reynolds, ele conversava com sua família. Vítima de um ataque cardíaco, tinha 82 anos.

A perda de Sinatra pode ser avaliada por uma homenagem que lhe seria prestada ontem à noite em Nova York. O Empire State Building seria iluminado de azul, em referência a seus "Olhos Azuis", outro de seus apelidos _o principal era "A Voz".

O comunicado oficial de sua morte quase menospreza a profissão que garantiu sua posteridade: "(Sinatra) era um ator premiado e respeitado, um produtor, um maestro, um cantor de casas noturnas e grandes palcos, um militante dos direitos civis e um filantropo estimado".

Mas acerta na continuação: "Era uma personalidade incomparável, cuja influência será sentida pelas futuras gerações".

Na única declaração pública sobre a morte de Frank Sinatra, Susan Reynolds disse que o funeral e o enterro serão privados, em local e data ainda não divulgados.

Reynolds falou à imprensa e aos poucos fãs que se concentravam diante da mansão de Sinatra, em Beverly Hills, na Califórnia (EUA), às 14h40 da tarde de ontem (18h40 no Brasil).

Barbara Sinatra, a viúva, agradeceu às manifestações de condolências dos amigos e personalidades. "A família de Frank Sinatra agradece às manifestações de amor e afeição de incontáveis fãs de todas as gerações e de todos os cantos."

Segundo Reynolds, Frank Sinatra fez um último pedido: que doações de fãs sejam feitas para o Centro Pediátrico Barbara Sinatra, que integra o Centro Médico Eisenhower, em Rancho Mirage.

Durante a tarde de ontem, poucos fãs vieram depositar flores, bilhetes e cartazes no portão da mansão de Sinatra.

O cantor, que tornou sucessos, entre outras, as músicas "My Way", "Strangers in the Night", "I've Got You Under My Skin", "Bewitched", "Fly Me to the Moon", "New York, New York", não deixa sucessores.

Notabilizou-se por ter sido um dos primeiros cantores populares a emprestar dicção irretocável e suingue às interpretações e nortear a escolha do repertório pelo bom gosto. Dizia-se influenciado pelos cantores de jazz Ella Fitzgerald e Billy Eckstine.

"Acho que todo americano terá de sorrir e dizer que ele fez as coisas à sua maneira", disse ontem o presidente dos EUA, Bill Clinton.

Frank Sinatra cantou em cerca de 1.800 gravações, num total de mais de 200 álbuns, vencendo nove prêmios Grammy.

Em 1967, gravou um disco com Tom Jobim ("Francis Albert Sinatra & Antonio Carlos Jobim"). Esteve no Brasil em 1980, quando se apresentou para 140 mil pessoas.

Ator, participou de cerca de 60 filmes, dois dos quais renderam indicação ao Oscar _levaria a estatueta em 1953, como coadjuvante de "A Um Passo da Eternidade", de Fred Zimmermann.

Filho único, Francis Albert Sinatra nasceu em Hoboken, Nova Jersey (EUA), em 1915, e até sua morte acumulou um patrimônio estimado em US\$ 200 milhões.

Casou quatro vezes, com Nancy (em 1939), as atrizes Ava Gardner (1951) e Mia Farrow (1966) e Barbara (1976), que o acompanhou até a morte. Deixa três filhos: Nancy, 58, Frank Jr., 54, e Tina, 50, e o enteado Robert, 47.

Texto 3

26/02/96

Autor: ESTHER HAMBURGER

Origem do texto: Especial para a Folha

Editoria: ILUSTRADA Página: 5-6

Edição: Nacional Feb 26, 1996

Seção: TELEVISÃO

Legenda Foto: Hussein Kamel Hassan, genro de Saddam, assassinado na sexta

Crédito Foto: Reuter

Violência armada vira recurso de emissoras

ESTHER HAMBURGER

Especial para a Folha

O aumento do número de assassinatos em São Paulo durante o carnaval chocou. Inspirou uma campanha de desarmamento da população que bem poderia incluir uma campanha de desarmamento da televisão.

A sequência de crimes violentos no "Jornal Nacional" da última sexta-feira, imediatamente seguida de atentado na novela "Explode Coração", é exemplar.

A violência armada aparece como recurso privilegiado na busca desesperada das emissoras pela atenção dos telespectadores. E embora esteja limitado às poucas opções oferecidas, a suposta preferência do telespectador, reduzido à meras cifras do Ibope, constitui sempre o argumento maior em favor da banalização da violência.

O assassinato dos dois genros do general Saddam Hussein no Iraque foi manchete em todos os telejornais. O assunto, especialmente picante é prato cheio. O crime foi executado por "sua própria família", tem implicações políticas internas e gera reações diplomáticas.

A história é poderosa, mas as imagens são pobres. O Iraque permanece um mistério tenebroso e pouco penetrável, até mesmo para as lentes da CNN. Mas a falta de cor na notícia iraquiana foi compensada na Globo pela sequência contundente em que um mafioso italiano _a mandado da organização_ assassinou o irmão na presença da própria mãe.

Neste caso, a história não tem relevância nem atualidade especial. Não foi ao ar no dia em que ocorreu, mas na data do julgamento do assassino. Não mereceu atenção de outros telejornais.

No entanto, a força dramática de suas imagens a tornaram irresistível para o "Jornal Nacional". No fluxo de imagens televisivas, as distinções entre a linguagem da notícia e da ficção se confundem. As imagens do crime italiano estão perfeitamente de acordo com a sequência de abertura do capítulo da novela "Explode Coração".

O tiro que atingiu Júlio Falcão (Edson Cellulari) no estacionamento de sua empresa, no momento em que o empresário posava para fotos jornalísticas, assustou o numeroso contingente de telespectadores infantis da novela das oito. Porque parecia "de verdade". A idéia aqui não é reiterar a antiga e aparentemente insolúvel _mas sempre apaixonada_ discussão sobre os efeitos nocivos da violência na televisão. Tal como o debate sobre o excesso de sexo, os protestos sobre o excesso de violência são em geral pobres e carregados de moralismos conservadores. Na maior parte das vezes subestimam a inteligência crítica dos telespectadores.

E, em certa medida, a violência na televisão expressa o aumento da violência cotidiana. Mas a crítica às concepções simplistas de que a televisão "faz a cabeça das pessoas" não pode levar à ingênua posição inversa _de que a televisão não tem nenhuma influência social.

Essa máxima, de maneira muito cômoda, isenta as emissoras de qualquer responsabilidade pública. Sempre sob o argumento mistificador de que falam em nome do "telespectador", uma entidade abstrata e construída a partir de procedimentos estatísticos que eliminam diferenças e optam por uma preferência média empiricamente inexistente.

.

Texto 4

06/03/94

Autor: ANDRÉA DANTAS

Editoria: MAIS Página: 6-2

Edição: Nacional MAR 6, 1994

Seção: JOYCE PASCOWITCH

Legenda Foto: A esbelta Silene Zepter coleta elogios a suas curvas e retas na sessão "Parabens" de Cidade Jardim; Carolina Parelosi enumera as vantagens de se manter as cortinas aparadas em festival de belezas em desfile; Devidamente refrigerada, Cláudia Ferrabrás lança prericópio particular na pista dançante do Cabral; Perdida no espaço, Andréa Restler baixa com seus holofotes em auê tropical; Primeira-dama da Tok&Stok, Ghislaine Dubrule faz inspeção de seus domínios.

Crédito Foto: Mujica/Folha Imagem

Arte: ILUSTRAÇÃO: MARIO CAFIERO; QUADRO: COMO ALGUNS DESCOLADOS DRIBLAM AS ALTAS TEMPERATURAS DA TEMPORADA; ILUSTRAÇÃO: GUTO LACAZ

Vinheta: ENTRELINHAS

Convescote

{...}Aquele clima familiar de sempre terá reforço extra na estréia de Chico Buarque quinta-feira no Palace.

Além de Ana Maria, Sérgio e Álvaro -irmãos do compositor que moram em São Paulo - ,mais os sobrinhos e agregados, Marieta Severo chega com as pimpolhas Silvia, Helena e Luisa do Rio.

Enquanto Pii Buarque de Holanda -outra irmã -vem diretamente do Recife.

Texto 5

13/02/94

Autor: SÉRGIO AUGUSTO

Editoria: REVISTA FOLHA Página: 25

Edição: Nacional Tamanho: G 186FEB 13, 1994

Legenda Foto: Alain Delon: príncipe pobre que ama Claudia Cardinale, a plebéia abonada

Vinheta: CINEMA

Enfim, "O Leopardo" inteiro

Finalmente em telas brasileiras, com 30 anos de atraso, a versão completa de "O Leopardo" (Il Gattopardo). Um dos mais belos e longos (185 minutos) filmes do cineasta italiano Luchino Visconti só era conhecido nestas paragens em sua versão americanalhada, distribuída pela Fox. Dubladas em inglês e com 45 minutos a menos, as cópias que aqui lançaram falsificava até a fotografia de Giuseppe Rotunno, copiada no nefando DeLuxe Color.

Pelo menos nove sequências foram extirpadas, promovendo elipses acidentais, à revelia do autor e em desacordo com a estrutura linear da narrativa. Não pouparam sequer a integridade da clássica sequência do baile no palácio Pantaleone, que dura, no total, uns 40 minutos. Dois "flashbacks" também dançaram, no mau sentido. No primeiro, Tancredi (Alain Delon) visitava a família Salina, após a batalha de Palermo. No segundo, o príncipe de Salina (Burt Lancaster) tinha um devaneio com a figura de Angélica (Claudia Cardinale). Agora, a visita e o devaneio poderão ser vistos. Antes tarde do que nunca. – Sérgio Augusto

O Leopardo (Il Gattopardo). Itália, 1963. Direção de Luchino Visconti. A estréia estava programada para sexta, 11, no CineSesc.

Texto 6

01/05/97

Autor: BRUNO BLECHER

Origem do texto: Do Enviado Especial

Editoria: CADERNO ESPECIAL Página: Especial-10 5/475

Edição: Nacional May 1, 1997

Observações: TRABALHO INFANTIL; SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: FUMO

Assuntos Principais: TRABALHO INFANTIL; CRIANÇA; INFÂNCIA; PLANTAÇÃO;
FUMO; ESCOLA; RIO GRANDE DO SUL /ESTADO/

Crianças deixam escola após 4ª série
do enviado especial

Como no resto do país, trabalho não rima com escola para as crianças da região produtora de fumo do Rio Grande do Sul.

Leandro Sestari, secretário de Educação de Gramado Xavier, município recém-emancipado que fica a 75 km de Santa Cruz do Sul, começou a trabalhar com fumo aos oito anos.

"Era um orgulho ir com o pai para a lavoura. Mas, em casa, a escola sempre foi prioridade", afirma ele.

Para Sestari, a criança deve ser encaminhada ao trabalho desde cedo, mas em serviços compatíveis com seu físico e sem prejudicar seu lazer e suas atividades escolares.

"O problema", acha o secretário, "é que nem sempre existe bom senso dos pais".

Ele cita, como exemplo, os meeiros da região que, por necessidade de mão-de-obra, acabam segurando seus filhos na lavoura.

Quarta série

Os números impressionam. Gramado Xavier é um pequeno município, com uma população de apenas 3.730 habitantes.

Entretanto, pode contar cerca de 50 crianças que abandonaram a escola após a conclusão da quarta série, segundo dados da própria Secretaria Municipal de Educação.

"Esses jovens acabam servindo de suporte para a subsistência de suas famílias", diz o

secretário Leandro Sestari.

O ingresso prematuro das crianças no trabalho, segundo ele, acaba acelerando a evasão escolar.

Madalena Meireles, 15, largou a escola no ano passado para ajudar o pai, Isaias, na cultura do fumo.

Meeiro, Isaias, 35, conseguiu tirar apenas R\$ 2.200 com o fumo na safra passada.

"Foi o que me restou depois de pagar adubos, venenos e a parte do proprietário da terra."

Para tocar a lavoura, Isaias conta com o trabalho de toda a família _o que significa pai, mãe, mulher e quatro filhos.

Chuvas

No pequeno povoado de Rio Pardinheiro, em Gramado Xavier, a Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Coronel Oscar Rafael Jost costuma ficar às moscas nos dias de plantio, em setembro.

"Depois das primeiras chuvas, os alunos somem", diz a professora Maria Conceição Sbruzzi.

Junior de Oliveira, 10, aluno da quarta série, ajuda o pai a surtir (classificar) e atar fumo.

Também colabora com a economia da família na época do plantio e da colheita.

Seu colega Joelmir Anderson de Freitas Pimenta, 10, começou a trabalhar aos sete anos.

Ele ajuda a família em várias tarefas, mas não mexe com veneno. "O pai não deixa", diz o menino.

(BRUNO BLECHER)

Texto 7

12/01/97

Autor: ADRIANE GRAU

Origem do texto: Enviada Especial a Park City

Editoria: ILUSTRADA Página: 4-3 1/11902

Edição: São Paulo Jan 27, 1997

Legenda Foto: Cena do filme "O Sertão das Memórias", de José Araujo, que recebeu um prêmio no Sundance Film Festival

Crédito Foto: Divulgação

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: CINEMA

Assuntos Principais: CINEMA; SUNDANCE FILM FESTIVAL, 1997; PREMIAÇÃO; SUNDAY /FILME/Filme sobre relacionamento de atriz decadente com mendigo recebe o grande prêmio do júri e melhor roteiro

"Sunday" ganha Sundance Film Festival

Adriane Grau

enviada especial a Park City

O Sundance Film Festival encerrou oficialmente sua 13ª edição na noite de sábado em Park City, Utah (EUA), quando foram anunciados os vencedores de prêmios em diversas categorias.

A grande revelação deste ano foi "Sunday", de Jonathan Nossiter, que recebeu o grande prêmio do júri e o prêmio de roteiro.

"Não quero agradecer e sim reconhecer a combinação de coragem, paixão e centavos doados pelas pessoas que me ajudaram a fazer o filme", afirmou Nossiter.

Escrito, produzido e dirigido por Nossiter, "Sunday" revela a interesseira paixão da decadente atriz Madeline (Lisa Harrow) pelo mendigo derrotado Oliver (David Suchet), que ela pensa ser o famoso diretor Matthew Delacort.

O filme mostra o domingo de ilusões que eles passam juntos, reinventando suas

personalidades.

Este ano, o grande prêmio do júri para documentário foi abocanhado por "Girls Like Us", que foi produzido, escrito e dirigido pela dupla Tina DiFelicianantonio e Jane C. Wagner.

Elas acompanharam durante quatro anos as vidas de quatro adolescentes de raças diferentes no sul da Filadélfia para mostrar como elas se fortalecem e lutam para formar sua identidade. O prêmio do público foi dividido entre "love jones", de Theodore Witcher, e "Hurricane", de Morgan J. Freeman.

"Hurricane" recebeu também os prêmios de direção e de fotografia.

Freeman, um diretor iniciante de 27 anos, escolheu Brendan Sexton III, o mesmo ator de "Bem-vindo à Casa de Bonecas" _premiado no festival do ano passado_, para liderar o grupo de meninos que se envolvem com pequenos crimes enquanto crescem e amadurecem em Manhattan.

A história, que lembra a de "Kids", sem o excesso de sexo, foi escrita pelo próprio Freeman.

"Não é autobiográfica", afirma ele.

"Mas é baseada em sentimentos e acontecimentos relacionados a mim mesmo."

O prêmio de fotografia para documentários ficou para "My America... or Honk If You Love the Buda", de Renee Tajima Peña, que foi membro do júri do festival em anos anteriores.

Aids

Baseado na vida do melhor amigo, que era artista plástico e morreu de Aids, o diretor Monte Bramer, teve "Paul Monette: the Brink of a Summer's End" escolhido pelo público como melhor documentário.

"Acho que agora sou um cineasta", afirmou o iniciante Arthur Dong, que escreveu e dirigiu o documentário "Licensed to Kill", baseado na própria experiência de vítima de gangues que praticam violências contra homossexuais. Ele voltou para casa com os troféus de melhor direção e de cineasta.

Na categoria drama, o troféu foi entregue para Neil LaBute pelo machista "In the Company of Men".

Os documentários "Fear and Learning at Hoover Elementary", de Laura Angelica Simon e "Family Name", de Macky Alston, dividiram o prêmio de liberdade de expressão, oferecido pela Fundação Palyboy para documentários que chamem a atenção para problemas sociais e educacionais.

Laura Simon é uma professora que mostra a reação de seus estudantes à Proposição 187 _projeto que impede que filhos de imigrantes ilegais estudem na Califórnia.

Para fazer o filme, Alston pesquisou as origens escravagistas de sua família.

A atriz Parker Posey, que tem três filmes no festival deste ano, recebeu o prêmio especial do júri em reconhecimento por sua atuação em "The House of Yes", de Mark Water.

Outros prêmios especiais do júri foram entregues ao documentário "Sick: the Life and Death of Bob Flanagan, Supermasochist", de Kirby Dick, e à produção de "Going All the Way", de Therese DePrez.

O curta "Man About Town", de Kris Isacsson recebeu o prêmio especial de curta-metragem. "Birdhouse" também foi premiado.

.

Texto 8

03/06/98

Editoria: COTIDIANO Página: 3-8 6/1511

Edição: Nacional Jun 3, 1998

Arte: QUADRO: VIA-CRÚCIS DO APOSENTADO

Observações: SUB-RETRANCA

Via-crúcis do aposentado

3h - Leonildo Antonio de Oliveira, 74, sai de casa, na zona norte, para o Posto de Saúde Estadual Maria Zélia, onde iria marcar uma consulta de manutenção de sua diabetes

3h30 - Chega ao posto com o neto Ronaldo de Oliveira, 14

4h - Passa mal no posto e fica caído no chão

4h30 - O genro João Antonio Calderari socorre o aposentado, e o leva para o PS Santana

4h50 - Segundo a família do aposentado, PS Santana diagnostica infarto. O PS liga para o Hospital do Tatuapé, que afirma ter vaga par Oliveira

7h - Chegada ao Hospital do Tatuapé onde a família é informada que não há vagas.

8h - Retorno ao PS Santana, onde o aposentado fica em uma sala de emergência

15h - O aposentado morre sem ter saído do setor de emergência do PS.

Texto 9

05/10/98

Editoria: DINHEIRO Página: 3-4 10/1838

Edição: Nacional Oct 5, 1998

Observações: SUB-RETRANCA; ENTREVISTA

Assuntos Principais: PÃO DE AÇÚCAR /EMPRESA/; ABÍLIO DINIZ

"Já temos dinheiro em caixa para expandir"

Leia a seguir trechos da entrevista com o empresário Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar { ... } IDADE - "Com a idade, vamos adquirindo sabedoria. O diabo é sábio, mas não é sábio porque é o diabo, mas porque é velho. Sabedoria hoje é harmonizar os vários papéis e atividades que se têm na vida. Sou extremamente grato a Deus por tudo aquilo que tenho e por todas as dificuldades que têm aparecido e que ele tem me feito superar. Essa harmonia que consigo entre a família, meus filhos, meus amigos, minha mulher, o trabalho, o esporte, o lazer, dá um equilíbrio e me torna feliz. Sou grato a Deus por ter me possibilitado continuar com a atividade esportiva sem quase sentir o peso da idade. Normalmente, pratico esporte duas vezes por dia, mas às vezes chego a me exercitar três vezes em um mesmo dia. Corro, nado, faço ginástica, musculação e jogo squash, dentro de um programa coordenado. Fiz uma operação no joelho para extrair o menisco. Voltei a correr dez dias depois da cirurgia, mas não vou à maratona de Nova York, como faço todos os anos."

Texto 10

05/10/2000

Autor:

Editoria: PRIMEIRA PÁGINA Página: A1

Edição: Nacional Oct 5, 2000

Vinheta/Chapéu: COTIDIANOUnesp terá hoje sua lista tríplice

Após três dias de eleição, a universidade saberá os candidatos a reitor que irão para escolha do governador.

Texto 11

11/10/2000

Autor:

Origem do texto: Da Sucursal de Brasília; Da Agência Folha; Da Reportagem Local

Editoria: COTIDIANO Página: C10

Edição: São Paulo Oct 11, 2000

Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; PARECER; CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; FECHAMENTO; UNIBAN /UNIVERSIDADE BANDEIRANTE/; OSASCO /SP/; ORGANIZAÇÃO; FACULDADE DE DIREITO DE SETE LAGOAS; SETE LAGOAS /MG/Ministro proíbe campus da Uniban

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, assinou ontem o parecer do Conselho Nacional de Educação que proíbe a Uniban (Universidade Bandeirantes) de manter seu campus do curso de direito em Osasco (SP).

Também foi homologado outro parecer do CNE que concede mais seis meses para a Faculdade de Direito de Sete Lagoas (MG), ameaçada de fechamento, melhorar a organização pedagógica de seu curso.

De acordo com o parecer do CNE, a Uniban abriu o campus e o curso em Osasco sem ter a aprovação do conselho, exigida pelo Ministério da Educação.

Em relação à Faculdade de Direito de Sete Lagoas, Paulo Renato explicou que o ministério decidiu concordar em dar mais seis meses para o curso resolver seus problemas porque "a faculdade fez um convênio com a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) para reformular a organização pedagógica".

Outro lado

O vice-reitor da Uniban, Milton Linhares, afirma que a universidade "não vai se curvar a essa perseguição política e não fechará." Ele afirma que uma decisão do Superior Tribunal de Justiça garante o funcionamento do campus de Osasco, mesmo após a decisão do MEC e do CNE.

"Se o ministro homologou o parecer do conselho, ele cometeu uma ilegalidade ao não respeitar uma decisão da mais alta corte do país, que é o STJ", diz Linhares.

O diretor da Universidade de Sete Lagoas (MG), Marcelo Vianna, anunciou um convênio com a UFMG para reformular o projeto pedagógico da faculdade.

"É o último empecilho para o CNE (Conselho Nacional de Educação) reconhecer que a faculdade não merece ser fechada."

Vianna criticou a avaliação do CNE, que teria sido "subjetiva". Ele disse que o currículo seguido pelo curso obedece às exigências do Ministério da Educação. "Parece que escolheram nossa faculdade como "boi de piranha". Cometeram um absurdo, nos expondo negativamente para o Brasil inteiro."

Texto 12

09/10/2000

Autor: KURT KLEINER

Origem do texto: Da 'New Scientist'

Editoria: CIÊNCIA Página: A14

Edição: Nacional Oct 9, 2000

Vinheta/Chapéu: BIOÉTICA

Assuntos Principais: GENÉTICA; ÉTICA; ÍNDIO; EUA; DNA

Ucluelets alegam que geneticista usou amostras de sangue para pesquisa que não constava do consentimento esclarecido

Universidade

Índios do Canadá querem retomar DNA

KURT KLEINER

DA "NEW SCIENTIST"

Membros de uma nação indígena no oeste do Canadá que doaram sangue para um estudo genético, quase 20 anos atrás, estão exigindo suas amostras de volta. Eles afirmam que o cientista coletor das amostras, hoje um professor da Universidade de Oxford, usou-as sem consentimento para uma pesquisa diferente.

"Eu assinei um papel liberando meu sangue para pesquisa de artrite. Não havia menção a qualquer outro tipo de pesquisa. Quero-o de volta", diz Larry Baird, chefe da Primeira Nação Ucluelet, parte do povo Nuu-chah-nulth.

"Essa é uma questão importante sobre consentimento esclarecido, contar uma coisa às pessoas e fazer algo diferente", diz Michael McDonald, do Centro de Bioética Aplicada da Universidade da Colúmbia Britânica (UBC, no Canadá). "É um problema sério com as populações indígenas no mundo todo. Eles estão muito bravos."

O pesquisador que coletou as amostras, Ryk Ward, chefe do departamento de antropologia biológica da Universidade de Oxford, afirmou em comunicado escrito: "É prática comum reter amostras para potencial uso em pesquisa posterior. No entanto, todos aqueles que doaram sangue (...) podem, a qualquer momento, retirar seu consentimento".

Ward ofereceu-se para destruir as amostras ou repassá-las a outro depositário. O

pesquisador, então trabalhando na UBC, havia coletado amostras de 883 membros do grupo no início dos anos 80. Ele buscava marcadores genéticos de um tipo incomum de artrite. Num trabalho publicado na década de 90, porém, Ward usou algumas das amostras para analisar a diversidade genética entre os Nuu-chah-nulth, relacionando-a com a maneira e a época em que humanos povoaram as Américas.

Na revista "PNAS" (vol. 88, pág. 8.720), ele diz que o material usado havia sido coletado "como parte de um estudo biomédico" entre 1984 e 1986.

Muitos meses depois, David Wiwchar, do Conselho Tribal Nuu-chah-nulth e do jornal "Ha-Shilth-Sa", publicou um artigo parcialmente baseado na pesquisa de Ward. Membros da comunidade, reconhecendo Ward como o coletor de amostras para o estudo de artrite, levaram a questão ao conselho tribal.

O conselho mostrou à "New Scientist" cópia de um dos formulários de consentimento de Ward, assinado em 1983, que menciona apenas artrite e outras doenças reumáticas.

Membros do conselho afirmam que Ward nunca solicitou consentimento adicional.

Richard Spratley, da UBC, diz que, com base no formulário original de consentimento, a universidade teria requisitado a Ward que obtivesse permissão adicional para conduzir outros estudos. No entanto, quando começou a pesquisa sobre diversidade genética, Ward já estava trabalhando na Universidade de Utah (EUA).

Arthur Caplan, especialista em ética da Universidade da Pensilvânia, não vê problema, desde que ninguém seja identificado. "A não ser que se possa mostrar que houve dano, ofensa ou usurpação dos direitos de alguém, nada vai acontecer legalmente."

Baird afirma que o conselho tribal vai decidir esta semana que medidas tomar. "Talvez uma delegação da Primeira Nação na sua soleira em Oxford possa ajudar."

Texto 13

06/10/2000

Autor:

Origem do texto: Da Reportagem Local

Editoria: COTIDIANO Página: C7

Edição: São Paulo Oct 6, 2000

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: EDUCAÇÃO

Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; UNESP /UNIVERSIDADE/ ESTADUAL PAULISTA/; ELEIÇÃO; REITOR

Nomes serão encaminhados ao governador de SP, que deve manter decisão de escolher o mais votado na eleição

Sai lista tríplice para reitor da Unesp

DA REPORTAGEM LOCAL

Depois de três dias de votação, foi divulgado ontem os nomes dos primeiros colocados na eleição para reitor da Unesp (Universidade Estadual Paulista).

A apuração terminou por volta das 18h. O resultado oficial será homologado pelo Colégio Eleitoral da Unesp na segunda-feira.

O professor José Carlos Souza Trindade, do Departamento de Urologia da Faculdade de Medicina do campus de Botucatu, ficou em primeiro lugar, com 23,58% dos votos.

José Eduardo Junho de Araújo, professor da Faculdade de Odontologia do campus de São José dos Campos, obteve 17,68% dos votos, ficando em segundo lugar. O terceiro colocado foi o professor Luís Roberto de Toledo Ramalho, atual vice-reitor da universidade, com 11,48% dos votos. Na eleição, votaram 3.153 professores, 7.273 servidores e 29.604 alunos.

Por lei, a universidade deve encaminhar ainda na próxima semana a lista tríplice dos vencedores para que o governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), escolha aquele que vai dirigir a instituição, uma das mais importantes universidades do Estado.

A indicação do governador, no entanto, não deve mudar o resultado da votação. A pedido da Adunesp (Associação de Docentes da Unesp), o candidato apontado por Covas só deve

aceitar o cargo de reitor caso tenha sido o mais votado. O compromisso, assinado pelos cinco concorrentes à reitoria, tem o intuito de garantir a vontade da maioria.

Para Ramalho, terceiro colocado, o nome do novo reitor já está definido. "Nós fizemos um acordo. A comunidade da Unesp mostrou quem ela quer para dirigir a universidade. Mas não podemos tirar do governador a prerrogativa da escolha. Acredito que ele vá respeitar a votação", disse.

Até o fechamento desta edição, Araújo, segundo colocado, não havia sido localizado pela Folha para comentar o resultado.

O vencedor nas urnas, professor José Carlos Souza Trindade, já fala como novo reitor. Ele tem como prioridade reduzir os gastos administrativos da Unesp. Atualmente, a receita total da universidade é de R\$ 540 milhões. Só as despesas com pessoal comprometem quase 80% desse total.

Entre as propostas para enxugar os gastos está a descentralização da administração, delegando autonomia orçamentária para as 24 unidades, a redução do número de servidores e docentes que atuam na parte administrativa e na reitoria e a desativação do prédio da reitoria na alameda Santos, nos Jardins. O prédio é alugado por R\$ 167 mil por mês.

Texto 14

03/10/2000

Autor:

Origem do texto: Da Reportagem Local

Editoria: FOVEST Página: Especial-3

Edição: Nacional Oct 3, 2000

Observações: FOVEST 2001

Vinheta/Chapéu: ORÇAMENTO

Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; UNIVERSIDADE; CURSO; MATERIAL; GASTO

Consultar outros alunos e professores ajuda a calcular os futuros gastos na faculdade

Pesquisar é a saída para calcular custo real de curso

DA REPORTAGEM LOCAL

Consultar outros estudantes, buscar informações na faculdade e com professores são tarefas imprescindíveis para quem quer calcular o custo real de um curso na universidade.

"Muitos alunos chegam aqui desinformados. Eles sabem que vão gastar, mas não têm a noção real. Muitos acham que é possível dar um 'jeitinho' durante o curso. Mas a realidade é que estudar odontologia é mesmo caro", admite Silvio Duailib, professor da Unicastelo e Unicsul.

Ele diz que é preciso visitar a universidade, conversar muito com os alunos antes de se decidir e encarar o curso como um investimento a longo prazo.

O investimento, no caso da estudante Cíntia Rachas Ribeiro, 22, do quarto ano da Universidade de Guarulhos, pode chegar a R\$ 1.200 por semestre só com o material instrumental. "Isso é na teoria, porque a gente sempre tem de repor o material", afirma Cíntia.

Pagando R\$ 1.020 de mensalidade, ela gasta ainda, por mês, quase R\$ 70 de alimentação (a faculdade é em período integral) e R\$ 50 de estacionamento. Cíntia diz que só consegue economizar com livros, já que sempre recorre à biblioteca.

Não é à toa, ela diz, que dos 180 alunos que iniciaram o curso, 60 acabaram desistindo.

Até mesmo cursos que aparentam não ter tantos gastos podem surpreender. Foi o que aconteceu com Glória Tenório de Lima, 38, que está no quarto ano do curso de direito da

FMU. "No início, levei um choque. Estava acostumada com livros de R\$ 20. Mas aqui a média é R\$ 50. Os códigos podem chegar a custar R\$ 100", diz.

Além disso, ela tem gastos com xerox: de R\$ 50 a R\$ 70 por mês. A mensalidade do curso é R\$ 560.

Colocar a criatividade em prática pode ajudar o estudante a poupar uma parte do seu dinheiro. É isso o que pensa Luiz Augusto Contier, coordenador de arquitetura da Universidade São Judas. "O estudante pode comprar uma porta usada em qualquer marcenaria e transformá-la em uma prancheta de desenho."

Glória também acha que existem alternativas para sair um pouco do sufoco. "Depois que descobri os sebos, passei a economizar bastante", diz. Mas ela afirma que não existem milagres. Mesmo optando por livros usados, ela reserva de R\$ 600 a R\$ 800 todo o ano só para o material.

Texto 15

01/10/2000

Autor: SILVIA BITTENCOURT

Origem do texto: Especial para a Folha

Editoria: MUNDO Página: A14

Edição: Nacional Oct 1, 2000

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: ALEMANHA; JOSCHKA FISCHER; PARTIDO VERDE;
GOVERNO; PODER; MUDANÇA; DISCURSO

Fischer representa 'Realpolitik' no partido

ESPECIAL PARA A FOLHA

Tido como o chefe "não oficial" dos Verdes, Joschka Fischer, 52, ministro das Relações Exteriores da Alemanha, é, dentro de seu partido, o maior representante da chamada "Realpolitik", uma política pragmática, voltada à realidade.

Sempre empenhou-se em fazer dos Verdes uma agremiação apta a governar e, para isso, comprou brigas com as alas mais radicais do partido.

Os conflitos aumentaram desde que Fischer, na condição de ministro, passou a justificar ações do governo, muitas vezes contrárias ao programa dos Verdes. Chegou a levar um tomate no ouvido durante um evento do partido, no ano passado.

Há menos de um mês, por exemplo, o "realo" Fischer se via às voltas em justificar a exportação, pelo governo, de uma fábrica de plutônio para a Rússia, que ele mesmo havia fechado em 1987, na cidade de Hanau (centro), quando era secretário do Meio Ambiente do Estado de Hesse.

Em relação à ofensiva militar da Rússia contra a Tchetchênia, região com tendências separatistas que quase obteve a independência, afirmou que "não dá para justificar uma guerra contra toda uma população dizendo que o objetivo é combater o terrorismo".

O chanceler alemão pediu diversas vezes a suspensão dos ataques russos.

Seis linhas

A biografia oficial de Fischer, divulgada pelo Parlamento federal, traz apenas seis linhas sobre o ministro. Apesar de representar o segundo homem mais importante da Alemanha,

Fischer não apresenta um único diploma em seu currículo.

Joseph Fischer nasceu na Hungria, em 1948. Seu pai, um açougueiro, acabou imigrando para a Alemanha Ocidental poucos anos depois.

Fischer mal conseguiu concluir a escola e nunca frequentou a universidade. Mas assistiu, no rebelde ano de 1968, às aulas de Theodor Adorno e Juergen Habermas, "mentores" do movimento estudantil.

Participou de barricadas, e sua relação, naquela época, com terroristas da Fração Exército Vermelho (RAF) ainda é tema de todas as campanhas eleitorais.

Já em 1985, quando deixou a direção de um táxi para assumir uma vaga de deputado federal, fez um nome com seus discursos calorosos.

Na época, gozava dos hábitos exagerados de deputados obesos, até virar um deles. Há quatro anos submeteu-se a um regime rigoroso e a um cooper diário, do qual não abre mão nem durante viagens oficiais.

No Brasil, no ano passado, fez jogging durante uma hora no calçadão da praia de Copacabana.

Entre outros, Fischer escreveu um livro sobre as suas corridas, hoje best seller, "Der Lange Lauf zu Mir Selbst" (a longa corrida até mim mesmo).

Casado pela quarta vez, Fischer tem dois filhos.

Texto 16

01/10/2000

Autor: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE

Editoria: OPINIÃO Página: A3

Edição: Nacional Oct 1, 2000

Seção: TENDÊNCIAS/DEBATES

Observações: PÉ BIOGRÁFICO

As sete pragas da universidade revisitadas

Se há uma verdadeira ameaça de extinção ou de massificação, ela vem do interior da universidade pública, não de fora

ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE

O MUNDO acadêmico nacional está perplexo com o que considera ameaças à universidade pública e à pesquisa em geral no Brasil. Alguns já até anunciam a morte prematura da instituição. Outros propõem extravagantes reformas, supostamente para contrapor críticas ao atual modelo.

Em 1977, foi publicado nesta Folha artigo de minha autoria denominado "As sete pragas da universidade brasileira". Eram analisadas as principais doenças da instituição. A primeira delas era a prática do regime de tempo parcial, que tinha como consequências o "professor caixeiro-viajante" _desnutrido física e intelectualmente, ganha seu pão itinerantemente, sem tempo de se atualizar e se dedicar à pesquisa_ e o "professor diletante" _advogados, médicos e engenheiros que, movidos quase sempre por vaidade, nas horas vagas se transvestem de professores universitários.

Não há hoje quem não reconheça que, em uma única geração acadêmica, a evolução tenha sido expressiva. Embora ainda existam redutos de transgressão do tempo integral e contingentes remanescentes de docentes em tempo parcial, essa prática já é condenada universalmente e considerada uma distorção. Podemos afirmar que a cultura universitária, sob esse aspecto, já evoluiu a ponto de tornar inexorável a prevalência do tempo integral (dedicação exclusiva).

A segunda praga foi, há vinte e poucos anos, a vitaliciedade prematura e o consequente imobilismo dos pesquisadores. As melhores universidades do mundo industrializado só

agregam definitivamente seus professores após anos _mesmo décadas_ de avaliação intelectual do professor. Sob esse aspecto houve algum progresso, mas não o suficiente. A USP, por exemplo, impede a contratação de professores sem doutoramento. A Unicamp também, nas unidades menos atrasadas. Nas demais usa uma série de artifícios para exigir o doutoramento dos docentes.

A terceira desgraça, o isolacionismo, tinha origem na mediocridade de seu corpo docente _consequência do imobilismo de seus pesquisadores devido à baixa incidência do tempo integral, à vitaliciedade e à escassez de cursos de pós-graduação etc. Hoje, graças ao apoio ao programa de pós-doutoramento no exterior e ao de professores visitantes no Brasil, essa doença está em extinção.

O quarto infortúnio era a burocracia. Esperávamos que, com a conquista da autonomia das universidades públicas paulistas, há cerca de dez anos, o rito burocrático, viria a ser eliminado ou amenizado. Somos obrigados a reconhecer que, sob esse aspecto, não houve melhora perceptível nas universidades.

A quinta desdita era uma tendência à crescente compartimentalização, que a reduz a uma seqüência de células sem interação intelectual. Sob esse aspecto não houve, também, progresso apreciável, apesar do crescente prestígio de atividades interdisciplinares.

A sexta desventura era o gigantismo. Àquela época já havia, no âmbito acadêmico internacional, a convicção que as universidades perdiam eficiência e qualidade quando passavam de uma certa dimensão. É claro que esse limiar deveria variar com as respectivas culturas nacionais e outras condições locais, mas não restava dúvidas que muitas universidades públicas brasileiras já haviam ultrapassado as dimensões ideais. Sob esse aspecto não houve progressos. Pior, observou-se um grave retrocesso e, hoje, rondam ameaças de mediocrizante massificação. O próprio governo federal intensifica a massificação ao oferecer adicionais salariais por aula dada. Professor universitário que não faz pesquisa se mediocriza, passa a ser um mascate para um aluno que passa a avaliar o conhecimento apenas como mercadoria. Forçadas por contingências semelhantes, as universidades estaduais paulistas, onde 50% da ciência nacional é gerada, permitem a proliferação de cursos de valor cultural duvidoso. Embora o momento seja de confusão, é pouco provável que essa onda populista se mantenha por tempo suficiente para comprometer o que já foi alcançado.

A sétima e mais insidiosa praga foi considerada, àquela época, a ausência de autonomia. Naquele tempo não percebíamos o quão impregnada de corporativismo interno estava essa questão. Para melhor entender o problema, concentremo-nos aqui num exemplar acontecimento que é a escolha do reitor.

Há duas décadas, ainda imersa em regime autoritário, a sociedade ansiava por democracia. A universidade combatera ardorosamente a ditadura. Não é de surpreender que procurasse estender princípios tão inequívocos de democracia para seu próprio ambiente. Até então, reconhecendo a legitimidade da escolha do reitor pelo Estado, como representante da sociedade que mantinha a universidade e a quem ela servia, aceitava-se a escolha do reitor pelo Executivo, orientado por uma lista tríplice elaborada pelo Conselho Universitário, órgão supremo da instituição. Nos EUA, uma comissão de busca, ou de seleção, é indicada para encontrar e avaliar potenciais candidatos. Essa comissão é constituída _pelo menos majoritariamente_ por notáveis que não pertencem aos quadros da universidade. Com frequência a escolha de candidatos é restrita a intelectuais externos à universidade em questão.

Espera-se, assim, amenizar o corporativismo interno. Em outros países industrializados, as escolhas são feitas pelo Estado. O Brasil é o único país do mundo em que os dirigentes universitários são escolhidos por sufrágio universal. A Unicamp e a Federal de São Carlos permitem a candidatura de professores de outras universidades, todavia a realidade é outra. Reitores são, na prática, eleitos pela comunidade interna, pois governadores e ministros, por omissão, demagogia ou desconhecimento do princípio democrático, se limitam a confirmar o primeiro da lista tríplice.

O resultado é que o jogo de interesses interno acaba determinando o resultado das eleições. Feudos se instalam, facções que representam interesses pessoais passam a controlar a universidade. O corporativismo é sempre gerado pela insegurança _quanto maior o nível acadêmico, maior a insegurança do medíocre. O processo eleitoral começa dois anos antes, por vezes. Os que têm atividades de pesquisa, os que trabalham, acabam não se envolvendo. E o politiquês profissional corporativista acaba dominando a escolha do reitor.

Infelizmente nesse aspecto a universidade nada evoluiu. E esse mal interno poderá vir a comprometer seu futuro. Se há uma verdadeira ameaça de extinção ou massificação, ela

vem do interior da universidade. Ainda é necessário derrotar o corporativismo interno e a massificação mediocrizante.

Texto 17

10/10/2000

Autor:

Origem do texto: Das agências internacionais

Editoria: CIÊNCIA Página: A16

Edição: Nacional Oct 10, 2000

Legenda Foto: Paul Greengard (à dir.) no laboratório, com Vincent Pieribone

Crédito Foto: France Presse

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: PAUL GREENGARD; PRÊMIO NOBEL DE MEDICINA, 2000;

BIOGRAFIAGreengard incentiva as mulheres

DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

O norte-americano Paul Greengard, 74, um dos ganhadores do Prêmio Nobel de Medicina deste ano, trabalhou a maior parte de sua vida na Universidade Rockefeller, em Nova York. Ao comparecer a uma entrevista coletiva na universidade, Greengard foi aplaudido por colegas e estudantes durante dois minutos. "Estou excitado e emocionado por essa calorosa ovação. É uma sensação maravilhosa."

Greengard afirmou que irá doar o dinheiro para um fundo da universidade, criado para premiar mulheres que se destaquem na área bioquímica.

Nascido em 11 de dezembro de 1925 em Nova York, obteve seu doutorado em 1953 pela Universidade John Hopkins de Baltimore, antes de fazer pós-doutoramento nas Universidades de Londres e Cambridge (Reino Unido) e no Instituto Nacional de Saúde de Bethesda (Maryland, EUA). Atualmente comanda o Laboratório de Ciência Celular e Molecular da Universidade Rockefeller.

Greengard recebeu o Nobel por suas descobertas sobre como alguns tipos de neurotransmissores exercem suas funções na sinapse (veja quadro acima).

Lentidão na sinapse

No final da década de 60, já se sabia que a dopamina, a noradrenalina e a serotonina eram transmissores no sistema nervoso central, mas sua forma de atuação precisa era desconhecida.

Essas substâncias enviam seus sinais por um mecanismo conhecido como transmissão sináptica lenta. Esse tipo de transmissão de sinal é responsável por funções básicas do sistema nervoso central e é importante para estados de humor e de consciência alerta. A transmissão sináptica lenta pode também controlar a transmissão sináptica rápida, que, por sua vez, permite que aconteçam a fala, os movimentos corporais e a percepção sensorial.

Greengard mostrou que a transmissão sináptica lenta envolve uma reação química chamada fosforilação. Isso significa que grupos fosfatos são adicionados a uma proteína de maneira que sua estrutura tridimensional e sua função sejam alteradas.

Os estudos de Greengard revelaram que, quando a dopamina estimula um receptor na membrana celular, ocorre a elevação de um segundo mensageiro na célula (conhecido como AMP cíclico). Ele ativa uma enzima, a quinase A, que é capaz de adicionar moléculas de fosfato em outras proteínas da célula nervosa.

Um desses grupos de proteínas forma canais de íons na membrana celular. Elas controlam a excitação das células nervosas, o que torna possível a transmissão de impulsos elétricos entre os axônios e os terminais.

Cada célula nervosa possui diferentes canais de íons, o que determina a reação da célula. Quando um tipo particular de canal é fosforilado, a função da célula nervosa pode ser alterada.

Texto 18

6/10/2000

Autor: ANNA VERONICA MAUTNER

Origem do texto: Especial para a Folha

Editoria: ILUSTRADA Página: E4

Edição: Nacional Oct 6, 2000

Observações: SUB-RETRANCA; PÉ BIOGRÁFICO

Assuntos Principais: PSICANÁLISE; BRASIL: PSICANÁLISE E MODERNISMO

/TEMA/; SIMPÓSIO; SIGMUND FREUD "Fui buscar defesas para o íntimo"

ANNA VERONICA MAUTNER

ESPECIAL PARA A FOLHA

As portas da Universidade de São Paulo (USP) sempre estiveram abertas a todos os habilitados. Virgínia tinha os requisitos para se candidatar. Mas, segundo ela, as pessoas da Maria Antônia, rua de São Paulo em que ficava a Faculdade de Filosofia da USP, lhe pareciam diferentes daquelas da Escola de Sociologia e Política. Ali ela procurou mais do que o direito de estar, procurou conforto social e integração.

"Não sei como se formara na minha mente que na USP eu teria que superar preconceitos sociais. Eu me interessei muito cedo por esse lado social. Não foi por acaso que procurei psicanálise e sociologia. Vejam bem o que fiz: eu fui buscar defesas científicas para o íntimo, o psíquico, para conciliar a pessoa de dentro com a de fora. Fui procurar na sociologia a explicação para questões de status social. E na psicanálise, proteção para a expectativa de rejeição. Essa é a minha história."

"Para não ser rejeitada, tirava nota boa na escola. Desde muito cedo, desenvolvi aptidões para evitar a rejeição. Você precisa tirar nota boa, ter bom comportamento e boa aplicação, para evitar ser prejudicada e dominada pela expectativa de rejeição, diziam meus pais. Por que essa expectativa? Por causa da cor da pele. Só pode ter sido por isso. Eu não tive na minha experiência outro motivo."

"Meu pai era preto e minha mãe italiana, branca. Ele era um homem que se interessava por ciências. Formou-se em ginásio de Estado, que no tempo dele era muito importante. Ele queria fazer Medicina. Mas teve que tratar de mulher e filhos. Sustentou a família como funcionário público dos Correios e Telégrafos. Fez carreira. Foi quase até o topo."

Nas suas lembranças sobre o pai, ela se refere ao preconceito de cor, mas não só. Ela associa a exclusão a causas socioeconômicas. Enxerga-se não apenas como herdeira dessa cultura familiar de aplicação e trabalho, mas também como alguém treinada para esquivar-se do preconceito.

Virgínia, ao formar-se na Escola de Sociologia e Política, tornou-se funcionária pública no então Serviço de Higiene Mental da Secretaria de Educação. Paralelamente foi dirigindo sua atenção para o psiquismo humano.

Foi professora da escola onde se formou, na qual ensinava psicologia, já com viés psicanalítico. Conseguiu um comissionamento em seu emprego público e foi para a Inglaterra completar a formação em psicanálise. Foi ainda colunista da "Folha da Manhã" (hoje Folha). Tornou-se uma batalhadora não só da causa da psicanálise, como também uma de suas primeiras divulgadoras.

Falando sobre a estadia em Londres, ela se refere à sua surpresa diante das "ruas e calçadas limpas e bem tratadas". Depois explica que aquela relação com a cidade ordeira e limpa era o paradigma de sua nova vida. Os seis anos de Londres parecem ter sido um período de descanso do eterno alerta que a acompanhava, enquanto vivia por aqui na expectativa de dar de cara com sinais de rejeição. As ruas e as calçadas condensaram-se num símbolo do respeito ao próximo. A partir desse chão, e apoiada nele, ela frequentou os círculos dos grandes psicanalistas e achou as suas defesas científicas para o "íntimo".

Texto 19

14/10/2000

Autor:

Editoria: BRASIL Página: A4

Edição: Nacional Oct 14, 2000

Seção: PAINEL

Arte: ILUSTRAÇÃO: ADONLAR

PAINEL

{...} Mistério popular

O PFL do Paraná está desorientado. Pesquisas qualitativas da sigla revelam que o curitibano está satisfeito com a cidade em que vive e considera Taniguchi um bom prefeito, mas quer votar em Ângelo Vanhoni (PT).

Texto 20

14/10/2000

Autor:

Origem do texto: Da Redação

Editoria: BRASIL Página: A5

Edição: Nacional Oct 14, 2000

Arte: ILUSTRAÇÃO: GRAFITE - PAULO CARUSO

Observações: ELEIÇÕES; COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: SÃO PAULO

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2000; ELEIÇÃO MUNICIPAL; SÃO PAULO /SP/;
CANDIDATO; CAMPANHA POLÍTICA

No 1º dia de horário eleitoral, Marta enfatiza honestidade e Maluf critica falta de experiência da petista; pepebista faz declaração que lembra slogan de Celso Pitta

Candidatos atacam 'pontos fracos' na TV

DA REDAÇÃO

No primeiro dia do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, os candidatos à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy (PT) e Paulo Maluf (PPB), atacaram o que consideram os pontos fracos um do outro.

A petista enfatizou a honestidade necessária para "reconstruir São Paulo". "São Paulo precisa da união de todas as pessoas de bem, todas as pessoas éticas, para varrer de uma vez por todas a corrupção que tomou conta da nossa cidade nos últimos anos."

O programa de Marta ressaltou o crescimento do PT nas últimas eleições e a renovação da Câmara Municipal. Uma das cenas do programa mostrou uma luta de boxe, em que os lutadores seriam a cidade e a corrupção _a corrupção perde a disputa.

A propaganda do candidato pepebista contrapôs a falta de experiência de Marta aos anos de Maluf na administração pública. Com a voz embargada, o pepebista agradeceu os votos que recebeu no primeiro turno e afirmou que aquela havia sido a eleição mais difícil de sua vida. Disse também que "São Paulo não pode parar".

A declaração é a mesma que o candidato a prefeito Ciro Moura (PRN) fazia durante o horário eleitoral do primeiro turno e é uma variante do slogan da campanha de Celso Pitta à

prefeitura: "Não deixe São Paulo parar".

O pebequista criticou os apoios recebidos por Marta para o segundo turno. "É muito estranho esse casamento do PT da Marta com o Quércia e com o Covas", afirmou. Foram exibidas imagens de pessoas se dizendo decepcionadas com Geraldo Alckmin, que disputou o segundo lugar no primeiro turno com Maluf, por ele ter apoiado a petista.

O deputado estadual Walter Feldman (PSDB), coordenador de campanha de Alckmin à prefeitura, disse que o PPB cometeu "uma fraude" ao usar supostos eleitores tucanos para atacar Marta. "Houve uma fraude para tentar incutir nos eleitores que o PSDB errou ao apoiar a Marta, mas isso não é representativo e o partido segue unido na sua decisão contra o Maluf."

Azar

O programa do PPB no rádio lembrou que o número 13 é considerado o número do azar. "Não vote no 13. Dá um tremendo azar para São Paulo", disse o locutor, depois de falar de gato preto, espelho quebrado e do fato de que ontem foi uma sexta-feira 13. Foi feita uma referência à vida pessoal da candidata petista: "Marta contou o que da vida dela? Nada".

Texto 21

14/10/2000

Autor: RENATO ANELLI

Editoria: CADERNO ESPECIAL Página: Especial-9

Edição: Nacional Oct 14, 2000

Observações: JORNAL DE RESENHAS; PÉ BIOGRÁFICO

Assuntos Principais: HISTÓRIA; FACISMO; ITÁLIA; ARQUITETURA ITALIANA NO BRASIL - A OBRA DE MARCELLO PIACENTINI /LIVRO/; MARCOS TOGNON

Arquitetura Italiana no Brasil - A Obra de Marcello Piacentini

Marcos Tognon

Editora da Unicamp (tel. 0/xx/19/ 788-1015)

278 págs., R\$ 33,00

RENATO ANELLI

Perfurar o epíteto de "arquitetura fascista" que recobre a obra do arquiteto italiano Marcello Piacentini é o objetivo deste livro de Marcos Tognon, publicação de sua pesquisa desenvolvida em 1993 no mestrado em história da arte e da cultura (Unicamp). Questionar os limites dessa classificação sócio-política não significa se refugiar no campo disciplinar. Trata-se de uma obra que não prescinde do estudo da sua relação com o fascismo para a sua compreensão. O desafio está em entender como esse novo capítulo da linhagem clássica da arquitetura se constituiu e por meio de quais estratégias conquistou a preferência na representação do regime fascista.

As pesquisas recentes sobre a arquitetura italiana nas duas décadas de Mussolini revelam uma complexidade ausente dos estudos que relacionam automaticamente os regimes totalitários com versões monumentais do classicismo. No caso italiano, a oposição entre modernos antifascistas e acadêmicos fascistas não mais se sustenta. É sempre desconfortável lembrar, que frente à desmoralizada democracia italiana do início dos anos 20, o fascismo foi um movimento com ampla adesão popular. Após massacrar as alternativas de esquerda, o fascismo gozou por anos de unanimidade, inclusive entre os arquitetos, fossem eles racionalistas ou acadêmicos.

A disputa ocorreu entre vários agrupamentos de arquitetos pela hegemonia na

representação do regime. Paradoxalmente, a primeira proposta de uma arquitetura como "arte de Estado" veio dos racionalistas em 1931, pela ação de Pietro Maria Bardi, em sua "Petição a Mussolini Pela Arquitetura". Nesse manifesto, Bardi defendia que os jovens do Movimento Italiano de Arquitetura Racional (e não a classe de profissionais consolidados, liderados por Piacentini) deveriam ser os legítimos representantes do espírito modernizador fascista. Quando, em 1937, Mussolini finalmente resolveu adotar um estilo oficial, não optou pelo racionalismo e sim pelo classicismo de Piacentini. Além de ser coerente com o poder interno à corporação dos arquitetos, a opção de Mussolini foi motivada pela declaração do Império Italiano após a invasão de Etiópia. Um império deveria ter um estilo que remetesse, sem mediações, à grandeza do Império Romano.

Por um motivo externo ao campo disciplinar, encerrou-se um período de coexistência durante o qual Piacentini exerceu o papel de árbitro no meio profissional, manipulando com destreza a distribuição de projetos oficiais entre as diversas correntes de arquitetura.

Continha o vanguardismo dos jovens racionalistas e combatia o conservadorismo dos velhos acadêmicos, delineando um campo em que haveria espaço para aqueles que reconhecessem sua liderança na modernização da arquitetura italiana. Depois de 1937, e especialmente após a rendição italiana em 1943, vários arquitetos ex-adeptos do fascismo partiram para a oposição, alguns deles pagando com a vida as suas ilusões na modernidade do regime.

Após a queda do "Duce", Piacentini foi absolvido nos processos que se seguiram ao final da guerra, refugiando-se na trincheira do profissionalismo _ele teria apenas atendido às demandas desse comitente, independente de sua ideologia política. Durante a década de 50, manteve-se no poder na Faculdade de Arquitetura de Roma, mas não conseguiu jamais se livrar do rótulo de "arquiteto do fascismo", que o acompanhou por todo o declínio de seu prestígio profissional.

Com o esgotamento desse embate, iniciou-se uma revisão da historiografia da arquitetura italiana dentro da qual o trabalho de Marcos Tognon se situa. Piacentini já apresentava uma importante arquitetura nos anos anteriores ao fascismo, com contribuições inestimáveis no âmbito do urbanismo e da capacitação profissional, para citar apenas dois entre vários dos seus atributos que foram transmitidos aos seus alunos em Roma, alguns dos quais se tornariam importantes arquitetos no Brasil _Gregori Warchavchik, Rino Levi, Lina Bo.

Todos os depoimentos revelam um professor experiente, ativo introdutor da obra de arquitetos modernos em suas aulas. Mas, ao contrário de seus alunos, Piacentini permaneceu mais próximo à forma clássica, inclusive na sua retórica cívica e monumental. A pesquisa de Tognon se dedica a entender um capítulo da obra arquitetônica de Piacentini, reconstituindo a trajetória dos seus projetos no Brasil. O acurado estudo das suas propostas para a cidade universitária do Rio de Janeiro e dos trabalhos para o conde Matarazzo, em São Paulo, traz documentos de arquivos italianos e brasileiros, identifica a contribuição de Piacentini e nos introduz a seu colaborador nas obras brasileiras, o arquiteto romano Vittorio Mopurgo.

Além de permitir uma comparação com os projetos de Le Corbusier e Lúcio Costa, a publicação do projeto de Piacentini para a cidade universitária revela várias coincidências com as proposições urbanísticas pós-modernas, que chegaram ao Brasil na década de 80. Já estão ali as praças porticadas, os eixos de simetria, a hierarquia dos espaços abertos, valores que pretendiam embasar um urbanismo que superasse as insatisfações com a cidade funcionalista. Não parece ser casual que tenha sido esse o momento de revalorização historiográfica da obra desse arquiteto. Mas o débito do pós-modernismo para com a "arquitetura fascista" é um assunto para outros estudos.

A publicação é fiel ao rigor com o qual foi desenvolvida a pesquisa: a argumentação é fundamentada em documentos originais, parte deles incorporada ao texto mediante uma preciosa iconografia (garimpada nos arquivos e cuidadosamente identificada e analisada) e de um vasto conjunto de notas e anexos, capazes de alimentar o leitor com dados seminais para outras pesquisas. Sua qualidade demonstra o quanto é infundado o atual preconceito editorial que vem alijando o público de conhecer excelentes trabalhos de pesquisa acadêmica na área de história da arquitetura. A publicação de trabalhos com essa qualidade é fundamental para a construção de um campo de conhecimento disciplinar que combata a crescente banalização da arquitetura no Brasil.

Renato L. S. Anelli é professor do departamento de arquitetura e urbanismo da USP (São Carlos).

Texto 22

11/10/2000

Autor:

Origem do texto: Da Reportagem Local

Editoria: BRASIL Página: A11

Edição: Nacional Oct 11, 2000

Observações: ELEIÇÕES; SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: OUTRO LADO

Assuntos Principais: ELEIÇÕES 2000; ELEIÇÃO MUNICIPAL; SÃO PAULO /SP/;
SEGUNDO TURNO; PAULO MALUF; CUT /CENTRAL ÚNICA DOS
TRABALHADORES/; JOÃO FELÍCIO; TERRORISMO; TERRORISTA; POLÊMICA

Presidente da CUT diz que Maluf é que é o terrorista

DA REPORTAGEM LOCAL

O presidente nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores), João Felício, afirmou ontem que o maior terrorista que existe em São Paulo é o candidato Paulo Maluf. Para ele, é natural que empresários e empregados se unam para "evitar" a eleição de Maluf.

"O maior terrorista é ele, é a gestão que ele fez em São Paulo, é um terrorismo contra o povo. Na CUT, ao contrário, só existem trabalhadores que buscam seus direitos", afirmou Felício.

Para o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores, o pepebista está com "inveja" da adversária petista, Marta Suplicy.

"Todos estão apoiando a Marta. São trabalhadores, empresários, mulheres, crianças, todos unidos contra a candidatura de Maluf. Ele ainda não percebeu que ninguém mais quer o estilo maluf de governar", afirmou.

Felício afirmou que a candidatura de Paulo Maluf é "nociva" para a cidade.

"Todos sabem que ele é nocivo para São Paulo, para o povo brasileiro. Ele é conservador, reacionário e não tem compromisso com a ética", disse.

A assessoria de imprensa da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) informou que a entidade não vai se pronunciar a respeito das declarações do candidato Paulo Maluf.

Texto 23

14/10/2000

Autor:

Origem do texto: Da Reportagem Local

Editoria: COTIDIANO Página: C4

Edição: São Paulo Oct 14, 2000

Seção: PANORÂMICA

Legenda Foto: Vazamento de uma adutora da Sabesp na avenida Vereador José Diniz (zona sul de São Paulo)

Crédito Foto: Ed Viggiani/Folha Imagem

Vinheta/Chapéu: ABASTECIMENTO

Assuntos Principais: ÁGUA; ABASTECIMENTO; VAZAMENTO; SABESP; VILA MARIANA /BAIRRO/; SÃO PAULO /SP/

Vazamento deixa sem água 200 mil

Um vazamento numa adutora da Sabesp, na avenida Vereador José Diniz (zona sul de SP), deixou 200 mil pessoas sem água ontem.

O abastecimento ficou prejudicado em 11 bairros servidos pela adutora, inclusive trechos da Vila Mariana, Cambuci e Aclimação. O buraco foi soldado na tarde de ontem, e a previsão era que os registros fossem reabertos às 22h.

Duas faixas da pista no sentido centro-bairro ficaram interditadas até a noite, em razão do rebaixamento do asfalto. Até ontem a companhia não sabia as causas do vazamento.

Outro problema ocorreu na região do Cebolinha (zona sudoeste), onde 120 km da rede de distribuição da Sabesp foram danificados pela retroescavadeira de uma empreiteira que trabalha no local.

O prefeito Celso Pitta disse ontem que vai consertar os buracos da cidade, mas culpou o governo do Estado por eles.

Texto 24

13/10/2000

Autor:

Editoria: PRIMEIRA PÁGINA Página: A1

Edição: São Paulo Oct 13, 2000

Arte: QUADRO: GUIA DA FOLHA SP

GUIA DA FOLHA SP

- Marília Pêra canta na cidade.

Inspirada em Carmem Miranda, Marília Pêra interpreta músicas brasileiras que vão de "Chove Chuva", de Jorge Ben Jor, a "Começaria Tudo outra Vez", de Gonzaguinha, em curta temporada no teatro Renaissance

Texto 25

13/10/2000

Autor: LÉO GERCHMANN

Origem do texto: Da Agência Folha, em Porto Alegre

Editoria: COTIDIANO Página: C6

Edição: São Paulo Oct 13, 2000

Legenda Foto: Casa destelhada após temporal na região metropolitana de Porto Alegre; nove bairros foram atingidos e 30 mil pessoas ficaram sem energia; Avião atingido pelo temporal, no Aeroclube do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; prejuízo total é estimado em US\$ 1 milhão

Crédito Foto: Ronaldo Bernardi/"Agência RBS"

Vinheta/Chapéu: CLIMA

Assuntos Principais: CLIMA; TEMPORAL; VENTO; CHUVA; GRANIZO; MORTE;
SANTA CATARINA /ESTADO/; RIO GRANDE DO SUL /ESTADO/

Vento e chuva de granizo provocaram destelhamentos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul; 4 aeronaves foram destruídas

Temporal deixa pelo menos 3 mortos no Sul

LÉO GERCHMANN

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE

Um temporal, com fortes ventos, chuvas e granizo, atingiu os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, anteontem à noite e ontem de madrugada, causando destruição e pelo menos três mortes na região.

Na localidade de Águas Claras (município de Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre), Evânia de Amaral Moraes, 53, morreu quando sua casa tombou dentro de um lago e ficou completamente destruída.

O filho de Evânia, Ivã de Amaral Moraes, chegou ao local pela manhã e resgatou o corpo da mãe do lago.

Deslizamento

Em Teutônia, no Rio Grande do Sul, uma casa foi soterrada após deslizamento na localidade de Linha Harmonia. Duas pessoas, que até ontem à tarde não tinham sido identificadas, morreram.

Uma quarta morte teve ligação indireta com a chuva. Em Tapes, também no Rio Grande do Sul, Francisco Klonp Flores, 38, morreu abraçado ao volante do seu veículo Del Rey, depois que o carro deslizou na pista da BR-116, na altura do km 354, e caiu dentro de um açude.

Nove bairros de Porto Alegre foram atingidos. Mais de 30 mil pessoas ficaram sem energia elétrica.

Na Escola Aeronáutica Civil, do Aeroclube do Rio Grande do Sul, em Belém Novo (zona sul da cidade), houve prejuízo estimado em US\$ 1 milhão devido à destruição de dez aeronaves e a pequenos estragos em outras 50.

Dois hangares foram destelhados. No hangar 2, o vento derrubou os quatro portões de aço. Só o helicóptero R22 Beta 2, atingido, custa cerca de US\$ 200 mil.

Destelhamento

A zona sul da capital gaúcha foi a mais prejudicada, devido a um incêndio na subestação do bairro Restinga.

Houve mais de 70 chamadas para o Corpo de Bombeiros em razão do destelhamento de casas e quedas de árvores e postes.

Em Viamão, árvores caíram sobre a pista da RS-040, atingindo carros que passavam pelo local. Um caminhão e um ônibus tombaram na rodovia, mas ninguém teve ferimentos graves. A cidade decretou situação de emergência. Trinta e seis vítimas de escoriações foram levadas ao hospital.

Interior

No interior, o trânsito chegou a ser interrompido entre os quilômetros 154 e 172 da BR-166, em Caxias do Sul, devido a um desmoronamento provocado pelo transbordamento do rio Pinhal. Ontem à tarde, as águas de rios como o Taquari e o Paranhana continuavam subindo.

Mais de 2.000 pessoas ficaram desabrigadas em Imbé e Tramandaí, no litoral norte do Estado.

Houve queda de granizos pesando 60 gramas e ventos de até 98 km/h. Assim como Viamão, Tramandaí decretou situação de emergência.

Trigo

A região noroeste do Estado também foi atingida pelo temporal, com o destelhamento de

dezenas de casas.

Em Selbach (270 km de Porto Alegre), onde foi decretado estado de emergência, o prefeito Arsélio Roque Backes estimou que 95% das casas foram destelhadas devido à chuva de granizo.

O telhado do Hospital São Jacó foi destruído, e os pacientes tiveram de ser remanejados para outros locais.

Assim como em outros municípios, as lavouras de trigo foram destruídas. Situação semelhante foi constatada em Pejuçara (380 km de Porto Alegre).

No mês passado, um temporal, com ventos de aproximadamente 100 km/h, destruiu uma escola municipal, destelhou cerca de 300 casas e derrubou árvores e muros em Bagé (sudoeste do Estado).

Na ocasião, não houve registro de mortos ou feridos em decorrência das chuvas.

Texto 26

12/10/2000

Autor:

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo Oct 12, 2000

Seção: FRASES

Observações: FRASE

{...}OBRA

"A situação de falência da cidade foi o Maluf que fez."

Geraldo Alckmin, vice-governador de São Paulo e candidato derrotado pelo PSDB à Prefeitura de São Paulo, em alusão a slogan do candidato Paulo Maluf (PPB), ontem na Folha.

Texto 27

15/10/2000

Autor: Sergio da Costa Ramos

Editoria: REVISTA DC

Edição: Florianópolis Oct 15, 2000

Memória Fraca

A memória é quase sempre uma arma traiçoeira. Ela tem a singular capacidade de guardar os bons momentos da vida, um instante de afeto, de glória, de afago ao ego. Trata-se de um equipamento treinado para lembrar não só o que passou, mas o que foi agradável. Um romance, um cheiro especial, como o de terra molhada, ou o primeiro olhar da mulher amada. Proust, um teimoso investigador desse delicado mecanismo, achava que a memória também podia ser torturante, sempre que se transformasse numa emboscada de pura melancolia, ou numa inesperada “caixa de Pandora”:

- Há de tudo em nossa memória: ela é uma espécie de farmácia, de maleta química, onde, ao acaso, ora se põe a mão sobre um calmante, ora sobre um veneno perigoso.

A memória é um diário que cada um carrega debaixo do braço, uma espécie de microfilmagem do cotidiano da humanidade, de onde você tira, como um mágico, coisas boas a seu respeito, e coisas perversas a respeito dos outros.

Boa memória é fundamental para a sobrevivência até da mera rotina, daqueles pequenos gestos do dia-a-dia, como escovar os dentes, pagar uma conta, consumir um trabalho. Sem memória, o homem mergulha no vácuo, flutua na treva. Quando por mais não seja, pelo fato de ter-se esquecido de pagar a conta de luz...

Um país desenvolvido tem bom fosfato, boa renda “per capita”, boa saúde econômica e boa memória. Um país de desmemoriados é um país de enfermos, de desvalidos, de pobres diabos. A falta de memória é uma doença tão mortal quanto a Aids. Que outro tipo de doença terá sido responsável pela aparição de Paulo Maluf no segundo turno da cidade de São Paulo?

Só a mais completa amnésia justifica a pré-seleção de Maluf para mais uma jornada eleitoral, exatamente na cidade que se transformou numa espécie de laboratório de todos os

crimes contra a administração pública. Entre os quais figura o da criação do “*Frankenstein das Letras*”, o famosíssimo golpe dos precatórios que se estendeu por metade do país. São Paulo é uma cidade grande de memória curta. Em 1985 – quem não se lembra? – a capital paulista elegeu Jânio Quadros. Se houvesse no Brasil personalidade política insuscetível de merecer dos eleitores o perdão por algum malfeito, essa criatura era ex-presidente e ex-prefeito Jânio Quadros. Em agosto de 1961. Jânio rasgou a consagradora procuração que o povo brasileiro lhe outorgara nas urnas de outubro de 1960. Renunciou à presidência da república e atirou o país numa crise que perdurou por longos 25 anos. Se tivesse que ser eleito para algum posto, que fosse para o cargo de *Napoleão de Hospício* na Colônia Santana ou no Pinel.

O segundo turno das eleições é a oportunidade para que se consumem as mais estrambólicas alianças. No Brasil, as coligações se forjam não pelos programas ou pela ideologia, mas pela *vendetta*. Agora mesmo o segundo turno carioca está enlaçando num desavergonhado abraço o *tio* Brizola e o *maluco beleza*, César Maia.

O que um disse do outro, há muito pouco tempo, é o exemplo mais do que clássico de “desmemória”. Definitivamente: vivemos num país de desmemoriados.

Texto 28

12/06/2000 Autor:

Editoria: OPINIÃO Página: A3

Edição: Nacional Jun 12, 2000

Seção: PAINEL DO LEITOR

Arte: ILUSTRAÇÃO: ADONLARPAINEL DO LEITOR

Punks violentos

"Em todas as manifestações reivindicatórias populares atuais, seja do MST, dos professores, de estudantes e de outras alas de esquerda, os punks aparecem para fazer o trabalho 'sujo', tal como iniciar conflitos violentos, derrubar cercas, ou são presos com coquetéis molotov. São admiráveis a militância política desses grupos e o apoio que proporcionam nas manifestações de rua. Mais incrível ainda é a aceitação tácita pelos participantes dos movimentos. Eles têm ainda outra característica: aparecem e desaparecem como por encanto. Se não fosse essa característica, poderíamos pensar que são o braço armado dos manifestantes de rua. Mas, longe de pensar isso, quem faz reivindicações justas e está sempre com a lei não precisa de 'braço armado'."

Sebastião Ribeiro (São Paulo, SP)

Texto 29

08/12/1999

Autor: ALVARO MACHADO

Artista britânica faz mostra autobiográfica com quadros e vídeos a partir de hoje na Casa das Rosas. Emin expõe suas feridas em '(S)ynergies' ALVARO MACHADO especial para a Folha "Minha tenda de acampamento, meu apartamento, minha bagunça, meus amantes, minha vagina molhada de medo", e assim por diante. Com poucos retoques, a inglesa Tracey Emin transforma sua biografia em quadros, vídeos e instalações de uma exposição, uma tendência significativa na arte contemporânea, que o público pode experimentar a partir de hoje, na mostra "Chivas (S)ynergies Art", na Casa das Rosas. Emin divide quarto de hotel na cidade com outro selecionado de "(S)ynergies", seu namorado Mat Collishaw, que, como ela, integra o time mais polêmico das artes plásticas neste final de século. Ou seja, Tracey e Mat estão entre os YBA ("young british artists", jovens artistas britânicos), catapultados definitivamente para a fama com a exposição "Sensation", furor em Londres em 97 e atual cavalo de batalha dos moralistas de plantão em Nova York. "Foi uma estupidez da mídia nos chamar YBA, já que a maioria tem hoje por volta de 35 anos", diz Emin, 36, nomeada este ano para o importante prêmio inglês Turner. Os indicados ao prêmio integraram mostra vista por mais de 150 mil pessoas na Tate Gallery de Londres, e o ganhador, Steve McQueen, foi anunciado na semana passada. Leia trechos da entrevista da artista à Folha. *Folha - Como você chegou a "Sensation"? Tracey Emin - Na verdade, eu e Mat nunca vendemos nosso trabalho diretamente a Charles Saatchi, o "dono" de "Sensation", ao contrário de muitos artistas que queriam estar na exposição. Folha - Em sua "arte confessional" você se torna a canibal de seu próprio cotidiano. O que faz suas experiências pessoais tão importantes? Emin - Primeiro eu não me considero uma artista profissional. Eu escrevo para a televisão mais comercial, faço anúncios, tudo o que aparecer. Não suporto fazer as mesmas coisas todos os dias. Em segundo lugar, jamais tomo minhas experiências como coisas triviais, mas como parte de grandes temas: suicídio, aborto, estupro, doença, ódio, culpa, ciúme... Tudo isso pode ser compreendido por qualquer um. Folha - Os YBA se conhecem e colaboram entre si? Emin - Sim. Quando nos

reunimos, falamos das coisas de casa ou de livros e às vezes ajudamos uns aos outros na produção dos trabalhos. Este ano eu e Mat fomos convidados para fazer um filme numa mostra de Liverpool, curada pela brasileira Márcia Fortes. Ficou muito bom. Essa mostra junta casais que nunca haviam trabalhado juntos antes. Folha - Por que, apesar de produzir na década de 80, você e seus companheiros só vieram à tona nos anos 90? Emin - É um tanto ridículo comparar valores da política da Inglaterra com os da América do Sul, porém, entre o final dos anos 70 e o início dos 90, a Grã-Bretanha esteve sob o domínio de Thatcher e da ala direita, e gente como eu passou um tempo muito ruim, emocional, social e politicamente. Não só porque éramos estudantes, mas porque nossas idéias não estavam em sintonia com a sociedade que tínhamos. Agora toda a política inglesa mudou e há um respeito maior da individualidade. As pessoas estão mais interessadas nos "outsiders" e em mercadorias culturais. Nos 80, só o que contava era dinheiro, negócios e poder. Não havia suporte para a arte, e minha geração tinha de fazer tudo sozinha para abrir suas exposições. Em cerca de 15 anos tudo mudou.

Texto 30

23/12/1999

Autor:

Demissão na Aeronáutica "Ao declarar que quem exerce cargo público precisa ter uma conduta bastante ilibada, o tenente-brigadeiro-do-ar Walter Bräuer foi tratado como um estranho no ninho e, como tal, foi exonerado do cargo de comandante da Aeronáutica. Que país é este em que um cidadão respeitado e admirado pelos seus companheiros de farda e por todos que o conhecem é punido por exigir comportamento honesto e transparente dos que ocupam cargos públicos? Que estranha lição é essa que o governo FHC está oferecendo à nação? Ou isso é uma ameaça àqueles que pensam que podem imitar o ínclito militar punido?"Odilon Martins Fonseca (Rio de Janeiro, RJ)Protesto na penitenciária"A respeito do artigo 'A retirada de Mata Grande', do jornalista Elio Gaspari (Brasil, 17/11, pág. 1-6), em que fui citado, gostaria de tecer as seguintes considerações.Reafirmo o que disse ao repórter Roberto Samora, da Agência Folha em Campo Grande: o ato de protesto dos presos durante a inauguração da Penitenciária de Mata Grande teve como causa o não-atendimento de uma reivindicação endereçada a outro Poder _não ao Executivo, do qual faço parte.Dentro dessa linha de raciocínio, nem o governador nem o ministro da Justiça, que participavam do ato de inauguração da penitenciária, seriam os interlocutores ideais para atender às reivindicações dos presos.Preferimos agir com cautela, sem expor não apenas as autoridades, como também jornalistas e pessoas da comunidade que estavam naquele momento aguardando a inauguração.O jornalista Elio Gaspari, cuja competência é reconhecida por todos, exerceu o seu direito de crítica como profissional e como cidadão.Embora discordando, não podemos negar esse direito a quem quer que seja. É exercitando esse direito que temos condições de aperfeiçoar a nossa, felizmente, hoje estável democracia. Por isso, não podemos concordar, de maneira alguma, com o exemplo do já falecido ex-governador Carlos Lacerda, que, como já julgou a história, fez tudo para se apegar ao poder _ora trocando de ideologia, ora tecendo ou apoiando golpes contra o regime democrático."Hermes de Abreu, secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania de Mato Grosso (Cuiabá, MT)Sem atendimento"Diariamente, nós nos

indignamos com inúmeros casos divulgados pela imprensa. Alguns nos causam revolta, muitos, impotência, outros tristeza e espanto. Mas o do sr. Edmundo Durando ('Frases', 22/12) me causou terror! Amanhã poderá ser um de nós que não terá o tratamento dado ao câncer do sr. governador. E câncer dói muito, e mata _mesmo se não doer_ se não for tratado a tempo. Alô, José Serra e cia., mexam-se!" Vera Lucia Manzano (São Paulo, SP) Adeus à vida pública "Não espanta a pretensão do nosso presidente de abandonar a política em 2003. Afinal o que lhe restaria então? Voltar às portas de fábricas? Voltar a denunciar nos palanques as falcatruas, a corrupção deslavada, a falta de preocupação com o social, a pobreza, a concentração de renda, a fúria tributária, o esmagamento da classe média, com o qual, para dizer o mínimo, conviveu tão bem durante o seu governo? Quem conhece o estilo do presidente, no entanto, não acredita muito nessa pretensão. Ele vai se eleger senador, ou, melhor ainda, vai cavar uma bem-remunerada vaguinha de embaixador e se exilar no Velho Mundo. Afinal, pode ser que lá tenha sobrado alguém que, por não ter sido governado por ele, ainda o ache o máximo." Celso Balloti (São Paulo, SP) Florestas e pesquisas "Muito oportuno o artigo 'Gringos no mato', de Vinicius Torres (Opinião, 21/12, pág. 1-2). Quero acrescentar que, além de estarmos perdendo nossas riquezas genéticas para fora e nossos governantes não darem a mínima para a pesquisa, querem ainda destruir o que temos com a proposta de alteração do Código Florestal, sob o falso pretexto de que o Brasil precisa de mais terra para plantar. O que faz a agricultura crescer não é vender nosso país para as madeireiras estrangeiras na Amazônia, mas, sim, incentivo à agricultura, empréstimos a juros baixos, pesquisa, tecnologia e reforma agrária decente." Carlos Eduardo Vageler (Campinas, SP) Pecuária "Em referência à reportagem 'Supertouro faz R\$ 1 milhão por ano' (Agrofolha, 7/12, pág. 5-1), em que fala de touro de nossa propriedade, dizendo que 'já rendeu R\$ 5,2 milhões em doses de sêmen e pode gerar 400 mil filhos', gostaríamos de esclarecer que, dos 7 anos de idade do animal Fajardo, somente a partir do segundo ano ele começou a produzir sêmen em condições de aproveitamento comercial e, ainda assim, com mercado bastante tímido. Somente nos últimos 12 meses é que o valor de mercado da dose de sêmen desse animal teve uma valorização mais significativa. Assim, as cifras apresentadas como resultado econômico desse animal vêm de uma estimativa muito equivocada." José Galera Sanches e outros (Votuporanga, SP) Nota da Redação _ As informações sobre o touro Fajardo foram divulgadas pela Lagoa da Serra, empresa que tem

contrato de parceria com o proprietário do animal e é responsável pela coleta e pela comercialização do sêmen. A estimativa de R\$ 5,2 milhões refere-se ao faturamento (vendas de sêmen), e não ao lucro obtido pelos seus proprietários. Conclusões do Enem "Espantosos os resultados do Enem, invenção do governo FHC para disfarçar o abandono em que se encontra a educação brasileira. Descobriram que aluno de escola pública tem desempenho inferior ao da rede privada. Descobriram que aluno de curso noturno vai pior que o de curso diurno. Descobriram que aluno de supletivo sabe menos que o de cursos regulares. Descobriram ainda coisas importantíssimas para a questão da educação brasileira: que x por cento dos alunos têm carro, que y por cento deles têm computador. Enfim, descobriram a roda, que a roda rola e que ela é, de fato, redonda." Gustavo Müller Ayrosa (São Paulo, SP) Boas-festas A Folha agradece e retribui as mensagens de boas-festas que recebeu de: Luiz Paulo Conde, prefeito do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ); Dirk Augustin, Consulado Geral da Alemanha; Associação de Assistência à Criança Defeituosa (São Paulo, SP); Silvia Machado Portella Hanashiro e Getúlio Hanashiro (São Paulo, SP); Antônio Corrêa de Lacerda, presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon); Companhia Antarctica Paulista (São Paulo, SP); Philip Morris Brasil (São Paulo, SP); Mister Basart Mágico Ilusionista (São Paulo, SP); Roberto Miller; Francisco Anéas (Garuva, SC).

Texto 31

06/12/2000

Autor: CARLOS HEITOR CONY

Editoria: OPINIÃO Página: A2

Edição: São Paulo Dec 6, 2000

Seção: RIO DE JANEIRO Vontade e ambição

CARLOS HEITOR CONY

RIO DE JANEIRO - Dentro e fora do PT, reclamam do senador Eduardo Suplicy ter manifestado o desejo de ser candidato na próxima eleição presidencial. A baixaria não poupa sequer sua vida pessoal, das mais dignas, por sinal. Ele não tem culpa pelo fato de sua mulher ter sido eleita para a prefeitura de São Paulo.

Na hipocrisia institucional da vida pública, prevalece a tradição do "docemente constrangido" na hora de pleitear ou sugerir cargos e status para si próprios. Por baixo do pano, é um vale-tudo miserável.

Se todos tivessem a pureza de Suplicy, à qual não falta uma certa dose de comovente ingenuidade, acredito que a seara política seria menos cruel e mais humana. Não sou exatamente um admirador do PT _como não admiro partido algum. Sei que lá dentro há gente de primeiríssimo time, como o próprio Lula, Mercadante, Genoíno, Buarque, Olívio Dutra e outros.

Mas em outros partidos também há gente boa. Os partidos é que me parecem lamentáveis, como um todo. Sobretudo quando funcionam como a soma abstrata de interesses que acabam se concretizando da pior forma possível.

O que pode salvar a vida pública não é um partido, muito menos uma coligação. É uma personalidade, um carisma, uma vontade. Foi e será assim ao longo da história.

Não estou sugerindo que o senador Suplicy seja desde já histórico. Mas, tal como Pedro Simon, este mais complicado, mas igualmente puro, será por meio de homens assim que a política deixará de ser uma serpentário e se tornará humana, dedicada exclusivamente às necessidades humanas.

Expressando o desejo de ser candidato, o senador demonstra que não é ambicioso. Tal

como nos filmes de mocinho e bandido, o mal não está na vontade, mas na ambição que é gerada no subsolo das misérias todas.

Texto 32

08/06/97

Autor: HÉLGIO TRINDADE

Origem do texto: Especial para a Folha

Editoria: MAIS! Página: 5-12 6/3585

Edição: Nacional Jun 8, 1997

Seção: LIVROS

Observações: PÉ BIOGRÁFICO; COM SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: LITERATURA; FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - O BRASIL DO POSSÍVEL /LIVRO/; LANÇAMENTO

Recente biografia da jornalista francesa Brigitte Hersant Leoni, "Fernando Henrique Cardoso - O Brasil do Possível", reintroduz a discussão das relações entre o intelectual e a política. A lógica da política seria incompatível com a lógica do intelectual? Pela primeira vez, na "república dos bacharéis", temos um presidente-sociólogo, acadêmico que obteve reconhecimento internacional. Este é um fato excepcional na tradição política latino-americana.

Aristóteles definiu o homem como um "animal político" e alguém já ironizou que "a política é o sexo dos intelectuais". O tema, complexo e polêmico, é de grande atualidade. Mas não é novo.

Se o termo "intelectual", com o significado que hoje possui, aparece em meados do século 17, sua primeira substantivação sociológica foi introduzida pelo romancista russo Boborykin, em meados do século 19, para designar um grupo social particular típico da Rússia czarista: o "intelligentsia". Foram, porém, escritores franceses, liderados por Émile Zola, que o politizam com o célebre "Manifeste des Intellectuels" (1898) em favor da revisão do processo contra o capitão judeu Dreyfus. Em nosso século, para além das análises sobre os intelectuais de Gramsci, Mannhein, Bourdieu ou Pecauc, o intelectual-símbolo da militância política foi indiscutivelmente o filósofo Jean-Paul Sartre.

O tema da política e da ciência como vocação, no entanto, tornou-se clássico com as duas célebres conferências de Max Weber (1919), em que defende serem duas vocações profundamente diferentes. A ciência requer humildade e disponibilidade de espírito, e a

política está submetida a uma contradição insuperável entre a "ética da convicção e a ética da responsabilidade" (1).

O sociólogo Anthony Giddens, diretor da London School of Economics and Political Science, recentemente questionado sobre o governo FHC, mostra a atualidade do sociólogo alemão: "Max Weber disse que se tem, na verdade, duas escolhas: ou se é um intelectual relativamente puro, ou se é um líder político que necessariamente está envolvido com o poder, a política e todos os compromissos que isto implica". Conclui: "Nisso Weber estava certo, pois parece que normalmente as vidas contemplativa e ativa exigem personalidades diferentes, com algumas poucas exceções" (2).

Esta é a problemática que está no centro do livro sobre FHC. A autora busca enfrentar o problema: "Fernando Henrique é um intelectual na política ou um político no mundo dos intelectuais?". A resposta é pouco convincente: "Os dois estão ligados e são indissociáveis. Fernando Henrique é um intelectual que sempre escolheu a ação política". Intelectuais amigos de FHC dão suporte ao juízo da autora: "A qualidade intelectual e política básica de Fernando Henrique é o realismo" (Roberto Schwarz); ele "não é um intelectual que faz política, mas um intelectual que se transformou em político" (José Arthur Giannotti). Apesar desses argumentos, o próprio FHC se enreda nas lógicas contraditórias ao se considerar "um intelectual que coloca o intelecto a serviço da política". Sempre analiso os fatos com distanciamento e a objetividade do homem de ciência. Isso me dá grande tranquilidade, mas não a paixão que algumas vezes é necessária" (3).

O leitor atento observará que a biógrafa, além de não dissimular sua admiração pelo personagem, não consegue resolver o conflito entre a lógica intelectual de uma carreira acadêmica prestigiosa, com militância político-ideológica compatível, da primeira metade do livro, e a lógica política do intelectual que opta por uma carreira política profissional, culminando com a conquista e exercício da Presidência da República, da segunda metade, na qual a autora tem dificuldades em mover seu personagem nos meandros da política brasileira.

Todos reconhecem a importância da obra do sociólogo Fernando Henrique Cardoso para o desenvolvimento das ciências sociais latino-americanas. Embora não tenha deixado discípulos, seus livros tornaram-se leitura obrigatória de sucessivas gerações de cientistas sociais no Brasil e no exterior. Em sua vasta produção acadêmica sempre valorizou a

parceria, desde as primeiras pesquisas sobre a escravidão no sul do Brasil, com Octavio Ianni, passando, no exílio chileno, pelo clássico sobre a dependência na América Latina, com Enzo Faletto, e, ao retornar à política brasileira, pela análise da explosão eleitoral da oposição em 1974, com Bolivar Lamounier (4).

O Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), criado por Cardoso em 1969, como espaço de pesquisa para os professores aposentados da USP pelo AI-5, torna-se também um centro de "ação política". A militância política de Cardoso, nos anos 70, encontrou em Porto Alegre um dos espaços mais abertos do país para a mobilização contra o regime militar, reunindo grandes públicos nas conferências-debate na Assembléia Legislativa do Estado (5). Ao mesmo tempo, na luta pela democratização, os periódicos "Opinião" e "Movimento" tornam-se veículos estratégicos em que Cardoso, juntamente com outros intelectuais de oposição, escrevia regularmente suas análises sobre a conjuntura na busca de alternativas democráticas ao regime militar.

Até esta fase, a biografia retrata o perfil de um intelectual engajado na transição democrática e que mantém sua atividade acadêmica nos grandes centros de prestígio internacional. Entre 1975 e 1981 ministrou cursos e seminários nas Universidades de Princeton, Cambridge, Berkeley e no Collège de France. A série de conferências proferidas em inícios de 1981, em Paris, à convite de Michel Foucault, marca o fim do ciclo propriamente acadêmico de Cardoso, coroado ainda pela eleição para a Presidência da Associação Internacional de Sociologia (1982) (6).

Na segunda metade do livro a autora analisa o novo ciclo em que FHC se torna um político profissional. Sua campanha para o Senado, em 1978, é ainda tributária da anterior militância acadêmico-política de esquerda. Ao assumir a vaga de Montoro no Senado, encerra-se a fase do Cebrap em que "nós nos tornamos sartrianos" (Giannotti), e FHC começa a defrontar-se, na vida política, com a contradição entre as éticas weberiana da "convicção" e da "responsabilidade".

Os depoimentos narrativos ou interpretativos utilizados pela autora não conseguem fazê-la penetrar na complexidade do jogo político real e de bastidores do período. A rápida mudança das arenas e cenários que se sucedem na transição política não ensejam traçar um perfil convincente do político FHC. Somente com recuo histórico e uma visão mais abrangente do processo político real poder-se-ia entender o complexo itinerário político-

ideológico de FHC, que faz a travessia dos comícios de massa das "Diretas-Já" ao Colégio Eleitoral com Tancredo; da liderança no Senado à oposição ao governo Sarney; da tentativa ministerial sob Collor ao coração do governo Itamar, que com o Plano Real viabiliza sua eleição à Presidência da República.

Seguindo um estilo de fazer política submetida ao "realismo", sua capacidade de negociação e de articulação política o conduzirão a uma ascensão rápida aos mais altos postos do governo federal. Seus posicionamentos políticos adquirem uma tal dinâmica nos campos do discurso ou da ação parlamentar/governamental que a conciliação entre a lógica do intelectual e a lógica da política torna-se quase impossível.

Este é o dilema e o desafio do personagem real: a tensão permanente entre um discurso intelectualmente aceitável para si próprio, para a interlocução política, e a tomada de decisão submetida à moeda real de troca do jogo político em que as relações de interesses contraditórios e de pressões sobre o poder estão submetidos a outra linguagem. As respostas a essa tensão permanente, por vezes, se alternam entre duas arrogâncias intelectuais: a que fascina uma classe política profissional ou fisiológica deslumbrada pela autoridade do discurso acadêmico e a que desqualifica o adversário numa linguagem irritadiça e ofensiva diante da crítica dos opositores.

Nesse corpo-a-corpo permanente, o chefe de Estado perde o distanciamento necessário à condução política e o capital intelectual se consome nos conflitos cotidianos da política, desempenhando, de fato, um ativo papel de primeiro-ministro de um regime parlamentar. Os exemplos de Vargas, JK, De Gaulle ou Mitterrand são a prova de que o estadista se constrói agindo no campo estratégico, buscando definir e implementar suas ações de curto e longo prazo, mas sem explicá-las a cada momento, como faria o professor. Pode o estadista ocupar permanentemente a cena política perante a opinião pública, negociar diretamente com governadores e parlamentares e obscurecer a ação mediadora dos ministros do governo? Ganhará dividendos nas vitórias, mas sofrerá o desgaste inevitável dos reveses. Esse é o paradoxo do presidente-sociólogo: o chefe de Estado que se tornou primeiro-ministro de si mesmo, com a arrogância do intelectual. Essas questões, que estão no cerne do conflito entre a lógica do intelectual e a lógica do político em FHC, ultrapassam os limites de uma biografia de corpo presente e pressupõem *"sine ira et studio"* uma análise mais abrangente, com o devido recuo histórico, a ser feita no futuro.

Texto 33

28/08/2000

Autor: LUIZ ANTÔNIO RYFF

Origem do texto: Do enviado especial

Editoria: TURISMO Página: G2

Edição: Nacional Aug 28, 2000

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: IRÃ; CULTURA; CINEMA; LITERATURA; POLÍTICA;

Cinema tem papel político no país

Os iranianos são orgulhosos de sua cultura. No passado deram ao mundo diversos poetas, reverenciados no país com jardins, mausoléus e monumentos. Hoje a fama é dos cineastas, que amealham prêmios em festivais internacionais. Os mais renomados são Mohsen Makhmalbaf e Abbas Kiarostami. O primeiro fez obras como "Salve o Cinema"; o segundo é autor de "O Balão Branco".

O cinema cumpre uma função política importante. Externamente, revela ao mundo uma imagem diferente da do extremismo religioso, associado tão comumente ao Irã.

Internamente, é considerado a ponta de lança das mudanças sociais implantadas pelos reformistas que tentam abrir o país social, política e economicamente.

A última revelação do cinema iraniano, Samira Makhmalbaf, filha de Mohsen, causou um escândalo no país com sua participação no festival de Cannes, onde foi premiada por "O Quadro Negro". Ela apareceu com a cabeça coberta, como prevêem os preceitos religiosos, mas deixava à mostra orelhas e pescoço.

Ao noticiar a premiação, vários jornais iranianos pintaram as fotos de negro, para dar a impressão de que ela deixava apenas o rosto de fora. Mesmo assim Samira foi alvo de editoriais que a condenavam pela ousadia.

No caso da literatura, a poesia persa marcou a história, com escritores como Rumi e Saadi, que viveu em Chiraz, apelidada de cidade dos poetas. O mais famoso é o astrônomo, matemático e filósofo persa Omar Khayyam, autor de "Rubaiyat", obra que virou moda no Ocidente há menos de 150 anos _mais de oito séculos após ter sido escrito.

Texto 34

02/04/1999

Autor: KENNEDY ALENCAR

Origem do texto: Do Enviado Especial

Editoria: MUNDO Página: 1-10 4/529 Edição: São Paulo Apr 2, 1999

Observações: SUB-RETRANCA Vinheta/Chapéu: BALANÇO

Assuntos Principais: IUGOSLÁVIA; CONFLITO ÉTNICO; OTAN; BOMBARDEIO; VÍTIMA; HOSPITAL

Sérvios dizem temer a possibilidade de o atendimento médico ficar comprometido. Diretor de hospital fala em 100 mortos do enviado especial. O ataque da Otan matou cerca de 100 pessoas e aproximadamente 1.400 ficaram feridas em Belgrado e no interior da Sérvia, segundo Dragan Pavlovic, diretor da Unidade de Terapia Intensiva do Centro Clínico, complexo hospitalar civil mais importante de Belgrado, que foi visitado ontem pela Folha. Um dia depois de a Otan ter decidido ampliar seus alvos, aumentando em Belgrado o temor de que prédios públicos em áreas urbanas sejam atingidos, o Exército iugoslavo organizou a visita. A falta de transparência do governo, que se recusa a fornecer dados oficiais, não permite uma conclusão independente sobre o total de baixas desde o início da campanha da Otan, no dia 24 passado. A TV estatal sérvia, por exemplo, tem dito que morreram apenas militares. E, a partir de ontem, exibiu mais imagens de civis em hospitais que na véspera e na antevéspera. Mas não fala de baixas. "O bombardeio de uma simples ponte em Novi Sad mostra que os comandantes da Otan são assassinos irresponsáveis. Se atacarem Belgrado, será uma catástrofe, porque não teremos estrutura para atender as pessoas", diz o diretor do hospital, referindo-se à capital da Província de Vojvodina. Em 89, a Sérvia acabou com a autonomia política das Províncias de Kosovo e Vojvodina, transformando-as em regiões suas. A unidade de terapia intensiva visitada ontem, com capacidade para 20 pacientes, tratava de 7 pacientes feridos por bombas, segundo Pavlovic. Vukujic Dobrica, 56, está em coma. Foi atingido por estilhaços de um bomba na cidade de Kraljevo, de acordo com o hospital. Tem ferimentos no peito e na cabeça. Respira com a ajuda de aparelhos. "Tem poucas chances", diz a médica Sanja Pavlovic, mulher do diretor da UTI. Segundo Sanja, se os ataques da Otan continuarem, pacientes na

situação de Dobrica não terão chance nenhuma. "Com uma grande quantidade, teremos de optar por socorrer aqueles que tiverem mais chance. Pessoas como ele morrerão", afirma. Três leitos depois, está deitado um garoto, que o hospital estima ter 19 anos, pois não tem documentos. Quem o socorreu teria informado ao hospital seu nome: Lukic Dejan. "Ele já chegou aqui em coma. Como é jovem e forte, pode conseguir sobreviver", diz Vladimir Djukic, diretor do Centro Clínico. Djukic diz os bombardeios não matam apenas com os ferimentos diretos. Ele afirma que adiou cirurgias importantes e interrompeu quimioterapias e transplantes.

Texto 35

13/11/97

Origem do texto: Das Agências Internacionais

Editoria: DINHEIRO Página: 2-14 11/6455

Edição: Nacional Nov 13, 1997

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: MÉXICO; MERCADO FINANCEIRO; BOLSA DE VALORES;
CRISE MUNDIAL; JURO; AUMENTO

BC mexicano eleva taxas de juros das agências internacionais

Os Certificados de Tesouraria (Cetes), que determinam as taxas internas de juros do México, registraram uma alta generalizada em todos os seus prazos, informou ontem o banco central mexicano.

A taxa líder, de 28 dias, incrementou seu rendimento em 2,22%. Passou de 18,95% a 21,17%.

A taxa de 91 dias subiu 0,97% e se fixou em 22,62%. A de 182 dias passou a ter rendimento de 22,82%. A taxa de 343 dias aumentou 1,47% e se fixou em 22,83%.

Ontem, o secretário da Fazenda do México, Guillermo Ortiz, disse que a recusa do governo mexicano em abaixar os impostos não se devia a uma razão política, e sim à realidade econômica do país.

Ortiz afirmou que, se persistirem as turbulências financeiras nos mercados internacionais, o déficit previsto podia ser maior que 12%.

A Bolsa de Valores do México fechou ontem em baixa de 4,25%, registrando sua sexta queda consecutiva. O peso perdeu ontem 15 centavos em relação ao dólar, fechando a 8,46 pesos por dólar.

Texto 36

31/10/97

Autor: ELIANE CANTANHÊDE

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2 10/15513

Edição: Nacional Oct 31, 1997

Seção: BRASÍLIA

Xô, urubu!

ELIANE CANTANHÊDE

Brasília _ O crash internacional das Bolsas deixa uma lição inequívoca para o Brasil: a globalização ainda é um fenômeno mal digerido, de consequências incertas e não sabidas. A única certeza é que uma velha lei da natureza continua em vigor: a corda sempre arrebenta no lado mais fraco. Primeiro, arrebenta nos países mais vulneráveis. Depois, nos segmentos mais pobres desses países.

Ao abrir o "saco de maldades" ontem e praticamente dobrar as taxas de juros, o BC admitiu que perdeu a primeira guerra: não conseguiu isolar o vírus financeiro da vida real.

A oposição estava calada, mas começou a se mexer. "Se o Estado não exercer seu papel regulador da economia, o risco do Brasil a longo prazo é deixar de ser um país para ser apenas um território, onde todo mundo entra e faz o que quer", adverte o governador Miguel Arraes, do PSB.

"O primeiro risco agora é uma crise fiscal. O segundo, um ataque especulativo. Precisamos repensar as bases da política econômica, pois quem sofre é o país e quem paga é o povo", acrescentou o ideólogo econômico do PT, Aloizio Mercadante.

Em comum, as esquerdas vêm defendendo desde o início do governo uma revisão do câmbio fixo e das altas taxas de juros; uma reviravolta na política agressiva de privatizações e um reflexo mais direto da estabilidade sobre os índices sociais.

Esse discurso não mudou, mas o tom é de cautela.

Se convém ao governo não passar excesso de otimismo, convém às oposições não tentar capitalizar política e eleitoralmente um ataque que não é ao governo, é ao país. Ninguém quer dar uma de urubu.

Foi assim, aliás, que a oposição na Argentina começou a driblar a força eleitoral do

governo e conseguiu dar um banho no presidente Menem no domingo passado.

Aqui como lá, o discurso mais ingênuo da esquerda numa crise assim seria o pau no governo e no Plano Real. O discurso consequente é contra ataques externos e a favor de mecanismos que possam diminuir os riscos.

Pode não ser suficiente para 1998, mas é um bom caminho para 2002.